



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Daniela Sofia Pereira Neto

**AFINAL O QUE É O ASSÉDIO SEXUAL?**  
AS REPRESENTAÇÕES DOS/AS ESTUDANTES DA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA RELATIVAMENTE AO ASSÉDIO  
SEXUAL

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora  
Doutora Madalena Duarte e apresentada à Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra.**

Outubro de 2020



Daniela Sofia Pereira Neto

## **Afinal o que é o Assédio Sexual?**

As Representações dos/as Estudantes da Universidade de Coimbra  
relativamente ao Assédio Sexual

*Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora  
Madalena Duarte e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
para obtenção do grau de Mestre*

Outubro de 2020



*Para todas as mulheres que lutam pela  
sua própria sobrevivência: que os silêncios sejam  
preenchidos pelas suas vozes!*



# ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>I</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>II</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>III</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	
<b>1. VIOLÊNCIA DE GÉNERO E SEXUAL – PISTAS PARA A TEORIZAÇÃO DO ASSÉDIO</b> .....	<b>3</b>
1.1. Violência de Género no privado e no público .....	3
1.2. Violência de género e interseccionalidade.....	9
1.3. A face oculta da violência de género – a violência exercida por mulheres .....	10
1.4. Violência entre pessoas do mesmo sexo.....	13
1.5. A Violência Sexual .....	15
<b>2. ASSÉDIO SEXUAL</b> .....	<b>18</b>
2.1. O Assédio enquanto Violência Sexual .....	18
2.2. A invenção do conceito de assédio sexual – da esfera laboral ao estatuto da sexualidade na teoria feminista .....	19
2.3. As definições de assédio sexual.....	21
2.4. O assédio sexual em Portugal .....	26
2.5. O Piropo em Portugal – Assédio sexual ou elogio? .....	30
<b>3. ASSÉDIO E VIOLÊNCIA SEXUAL ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS/AS</b> .....	<b>33</b>
<b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO</b>	
<b>4. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS</b> .....	<b>37</b>
4.1. Opções Metodológicas.....	40
4.1.1. Focus Group .....	40
4.1.2. Entrevista semiestruturada .....	46
4.2. Análise de Dados .....	47
<b>5. AFINAL O QUE É O ASSÉDIO SEXUAL?</b> .....	<b>50</b>
5.1. Um olhar sobre as definições dos/as estudantes.....	50
5.1.1. Qual a raiz da violência? .....	54
5.1.2. Quem são as vítimas? .....	55
5.1.3. Quem são os/as assediadores/as? .....	57

5.2. Representações sobre o feminino e o masculino.....	58
5.3. Assédio sexual na Universidade de Coimbra? Análise do(s) quotidiano(s) dos/as estudantes.....	64
5.3.1. Contexto diurno .....	65
5.3.2. Contexto de sala de aula (por professores/as) .....	66
5.3.3. Contexto de praxe académica .....	70
5.3.4. Contexto noturno – o caso das festas académicas .....	78
5.4. Combater o assédio sexual? O papel das instituições e campanhas de sensibilização no contexto académico .....	83
<b>REFLEXÃO FINAL .....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXOS</b>	

## AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Madalena Duarte, pelo privilégio da sua orientação, por me motivar sempre a ir mais além e pelo carinho com que ouviu todas as minhas inquietações ao longo destes meses. Será sempre uma fonte de inspiração!

Aos meus pais e à minha irmã, Maria Carolina, por todo o amor e paciência. Um obrigada do tamanho do mundo por me ajudarem a concretizar todos os meus sonhos e por nunca me deixarem desistir.

À minha avó Carlota e ao meu avô Manuel, por todo o carinho e por me darem sempre tanta força.

À Mariana Garrido, pela revisão, pelas críticas construtivas e pela amizade tão sincera. Por mais voltas que dêes ao mundo, sei que estarás sempre perto.

À Joana Gomes, pelos desabafos e pelas histórias que ficarão para a eternidade. Coimbra foi e será o nosso ponto de encontro.

À Beatriz Ribeiro, pelas longas conversas e pela ajuda preciosa para esta dissertação.

Aos/às amigos/as do coração, que estiveram comigo ao longo destes meses, pelo carinho e pela amizade: João Pedro Domingues, Ana Cláudia, Rute Gil, Diana Cruz, Carolina Pessoa e Trezinha Santos.

Aos/às estudantes entrevistados/as, que gentilmente se deixaram conhecer e que partilharam as suas histórias, o meu agradecimento mais profundo. Não esqueço também aqueles/as com quem me cruzei neste caminho e que, inesperadamente, acabaram por entrar na minha vida.

À Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e aos/às Professores/as que fizeram parte deste meu percurso, por todos os ensinamentos.

*Last, but definitely not least*, a tantos/as outros/as que fizeram parte desta caminhada e que, apesar de os seus nomes não se encontrarem escritos nesta folha, dificilmente os/as esquecerei.

*Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.*

Antoine De Saint-Exupéry

Obrigada!



## **RESUMO**

O objetivo da presente dissertação de mestrado consiste em analisar as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual. A definição de assédio sexual tem sido marcada por várias incertezas e por uma pluralidade de significados, desde o momento em que surgiu nos debates feministas, na década de 1970, até aos dias de hoje. É certo que o assédio é crescentemente reconhecido como um grave problema social quando falamos na esfera laboral, mas o mesmo não se pode afirmar relativamente a outras esferas da vida social.

Esta dissertação pretende contribuir para um maior conhecimento deste fenómeno, ainda parcamente estudado em Portugal, através do estudo de um grupo populacional específico: os/as estudantes universitários/as. Para tal, procurou-se compreender quais as experiências e os significados que os/as estudantes atribuem ao assédio sexual; avaliar a importância que assume no contexto académico; e conhecer os mecanismos existentes de consciencialização e de denúncia. Esta análise é feita tendo em conta os discursos normativos que constroem as imagens das mulheres, que enquadram o seu comportamento e definem os seus papéis.

A presente investigação tem uma natureza qualitativa, assentando na análise de conteúdo de focus group e de entrevistas. Os dados recolhidos permitiram perceber que as definições de assédio sexual dos/as estudantes se afastam daquelas que conhecemos dos vários diplomas e que os vários contextos onde estes/as se inserem, moldam as suas representações relativamente ao fenómeno. Ao mesmo tempo, foi possível compreender que tem sido dada pouca atenção à problemática no contexto universitário, o que tem contribuído para que a sua prática continue a ser vivida em silêncio e reproduzida por muitos/as estudantes.

A presente dissertação convida-nos, assim, a (re)pensar os caminhos que devem ser trilhados para um maior reconhecimento do assédio sexual como uma forma séria de violência assente na desigualdade de género.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Assédio sexual; Representações; Violência de Género; Teorias Feministas; Ensino Superior.

## **ABSTRACT**

The aim of this master's degree dissertation is to analyse the representations made by the students of the University of Coimbra regarding sexual harassment. The definition of sexual harassment has been marked by several doubts and by a plurality of meanings from the time it emerged in the 1970's feminist debates to the present day. While it is true that harassment is being increasingly recognized as a serious social issue when we discuss it in the professional sphere, the same cannot be said of other spheres of social life.

This dissertation aims to contribute toward a greater knowledge of a phenomena which is still poorly studied in Portugal, through the study of a specific populational group: university students. To this end, we sought to understand what are the experiences and meanings that students attribute to sexual harassment; to evaluate the importance it assumes in the academic context; and to acknowledge the existing mechanisms for awareness-raising and reporting. The analysis is carried out taking into account the normative discourses that produce images of women, frame their behaviour and define their roles.

This research is of a qualitative nature, relying on the content analysis of focus groups and interviews. The gathered data allowed us to understand that the definitions of sexual harassment among students are different from those we know from the legislation and conventions, and that the contexts in which they are inserted, shape their representations regarding the phenomena. Simultaneously, it was understood that little attention has been given to the issue in the university context, which has contributed for the practice to continue to be lived in silence and replicated by many students.

The present dissertation therefore invites us to (re)think the pathways that should be travelled towards a greater recognition of sexual harassment as a severe form of gender-based violence.

## **KEYWORDS:**

Sexual harassment; Representations; Gender Violence; Feminist Theories; Higher Education.

## INTRODUÇÃO

O assédio sexual emergiu nos debates teóricos, amplamente difundidos pelos movimentos feministas (radicais), na década de 1970, sob a definição de “atenção sexual não desejada”. Catherine Mackinnon, uma das figuras mais proeminentes do movimento, espoletou o argumento sociológico e legal de que o assédio constituía uma forma de discriminação com base no sexo (Oliveira, 2014). O assédio sexual surgiu circunscrito à esfera laboral, imbuído no pressuposto de uma relação hierárquica no local de trabalho. Deste modo, ressalva-se a parca adaptabilidade, ainda nos dias de hoje, a outros contextos onde pode estar presente.

Em Portugal, os estudos sobre o assédio sexual apareceram por volta dos anos de 1980, com enfoque no contexto laboral (Silva, 2017). A Convenção de Istambul (ratificada em 2013) permitiu catapultar as atenções em torno do assédio sexual, uma vez que o acomodou junto de outras formas de violência que têm tido destaque quer nas lutas feministas, quer nas agendas políticas (*idem*). Ao mesmo tempo, despertou acesos debates em torno do piropo e da sua consagração (ou não) na legislação portuguesa.

Dada a crescente visibilidade que a comunicação social tem vindo a conferir ao problema do assédio sexual no seio da Universidade de Coimbra, principalmente em torno dos rituais académicos, vários têm sido os debates em torno do fenómeno. Do ponto de vista teórico, a literatura científica sobre este assunto é muito escassa.

O objetivo da presente dissertação é o de compreender as experiências e significados que os/as estudantes conferem ao assédio sexual e a importância que lhe atribuem. Procura, por isso, conhecer os vários contextos do quotidiano destes/as, compreender as dinâmicas que lhes estão associadas e o modo como representam o assédio sexual em cada um desses contextos. Por fim, pretende-se conhecer os mecanismos de consciencialização e de denúncia que dispõem. Esta dissertação procura, assim, encontrar linhas de resposta para a questão de partida: quais as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual?

Para responder a esta questão, optou-se por uma metodologia qualitativa e, atendendo a população e o assunto a estudar, foram concretizadas quatro sessões de *focus group* a estudantes da Universidade de Coimbra. Do mesmo modo, foram entrevistadas algumas

instituições, com o intuito de abordar pontos de descontinuidade que surgiram com a análise dos *focus group* e para solidificar a importância que os/as estudantes lhes atribuíram.

A primeira parte, relativa ao enquadramento teórico, está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo analisa-se a violência de género e aprofundam-se as discussões mais relevantes para o assunto a estudar. São exemplos os debates teóricos em torno dos conceitos género, poder e patriarcado; a tensão inerente à dicotomia público/privado. Procura-se igualmente desconstruir os pressupostos teóricos em torno da interseccionalidade, da violência entre pessoas do mesmo sexo e da violência exercida por mulheres.

No segundo capítulo propõe-se a análise do assédio sexual, desde o momento em que surgiu, até aos debates mais relevantes na atualidade. De igual modo, deconstruam-se as bases teóricas em torno da delimitação dos conceitos de assédio sexual e procede-se à sua problematização. Sublinha-se igualmente, neste capítulo, a centralidade que tem vindo a assumir no contexto português, nomeadamente através do estudo em torno da problemática e do enquadramento legal. Por fim, analisa-se o piropo e a discussão sobre este conceito enquanto assédio sexual (ou não).

O terceiro capítulo visa informar sobre a investigação que tem vindo a ser empenhada em relação ao estudo do assédio e da violência sexual entre jovens universitários/as.

A segunda parte da presente dissertação, destina-se ao estudo empírico. No quarto capítulo inscreve-se a metodologia a utilizar, o problema de pesquisa, os objetivos e as hipóteses. No quinto capítulo procede-se à análise empírica e apresentam-se os resultados deste estudo.

Para encerrar a presente dissertação serão apresentadas as reflexões que os dados recolhidos suscitaram. Embora estas pretendam contribuir para um maior conhecimento sobre o assédio sexual em Portugal, assumem-se sobretudo como pistas para futuras investigações.

**PARTE I**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



## CAPÍTULO 1

### **VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEXUAL – PISTAS PARA A TEORIZAÇÃO DO ASSÉDIO**

#### **1.1. Violência de Género no privado e no público**

A violência de género tem vindo a ser considerada um flagelo à escala mundial e encontra-se profundamente enraizada na maioria das sociedades (Duarte, 2013; Neves, 2016). É, deste modo, uma grave violação dos direitos fundamentais das mulheres em termos de dignidade, igualdade e acesso à justiça (*idem*; FRA, 2014). Madalena Duarte (2013) diz-nos que “[p]or todo o mundo, as mulheres são alvo de diferentes violências: violência doméstica, violações, incesto, assédio sexual, tráfico para trabalhos forçados ou prostituição, violência relacionada com dotes, crimes de honra, mutilação genital feminina, entre outras” (*idem*, p. 57-58). As formas de violência referidas pela autora têm vindo a ser designadas “violência de género” e distinguem-se por prejudicar homens e mulheres de forma desproporcional (Aboim, 2013; Dias, 2008a; FRA, 2014).

As reflexões iniciais acerca desta forma de violência foram espoletadas por autores/as do campo da saúde mental e começaram por privilegiar aquela que ocorria entre estranhos/as (Duarte, 2013; Muehlenhard & Kimes, 1999). Eram igualmente privilegiadas as teorias em torno do consumo de álcool e das infâncias problemáticas para explicar as condutas violentas dos/as agressores/as (Bograd *apud* Mendes *et al.*, 2013, p. 88). No encalce da literatura de índole feminista, esta perspetiva foi sendo desconstruída e as atenções voltaram-se para a delimitação dos conceitos em torno da violência contra as mulheres e para o desenvolvimento de teorias que permitissem encontrar respostas para os frequentes abusos (Muehlenhard & Kimes, 1999). A investigação permitiu dar respostas e provar que a violência era cometida por homens “que acredita[va]m que o casamento lhes confer[ia] direitos sobre as esposas e que a violência [era] um meio aceitável de exercer esses direitos” (Bograd *apud* Duarte, 2013, p. 59). Esta perspetiva continua a ser sustentada por autores/as que consideram que a violência contra as mulheres existiu desde sempre e, mesmo nas sociedades atuais, é um meio a que os homens recorrem para disciplinar e controlar as mulheres (Muehlenhard & Kimes, 1999), o que lhes é permitido pelas estruturas sociais patriarcais.

Com o entusiasmo dos movimentos de mulheres na transição das décadas de 1960 e 1970, estas questões começaram a ser partilhadas entre elas e permitiram que descobrissem que tinham em comum, entre outros problemas, a violência de que eram alvo no seio familiar. Descobriram, também, que não se tratava de um assunto individual ou pessoal, mas de algo que assumia proporções de um problema social que carecia de respostas (Azambuja, 2008; Dias, 2008b; Tavares, 2008). Deste modo, as perspetivas feministas permitiram desnudar o facto de as sociedades se encontrarem estruturadas com base no género, de onde resulta(va) o exercício do poder por parte dos homens sobre as mulheres (Dias, 2008b).

A terminologia adotada para reportar esta forma de violência não é consensual. Desde logo, realça-se que as definições assumem diferentes significados nas várias regiões e que derivam de perspetivas teóricas distintas, propostas pelas diversas áreas de estudos (Heise & Garcia-Moreno, 2002). Não obstante, a literatura julga incontestável o contributo dos movimentos feministas para a definição e delimitação deste problema (Krook, 2020). Inicialmente, foi empregue o desígnio “violência doméstica” porque foi neste âmbito que o fenómeno começou por ser denunciado e estudado (Macedo, 2015). Todavia, para Dias (2008b), o termo é alvo de contestação por incluir o incesto, a violação entre cônjuges, o abuso de menores e o abuso contra pais, irmãos ou outros familiares. Na esteira de Casimiro (2013), o conceito é ainda plausível de abranger a violência exercida por mulheres no contexto doméstico e familiar. Por estas razões, a designação não encerra todos os contornos que envolvem a violência de que as mulheres são alvo, nomeadamente o facto de poder ocorrer noutros espaços que não o doméstico e de se revestir das mesmas características – as desigualdades com base no género. Para fazer face a este problema, Duarte (2013) diz-nos que foram considerados outros conceitos para enquadrar esta forma de violência, como são exemplos os desígnios “violência contra as mulheres”, “violência na intimidade”, “violência nas relações conjugais”, entre outros. Estes destacam-se, do mesmo modo, pela inadaptabilidade aos contextos em que se desenrolam, dado o enfoque na esfera doméstica, o que remete para a família, tradicionalmente identificada com o casamento. Assim, excluem outros tipos de relações de intimidade e situações onde não há qualquer vínculo, mas onde predominam os abusos. Também o conceito “violência contra as mulheres” é incapaz de solucionar este problema porque deixa de fora a violência

que é dirigida contra os homens e que se reveste das mesmas características, tal como pretendo desconstruir mais adiante.

Para combater estas lacunas, Duarte (2013) elucida que:

[...] começa a desenhar-se uma tendência para se falar de violência de género, que enquadra atos de violência com base no género, cometidos, quase exclusivamente, por homens contra mulheres e sustentados pelas normas culturais, sociais e religiosas e pelas desigualdades económicas (Duarte, 2013, p. 60).

No âmbito da presente dissertação e porque o assédio sexual extravasa a esfera familiar e as relações de intimidade, opto por usar o termo “violência de género”. Este, é suscetível de abranger a violência que é dirigida contra uma pessoa devido ao seu género, à sua identidade ou expressão, ou aquela que afeta de forma desproporcionada indivíduos de um género em particular (Lisboa *et al.*, 2009). Nos pontos seguintes abordo, ainda que de forma sucinta, as discussões que considero mais relevantes em torno deste conceito.

A teoria feminista tem sido atraída para a ideia de que é no cruzamento entre género, poder e patriarcado que se circunscrevem as raízes históricas da opressão das mulheres (Dias, 2008b; Hunnicutt, 2009). Sylvia Walby (1990) revela-nos que o patriarcado é um sistema de estruturas sociais no qual os homens dominam e oprimem as mulheres. Justifica-se, por isso, a relevância da sua análise, uma vez que nos informa sobre a origem da opressão das mulheres (Murray, 1995). Assim, é com base nos pressupostos patriarcais que se confere aos homens “o direito a bater na mulher” (Siegel *apud* Silva, 2017, p. 77) e também o que lhes permite controlar e determinar a conduta destas. Ao mesmo tempo, recebem tolerância por parte da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (Dias, 2010; Saffioti, 2001; Sousa, 2016).

A análise do género é igualmente meritória porque é um dos primeiros e principais eixos que estruturam as nossas sociedades. Como argumenta Joan Scott (2008), “o género é o primeiro domínio com o qual ou através do qual o poder se articula” (*idem*, p. 66) e é a partir dele que se confere aos homens o exercício do poder sobre a mulher, de acordo com a regra patriarcal (Dias, 2008b). Assim, a investigação trilhada pelos feminismos acerca da violência de género tem na sua origem as desigualdades hierárquicas que resultam das diferenças entre o feminino e o masculino e dos discursos que são construídos à sua volta (Duarte, 2013).

A célebre afirmação de Simone de Beauvoir (2015) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (*idem*, p. 14) permitiu introduzir e usar o “género” como instrumento contra as interpretações biológicas (Duarte, 2013). A este respeito, Carol Pateman (2003) afirma que:

[...] o “género” foi introduzido como uma arma crucial na luta contra o patriarcado. O pressuposto patriarcal é o de que as mulheres são naturalmente submissas aos homens, submissão essa que é devida à sua biologia, ao seu sexo. O referir do género em vez do sexo prova que a posição das mulheres não é ditada pela natureza, pela biologia ou sexo, mas é uma questão de invenção social e política (*idem*, p. 36).

Tal como reivindica Gisela Bock (2008), o “género” tem vindo a ser usado a fim de informar que o estado de subordinação, de inferioridade e de falta de poder das mulheres não é ditado pela natureza. Pelo contrário, encontra-se alicerçado nas construções sociais, culturais, políticas e históricas que não habitam apenas nos espaços domésticos e privados, como se cruzam e interpelam nas diversas esferas da vida pública das mulheres. Perante esta aceção, a violência de género encontra-se estreitamente associada ao desenvolvimento histórico das relações familiares e à divisão e tensão entre os domínios público e privado (Dias, 2008b). Assim, é relevante analisar e discutir os principais argumentos e perspetivas que envolvem esta tensão.

A dicotomia público/privado<sup>1</sup> é historicamente variável e traduz os vários processos de organização das sociedades ocidentais da modernidade. A esta distinção reconhece-se, ainda, o papel central na teoria liberal, onde se inscrevem as ambiguidades que resultam das práticas e pressupostos patriarcais. Estas ambiguidades, como se pretende demonstrar, encontram-se profundamente enraizadas e têm consequências drásticas, principalmente para as mulheres (Aboim, 2012; Okin, 2008).

Simone de Beauvoir (2015) revela que “a história [nos] mostrou que os homens detiveram sempre todos os poderes e julgaram útil manter as mulheres em estado de dependência” (*idem*, p. 243). Este corolário demonstra que sempre coube aos homens ditar os espaços que as mulheres ocupam ou devem ocupar, desde o seu nascimento (Dias, 2010; Melo & Menta, 2013). Assim, estas têm vindo a ser encaradas como propriedade e incumbidas de ocupar a esfera privada (Dias, 2010) e aos homens cabe o domínio da esfera pública (Melo & Menta, 2013; Okin, 2008).

---

<sup>1</sup>Para a análise desta dicotomia, sigo de perto a contextualização trilhada na Tese de Doutoramento de Madalena Duarte (2013).

Com a emergência do feminismo radical, acomodado ao *slogan* “o pessoal é político”, a tensão em torno da dicotomia tornou-se mais evidente:

Assim, numa tentativa de politizar o pessoal, as feministas, sobretudo radicais, procuraram demonstrar que o poder e as práticas políticas e económicas estão estritamente relacionados com as estruturas e práticas da esfera doméstica e que, conseqüentemente a injustiça das leis existentes se deve a uma estrutura omnipresente da dominação masculina – patriarcado – que começa no espaço privado e se expande para a esfera pública e instituições políticas (Duarte, 2013, p. 71).<sup>2</sup>

A crítica inerente a esta corrente manifesta-se contra o feminismo liberal, que reclamava para as mulheres os direitos dos homens (Duarte, 2013). A literatura diz-nos que as reivindicações desencadeadas por esta corrente não procuraram desafiar o papel da mulher no interior da família, mas tão somente a defesa dos direitos e oportunidades destas (e.g. educação, sufrágio), com o argumento de que fariam delas esposas e mães melhores (Okin, 2008). Ainda que as lutas do feminismo liberal tenham reclamado a igualdade de direitos na esfera pública, as mulheres acabaram por aceitar o seu vínculo à esfera doméstica e, portanto, a responsabilidade por esta foi sendo natural e inevitável (*idem*). Em contrapartida, o feminismo radical procurou demonstrar, com o *slogan* referido anteriormente, que a cidadania não se exerce apenas no espaço público, mas também na intimidade e que estes dois espaços estão interligados. Direcionou, por isso, a sua combatividade para a instituição família (privado), por julgar que nela residia a maior fonte de opressão das mulheres (Duarte, 2013). Assim, quando as feministas radicais defendem a separação das duas esferas (Okin, 2008), pretendem desconstruir a neutralidade entre estas e demonstrar que é nesta relação que as desigualdades de género são continuamente (re)produzidas (Aboim, 2012).

Se, como afirma Duarte (2013), “o que acontece na vida pessoal não é imune em relação à dinâmica de poder entre os sexos nem isolado da vida pública” (*idem*, p.72), é imprescindível equacionar a possibilidade de o poder patriarcal, no espaço privado, ser transferido para o espaço público. Nesta senda, é importante dissecar o modo como o patriarcado se conecta com outros espaços estruturais (*cf.* Walby, 1990).

---

<sup>2</sup> Embora o enfoque da citação seja a legislação, nomeadamente com a alusão à “injustiça das leis”, dado que é o ponto chave da tese defendida por Duarte (2013), o que se pretende aqui destacar é a expansão do patriarcado do espaço privado para o espaço público.

No âmbito da presente dissertação destaco a relação entre o patriarcado e o espaço estrutural da Economia, voltado para o mercado, ou seja, para o sistema capitalista<sup>3</sup>. A literatura não é consensual a este respeito. Há autores/as que defendem que a interação entre o patriarcado e o sistema capitalista é conflituosa (Walby *apud* Duarte, 2013, p. 80) e realçam que o capitalismo não foi eficaz ao ponto de abolir o sistema patriarcal (Walby, 1990). Aliás, destacam que foi uma porta de entrada para que a violência se articulasse com outras formas de opressão, como é o caso da classe social (Duarte, 2013). Outros/as autores/as defendem que a emergência do capitalismo apenas tornou mais explícita a subordinação das mulheres (*idem*). Especial atenção será dada à primeira perspectiva, embora não se possa negligenciar a segunda.

Duarte (2013) diz-nos que do espaço da economia e do mercado de trabalho, por via das classes sociais, resultam relações de exploração e precarização das mulheres. Deste modo, o que se pretende demonstrar é que ao mesmo tempo que o patriarcado confina as mulheres ao espaço doméstico e à esfera privada, ao trabalho da criação dos/as filhos/as e manutenção familiar (Bock, 2008), o capitalismo é responsável por as empurrar para fora de casa, para o mercado e para a esfera laboral (Ferreira *apud* Duarte, 2013, p. 80). Por sua vez, é nestes espaços que as mulheres são alvo dos efeitos perversos do patriarcado.

O efeito mais explorado pela literatura diz respeito à divisão igualitária do trabalho, dado que o mercado incita as mulheres a participar nele de forma injusta. Assim, uma vez que o sistema se mantém favorável aos homens, as mulheres acabam por ser excluídas dos melhores empregos. O mesmo acontece quando falamos em estratégias, ainda que informais, relacionadas com a distribuição dos cuidados domésticos e cujo objetivo é a viabilização da paridade, onde estas, não raras vezes, são sobrecarregadas com as tarefas domésticas, com a prestação de cuidados e o seu trabalho é continuamente expropriado (Aboim, 2012). A perversidade estende-se, também, à violência de que são alvo nestes espaços. Neste encalce, o assédio sexual no local de trabalho revela as mesmas características e resquícios da violência que as mulheres sofrem na esfera privada e que, por via da contaminação das esferas, constitui um dos principais obstáculos para o exercício da

---

<sup>3</sup> É relevante clarificar que o capitalismo está presente tanto no espaço público, como no espaço privado, e que o espaço público não se restringe apenas ao capitalismo. Importa também referir que se procurou fazer apenas referência aos espaços mais relevantes para o estudo do assédio sexual.

cidadania plena por parte destas (Duarte, 2013; Magalhães, 2011). Embora se tenham lançado aqui as bases para esta reflexão, este tópico será desenvolvido no Capítulo 2.

## **1.2. Violência de género e interseccionalidade**

As teorias feministas que advêm das correntes pós-coloniais trouxeram um desafio à teorização em torno da violência de género, que analisamos anteriormente, que se prende com a necessidade de articular o género com outras formas de opressão (Duarte, 2013; Walby *et al.*, 2012). Ainda que a categoria “género” seja bastante profícua para explicar a violência de que as mulheres são alvo, as críticas do feminismo pós-colonial demonstram que não é suficiente para dar conta das desigualdades e diferenças entre as próprias mulheres e que se inscrevem dentro do próprio género feminino (Branco, 2008). É neste cenário que João Oliveira (2010) informa que, “ainda que a opressão sexista seja uma experiência comum a todas as mulheres, não é suficiente para homogeneizar esta experiência” (*idem*, p. 29). O autor denuncia, assim, a urgência de teorizar o género na sua relação com outras estruturas de opressão (Duarte, 2013).

Kimberlé Crenshaw (1991) partiu da invisibilidade de mulheres afroamericanas num estudo sobre a violência doméstica e questionou o porquê de estas serem continuamente apagadas pelos silêncios estratégicos do racismo e do feminismo (Walby *et al.*, 2012). Para responder a este problema, a autora deu origem ao termo “interseccionalidade”, de forma a capturar as consequências da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Assim, este conceito tem sido usado a fim de dar conta do modo como a raça, a classe, o género, a sexualidade, a etnia, a nacionalidade ou a idade operam na relação com a(s) violência(s) de que as mulheres são alvo. Estas categorias não atuam como unidades isoladas ou enquanto individualidades mutualmente exclusivas, mas como fenómenos que, construídos reciprocamente, moldam e originam desigualdades sociais complexas (Collins, 2015; Crenshaw, 1991). A interseccionalidade informa-nos, assim, sobre as múltiplas pertenças categoriais e ganha corpo no modo como o sistema das várias experiências de discriminação gera mecanismos de exclusão e de controlo social para as mulheres. Recorre-se, também, a este conceito para perceber de que forma os diferentes conjuntos de identidades têm impacto no acesso das mulheres aos direitos e às oportunidades (Branco, 2008; Oliveira, 2010).

É perante esta aceção que João Oliveira (2010) defende que, com as lentes da interseccionalidade, “a teoria feminista deixa de querer habitar nesse espaço da “mulher” e passa a querer entender as imbricações das várias multitudes contidas nessas mulheres” (*idem*, p. 30). Esta perspetiva tem, assim, permitido romper com as conceções *mainstream* acerca da violência contra as mulheres, nomeadamente a ideia de que a violência as afeta apenas devido ao seu género (Duarte, 2013). Esta teoria é imprescindível no estudo da violência de género porque nos informa que as mulheres experienciam, simultaneamente, diferentes formas de opressão que compõem obstáculos e constrangimentos à sua cidadania plena. Realça-se, por via do que aqui se discute, que a violência não é um fenómeno homogéneo porque afeta mulheres, mas heterogéneo, uma vez que estas estão imersas em contextos sociais onde se cruzam diferentes sistemas de poder (Branco, 2008; Duarte & Oliveira, 2012).

### **1.3. A face oculta da violência de género – a violência exercida por mulheres**

Sob a premissa de que homens e mulheres podem ser tanto vítimas como perpetradores/as de atos violentos, como já anteriormente referi, é importante reconhecer que as características das formas de violência que habitualmente afetam as mulheres se distinguem das que atingem os homens (Heise & Garcia-Moreno, 2002). Estes, não raras vezes, são mortos ou agredidos em lutas ou conflitos e são, com maior regularidade, os perpetradores da violência que é exercida sobre as mulheres. A literatura diz-nos que o traço mais significativo que marca a diferença entre a vitimação masculina comparativamente à feminina predomina na natureza da violência. No caso das mulheres, é permeada pelas desigualdades de género, o que contrasta com a que maioritariamente afeta os homens, cuja vitimação é idêntica à que é verificada na população em geral (Lisboa *et al.*, 2009).

As mulheres não são consideradas as habituais perpetradoras de atos violentos, por isso, muitas vezes, a literatura de índole feminista aponta a violência de género como algo exclusivo destas (Carmo *et al.*, 2011; Machado & Matos, 2014). É importante não negligenciar que o problema não se limita ao sexo feminino e, por este motivo, a investigação tem procurado expor e problematizar esta face oculta.

Como já atrás se referiu, as teorias feministas têm vindo a sustentar que a violência tem no seu epicentro o patriarcado enquanto sistema de opressão que, por sua vez, tem na sua base as desigualdades entre os géneros. Este argumento, de acordo com algumas visões, cola a mulher a um lugar de vítima e de passividade:

É justamente nesta senda que a perspectiva feminista radical, não só se revela incapaz de conceber a figura da mulher como potencial agressora, situando-a permanentemente na posição de vítima como, ao fazê-lo, associa a sua imagem à de um ser completamente indefeso, inábil e desprovido de capacidade de (re)acção (Casimiro, 2013, p. 17).

De acordo com esta perspectiva, é fulcral entender os comportamentos atribuídos ao feminino e ao masculino por via dos papéis sexuais. Assim, propõe-se analisar o modo como estes têm vindo a contribuir quer para a manutenção da invisibilidade da violência exercida pelas mulheres, quer para reforçar o modo como têm sido tradicionalmente aceites e reproduzidos (Casimiro, 2013).

Recuperando os postulados teóricos de Simone de Beauvoir, sublinha-se uma relação de causalidade de acordo com a qual ser-se de um determinado sexo é tornar-se um dado género. Judith Butler (2017) rompe com este pressuposto ao afirmar que, independentemente da intratabilidade biológica que o sexo pareça ter, o género é uma construção social. De acordo com a teoria proposta pela autora, a “mulher” não precisa de ser a construção do corpo feminino, tal como o “homem” não precisa de interpretar apenas corpos masculinos. Assim, o género deixa de ser interpretado como algo que *se tem*, mas como algo *se vai fazendo* e a ser concebido enquanto ato performativo (Nogueira, 2001; Pereira, 2009, 2013). Na abertura de um espaço em que os indivíduos podem “fazer género”, manifestam-se diferentes formas de “ser mulher” e de “ser homem” construídas por meio de papéis atribuídos a cada género pela sociedade. Estes papéis, por sua vez, são o conjunto de expectativas relacionadas com os comportamentos que cada sexo deve desempenhar (Carrito & Araújo, 2013) e ditam o modo como as mulheres e os homens se devem comportar, de acordo uma grelha de normas e atos que se espera que executem (Amâncio, 1993, 1994; Oliveira & Amâncio, 2002).

Nas últimas décadas temos assistido a mudanças no modo como, tanto os homens como as mulheres, constroem a sua identidade de género, destacando-se o abandono dos papéis que tradicionalmente lhes vinham a ser atribuídos. Contudo, persistem imagens que têm sido preservadas pela sociedade (Casimiro, 2013): a mulher como afetuosa, carinhosa,

meiga e sensível; o homem enquanto forte, corajoso, assertivo e agressivo (Amâncio, 1992, 1993, 1994).

A violência encontra-se ligada à masculinidade e ancorada a estereótipos de acordo com os quais os homens são mais fortes do que as mulheres e, por isso, manifestamente menos propensos de lhes ser imputada a ideia de vitimação (Carmo *et al.*, 2011). Contrariamente, quando são vítimas, há alguma dificuldade em categorizar os atos enquanto violência, dado que não é esperado que o sejam por via dos papéis que lhes são atribuídos pela sociedade. Do mesmo modo, há a ideia de que, caso se encontrem no papel da vítima, sejam capazes de se defender, o que contribui para a manutenção dos papéis sexuais tradicionalmente aceites (Costa *et al.*, 2011).

Do lado das mulheres é igualmente relevante romper com o mito de que não são violentas e revelar esta faceta. Vera Duarte (2013), embora recorra ao conceito de delinquência no seu trabalho teórico, evidencia alguns traços da violência exercida pelas mulheres. Desde logo, comprova o modo como as representações tradicionais sobre os papéis de género alimentam definições sustentadas na associação da violência à masculinidade, símbolo de poder e virilidade e que não encaixa na feminilidade. Assim, a autora propõe que esta discussão seja feita a partir da matriz da transformação dos papéis atribuídos às mulheres pela sociedade. Neste exercício, a autora salvaguarda, ainda, que homens e mulheres estão cada vez mais presentes nos mesmos espaços e, por isso, sujeitos/as às mesmas tensões. Nesta senda, sugere que se possam repensar as categorias da violência exercida por mulheres, para que deixem de ser conceitos vazios que colonizam definições em função da violência que é exercida pelos homens. De modo concreto, a autora pretende que se deixe de habitar nas conceções tradicionais acerca dos papéis sexuais e chama a atenção para as suas múltiplas expressões e contextos envolventes (*idem*; Duarte & Carvalho, 2013).

Ressalva-se, também, a dificuldade que a sociedade tem em perceber a mulher como alguém capaz de exercer violência e de perpetrar um crime. Ao longo dos anos, tem vindo a perpetuar-se a ideia de que o lugar da mulher no crime é o da vítima e não o da criminosa.

Os homens cometem crimes. A criminalidade é um *topos* da masculinidade. “Crime” evoca força, violência, falta de compaixão, insensibilidade pelo sofrimento alheio. Coisas de que os homens são capazes. As vítimas serão mulheres. A vítima é um ser indefeso, violentado, inocente ou provocador mesmo sem querer. A vitimização corresponde a uma certa essência da feminilidade.

Quando estes papéis se invertem, o desvio (o desvio à “normalidade do desvio” que é a criminalidade) acentua-se. A mulher que mata não é “simplesmente” homicida, é um monstro (Beleza, 2004, p. 32).

Para Duarte (2013), as mulheres, não raras vezes, são sancionadas de modo mais severo pela sociedade, uma vez que esta se baseia numa dicotomia de género fortemente ancorada à agressividade/passividade (*idem*). Quando a mulher comete um crime, há uma mudança paradigmática em torno dos papéis sexuais: por um lado, assiste-se ao afastamento dos papéis tradicionais e à desconstrução do mito de que a mulher não é agressiva; por outro lado, observa-se a desvalorização, por parte dos homens, da violência de que são alvo, dado que os papéis sexuais ditam quem pode perpetrar a violência e quem deverá ser a vítima (Barros *et al.*, 2019).

#### **1.4. Violência entre pessoas do mesmo sexo**

Os estudos sobre a violência de género têm privilegiado aquela que ocorre entre homens e mulheres e descurado outras facetas que se encontram inexploradas, como é o caso da violência entre pessoas do mesmo sexo. Embora seja uma realidade indesmentível na sociedade, tem permanecido silenciada (Santos, 2012; Topa, 2010).

Conforme demonstra a literatura, a violência entre pessoas do mesmo sexo revela o mesmo grau de incidência em relação àquela que ocorre entre pessoas de sexos diferentes (Matthews *et al.*, 2002) e apresenta características e dinâmicas semelhantes a qualquer manifestação de violência (Topa, 2010). No entanto, o fenómeno reveste-se de particularidades, como o facto de questionar alguns preceitos feministas, os quais importa sublinhar (*idem*). Como referi anteriormente, a violência tem sido associada às relações de género desiguais e, por isso, este caso paradigmático desconstrói esse preceito, dado que não se verificam desequilíbrios entre os géneros. Ao mesmo tempo, é imprescindível refletir sobre o estatuto minoritário que as relações entre pessoas do mesmo sexo têm na sociedade. Assim, é fulcral compreender os conceitos interseccionalidade e masculinidade hegemónica (Elísio *et al.*, 2018).

Tal como sublinha Santos (2012), “importa considerar o fenómeno da violência desde um ponto de vista caleidoscópico, que englobe as suas múltiplas facetas e nuances” (*idem*, p. 14). A abordagem feminista interseccional, explorada anteriormente, compõe uma

ferramenta imprescindível para o estudo desta forma de violência porque permite compreender os vários eixos de opressão dentro da sociedade (Elísio *et al.*, 2018), nos quais se encontra a sexualidade.

Recuperando as discussões em torno do género que expus anteriormente, é crucial analisar a teoria de Robert Connell (1997) em torno da(s) masculinidade(s), a qual estabelece que a masculinidade se refere ao modo como cada sociedade interpreta os corpos masculinos e a feminilidade por correspondência ao feminino (Carrito & Araújo, 2013). Ambas não são fixas, porque cada uma delas é internamente complexa e contraditória. Assim, ao assumir que existem várias masculinidades, o autor usa o conceito de masculinidade hegemónica para destacar aquela que é sobrevalorizada em cada espaço-tempo em relação às restantes. Trata, a título de exemplo, da forma como os homens se apropriam do papel masculino ideal (Elísio *et al.*, 2018), de manter a dominação masculina sobre as mulheres e de manter igualmente em estado de dependência outras formas de masculinidade (Oliveira & Amâncio, 2002). É, inclusive, o que ensina os homens a desejar mulheres e a desprezá-las, a ter medo de outros homens e a desenvolver entre si a ideia de companheirismo (Saavedra, 2004).

A literatura estabelece que as diferenças entre a violência perpetrada entre pessoas de sexos diferentes e aquela que ocorre entre pessoas do mesmo sexo estão no facto de lhes estar associado um contexto heterossexista e heteronormativo (Brown, 2008; Elísio *et al.*, 2018; Santos, 2012). Portanto, é imprescindível entender o modo como corpos, pessoas, práticas e normas sofrem processos de naturalização em detrimento de outros géneros, formas ou expressões não-normativas (Costa *et al.*, 2010).

A heterossexualidade é a forma usada para interpretar relações sociais a partir das quais se caracterizam pessoas como sendo feminino e masculino (Barros *et al.*, 2019). Enquanto categoria e estrutura de poder, tem vindo a ser privilegiada e normalizada (Costa *et al.*, 2010). Por sua vez, o heterossexismo tem sido usado para referenciar o sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer forma de comportamento, identidade ou comunidade não heterossexual (Moita, 2006).

[...] não se trata de ver apenas a existência de diferentes orientações sexuais, trata-se antes de reconhecer que as sociedades reproduzem ativamente determinadas formas de sexualidade em detrimento de outras – que tentam manter controladas enquanto minoritárias (Elísio *et al.*, 2018, p. 51).

O problema da violência entre pessoas do mesmo sexo prende-se sobretudo com a dificuldade que as pessoas têm em lidar com a sua orientação sexual, que por si só as remete à discriminação. Por outro lado, uma vez que a problematização da violência de género tem sido feita em torno das desigualdades entre os géneros, há alguma dificuldade em categorizar as vivências e experiências desta índole, que ocorrem entre pessoas do mesmo sexo, enquanto tal. Por fim, atendendo que as vítimas sentem culpa por viver uma ordem de género “fora da norma” (Elísio *et al.*, 2018), não raras vezes, acreditam que são merecedoras ou culpadas e que esta situação surge como castigo face à sua orientação sexual perversa (Nunam *apud* Costa *et al.*, 2010, p. 7). O estigma é o que conduz à desvalorização e silenciamento da violência entre pessoas do mesmo sexo.

### **1.5. A Violência Sexual**

A violência sexual constitui uma das dimensões da violência de género<sup>4</sup> que, pela sua natureza, não sobressai e que pode estar associada à coocorrência de outras formas de violência (Lisboa *et al.*, 2009). Esta, informada pela desigualdade histórica das mulheres nas sociedades, nem sempre foi considerada uma grave violação de direitos, particularmente das mulheres, dado que foi, durante muito tempo, socialmente tolerada e desvalorizada (Mendes, 2016; Mota, 2020; Ventura, 2018).

A literatura diz-nos que a violência sexual tem vindo a ganhar interesse na gramática e na academia portuguesa (Ventura, 2018). Apesar disso, do ponto de vista sociológico, tem sido um assunto pouco explorado e marcado pela inexistência de uma definição uniformizada. Desde logo, é importante referir que os conceitos sugeridos pelos/as diferentes autores/as e pelas organizações, apresentam variações, o que torna difícil obter uma definição clara e passível da sua delimitação. Dado que os conceitos são informados pela investigação, enuncio as principais pistas que mostram o caminho trilhado neste âmbito (Lisboa *et al.*, 2009).

Os primeiros estudos acerca da violência sexual remontam à década de 1970, momento em que também a violência contra as mulheres foi desnudada e denunciada. Surgiram,

---

<sup>4</sup> As Convenções, Diplomas, documentos oficiais e a literatura apontam que a violência de género pode ocorrer sob a forma física, psicológica e sexual (Krug & Dahlberg, 2002).

inicialmente, comprometidos com o pressuposto de que as situações mais comuns de violência sexual eram aquelas em que a vítima era violada por estranhos/as (Lisboa *et al.*, 2009; McMahon, 2011). Por esta razão, as definições em torno do conceito, eram figurativas deste pressuposto e do enquadramento legal conhecido no momento, o qual tinha especial enfoque na penetração vaginal, no uso da força física e na ausência de consentimento (Spohn and Horney *apud* FAL, 2019, p. 14). A investigação permitiu desconstruir estes pressupostos e provou que a violação era um fenómeno mais frequente do que se julgava até então. Provou, ainda, que a maior parte dos episódios de violência sexual não se coadunavam nos estereótipos que eram considerados até ao momento (Martins, 2012; Muehlenhard & Kimes, 1999). No caso das violações, ocorriam principalmente entre indivíduos que se conheciam, o que gerou uma alteração significativa (embora gradual) na forma como a violência sexual estava a ser estudada e interpretada. Assim, começaram a ser abordados os seguintes conceitos: *wife rape*, para o caso de mulheres agredidas no âmbito de uma relação conjugal; e *date rape*, para reportar as violações no contexto do namoro ou saídas ocasionais. Ao debruçar as atenções sobre estes dois conceitos, os estudos mostraram que, por se desenrolarem principalmente no âmbito das relações de intimidade, não raras vezes no contexto de namoro, as situações não chegavam a ser denunciadas e reportadas (Caridade & Machado, 2013; Fisher *et al.*, 2000; Martins, 2013; Muehlenhard & Kimes, 1999; Santos & Caridade, 2017). Permaneciam, por isso, omissas e acabavam por não ser englobadas e espelhadas na maioria das definições. Com vista ao alargamento do conceito, os estudos sugeriram o enquadramento de outras tipologias, as quais permitiram compreender que a violência sexual pode ocorrer em múltiplos contextos, desde a família, emprego ou espaços públicos. À semelhança das restantes formas de violência de género, envolve um conjunto de atos que nem sempre foram considerados violentos e que podem ser cometidos por pessoas conhecidas ou não da vítima (Lisboa *et al.*, 2009). Assim, tem vindo a ser conceptualizada sob uma amplitude de comportamentos sexualmente violentos e concebida por várias instâncias tanto nacionais, como internacionais, tal como é o caso da Organização Mundial de Saúde, como:

[...] todos os atos sexuais ou tentativas para obtenção de atos sexuais, comentários sexuais não consentidos, ações contra a sexualidade de uma pessoa, através do uso da coação sexual, por qualquer pessoa, independentemente da relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, mas não se limitando a ambientes como casa e trabalho (Krug & Dahlberg, 2002).

Embora a maioria das vítimas de violência sexual pertença ao sexo feminino, não se podem, de modo algum, silenciar as do sexo masculino (Krug & Dahlberg, 2002). Recuperando a discussão em torno dos papéis sexuais, tem-se perpetuado a ideia de que os homens são invulneráveis, não têm controlo, do mesmo modo que as mulheres têm sido encaradas como vulneráveis, passivas e reduzidas a objetos disponíveis para os homens (Muehlenhard & Kimes, 1999). A não ser o caso da infância e do abuso sexual de menores, no qual se inclui o sexo masculino, a violência sexual sobre os homens tem sido pouco investigada (Prazeres *et al.*, 2014). A literatura diz-nos que uma parte substantiva da violência sexual que é perpetrada contra estes ocorre no seio de relações entre pessoas do mesmo sexo. Destacam-se, também, as violações, entre outras formas de coação sexual, no contexto prisional e o facto de serem ferramentas usadas para manter a disciplina e o respeito (Krug & Dahlberg, 2002). Assim, o estudo do fenómeno da violência sexual apresenta limitações, dado que os ditames do género ancorados nos valores e tradições de carácter sexista, que atribuem aos homens o controlo da sexualidade das mulheres, tomam como inadmissível que possa ocorrer contra eles mesmos (*idem*).



## CAPÍTULO 2

### ASSÉDIO SEXUAL

#### 2.1. O Assédio enquanto Violência Sexual

Entre os conceitos associados à violência sexual destaca-se o de “assédio”, por ser o que espelha a maioria dos comportamentos relacionados com esta forma de violência e o que levanta maiores dificuldades na sua definição e delimitação (Lisboa *et al.*, 2009). Este conceito encontra-se definido na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, comumente designada Convenção de Istambul, como:

Qualquer tipo de comportamento indesejado de natureza sexual, sob a forma verbal, não-verbal ou física, com o intuito ou o efeito de violar a dignidade de uma pessoa, em particular quando cria um ambiente intimidante, hostil, degradante, humilhante ou ofensivo.<sup>5</sup>

Realço a definição redigida na Convenção de Istambul porque foi esta que permitiu acomodar o assédio sexual junto de outras formas de violência de género que têm tido destaque tanto nas lutas feministas, como nas agendas políticas (Silva, 2017). Deste modo, o diploma é voltado para o reconhecimento de que o assédio sexual é uma forma de violência de género que não sobressai, mas que afeta desproporcionalmente as mulheres (Sottomayor, 2015).

É premente sublinhar que envolve comportamentos de carácter sexual que vão desde o piropo (entendido como galanteio) até à própria violação (Amâncio & Lima, 1994). Nem sempre as condutas que engloba foram ou são interpretadas enquanto violência, o que requer um enquadramento passível de mostrar o modo como surgiu e foi estudado.

---

<sup>5</sup> Definição redigida no artigo 40.º da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011, aprovada por Portugal, publicada na resolução da Assembleia da República n.º 4/2013, de 21 de janeiro e em vigor a 1 de agosto de 2014. Consultada em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1878&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis)

## 2.2. A invenção do conceito de assédio sexual – da esfera laboral ao estatuto da sexualidade na teoria feminista<sup>6</sup>

Foi a partir dos relatos das experiências de mulheres trabalhadoras no âmbito de um curso intitulado “Women and Work”, que Lin Farley cunhou e atribuiu o desígnio “assédio sexual” às experiências narradas (Dias, 2008; Torres *et al.*, 2016). Estas experiências referiam-se sobretudo ao abuso de mulheres trabalhadoras por parte dos seus superiores (Zippel *apud* Torres *et al.*, 2016, p. 46). De igual modo, aludiam à “atenção sexual não desejada”, dado que as situações passavam pela exigência explícita ou implícita, por parte de superiores, a que as mulheres, suas subordinadas, se mostrassem sexualmente disponíveis (Crouch, 1998; Torres *et al.*, 2016). Neste âmbito, a autora considerou que o assédio consistia num comportamento masculino, de natureza sexual indesejada e não recíproco (Crouch, 1998; Dias, 2008a), e que até então fazia parte do pressuposto de ter ou manter um emprego.

Para Ana Silva (2017), embora a invenção do conceito tenha sido reclamada por Lin Farley, “Catherine MacKinnon seria a grande impulsionadora” (*idem*, p. 42). O argumento que se encontra na base desta afirmação é o de que esta autora permitiu dar o salto entre uma perceção isolada do assédio sexual, do domínio das ofensas interpessoais, para uma perspetiva mais ampla de subordinação das mulheres em relação aos homens (*ibidem*). Assim, foi MacKinnon que fabricou o argumento sociológico e legal de acordo com o qual esta experiência constitui uma forma de discriminação com base no sexo (Oliveira, 2014). De outro modo, espoletou a ideia de que o assédio se afasta do desejo sexual, uma vez que se instancia na afirmação do poder masculino sobre as mulheres (Magalhães *et al.*, 2019; Oliveira, 2014; Torres *et al.*, 2016).

A partir da gramática de Catherine MacKinnon foi possível começar a trilhar um caminho do ponto de vista jurídico com base nos casos que chegavam a tribunal e propor uma definição relativa ao assédio sexual. Sublinha-se que os casos ocorriam principalmente no local de trabalho e assumiam duas formas: o assédio *quid pro quo* e o assédio de ambiente hostil. Na ótica de Isabel Dias (2008a), até ao final dos anos 1980, a maioria das denúncias de assédio correspondia ao designado *quid pro quo*. A expressão latina diz respeito a uma troca de favores e, portanto, em jogo estaria a tentativa de obtenção de favores sexuais

---

<sup>6</sup> Neste ponto sigo de perto a contextualização histórica fornecida por Ana Silva (2017).

em troca de benefícios nas condições de trabalho. Quando a vítima recusa esta situação pode traduzir-se em despromoção, detioração das condições de trabalho e pode incorrer em situação de despedimento. Assim, os comportamentos que lhe estão na base são sugestivos de compensação com promoção e obtenção de melhores condições de trabalho (Dias, 2008a; Torres *et al.*, 2016). A outra forma de assédio caracteriza-se pelo ambiente hostil e de intimidação com base no sexo. Sobre esta, a literatura sublinha que lhe estão associadas práticas ofensivas e humilhantes, produto de atitudes sexistas, machistas ou misóginas (Torres *et al.*, 2016).

Destaca-se manifestamente o contributo teórico de Catherine MacKinnon, não apenas por ter despertado as atenções em torno do problema do assédio sexual no contexto do trabalho, mas por ter impulsionado a investigação em torno dele.

Jane Gallop (1997), na obra “Feminist accused of sexual harassment”, conta a história de como foi acusada e punida por assédio sexual a duas alunas e o modo como o feminismo o inventou:

O argumento da autora não é, obviamente, que o feminismo está na origem do assédio sexual, ou da sua prática, mas que o inventou ao isolá-lo conceptualmente, ao despertar uma consciência político-jurídica para o seu significado social, ao imputar-lhe uma natureza estruturalmente desigualitária (...) (Silva, 2017, p. 24).

É no enalce dos movimentos feministas que se dá a disciplinarização académica do assédio sexual, nomeadamente com a eclosão de uma área de estudos suscetível de produzir e de consagrar esta prática enquanto disciplina e objeto de estudo (Silva, 2017). O feminismo que alavancou a fabricação do conceito, comumente catalogado de radical, foi sobretudo construído em torno do argumento de que a dominância masculina é sexual, uma vez que os homens sexualizam hierarquicamente com base no género (*idem*). Assim, a sexualidade é o fundamento das desigualdades entre os géneros e, em última instância, a mulher é identificada e ela própria se reconhece como alguém cuja sexualidade existe para outrem (*ibidem*; MacKinnon, 1982, 1989).

Para se contar a história do assédio sexual e o modo como foi inventado, é premente questionar o modo como a pornografia se tornou um referencial para pensar a sexualidade enquanto eixo de dominação masculina. Nesta senda, Catherine MacKinnon, que se inscreve numa linha de ativismo anti-pornografia, acusa a indústria de promover uma

realidade hostil para as mulheres (Ventura, 2018). Para a autora, é o que as exhibe na sua “intrínseca e iminente violabilidade” (Silva, 2017, p. 36) e o que encoraja a violência e submissão das mulheres. Considera, assim, que a pornografia é uma forma de sexo forçado onde se institui a desigualdade de género (MacKinnon, 1982, 1989; Silva, 2017) e o que faculta aos homens o que eles pretendem sexualmente: mulheres batidas, obrigadas, forçadas, humilhadas, desfiguradas, mortas, criando a ilusão de que não passam de mulheres acessíveis, à espera para serem usadas e objetificadas (*idem*).

Esta perspetiva não é consensual, dado que a crítica que lhe está inerente se encontra na tensão entre a sexualidade como libertação sexual e a sexualidade como extensão do privilégio masculino. Este último ponto de vista é defendido por autores/as como Camille Paglia, que defendem que as situações referidas não levam necessariamente à violência e que podem, inclusivamente, abrir espaço para o empoderamento feminino (Silva, 2017).

É nesta aceção da sexualidade enquanto submissão feminina, ilustrada pela pornografia, que MacKinnon fundamenta e convence os tribunais de que o sexo é uma estrutura de poder hierárquico na qual se manifesta o assédio sexual. Para a autora, o assédio não é primeiramente um abuso de força física, de violência ou de autoridade: é um abuso de sexo (Silva, 2017) e é o que trivializa a ideia de que os corpos e a sexualidade das mulheres não são governadas por elas próprias (Mendes, 2016). Assim, quando um homem assedia sexualmente uma mulher, expressa o controlo sexual sobre ela sob a forma de um mecanismo de dominação (Oliveira, 2014; Silva, 2017).

### **2.3. As definições de assédio sexual**

Se definir é limitar, importa esclarecer que as definições refletem uma realidade que, não raras vezes, acaba por ser desfigurada por elas mesmas. Isto acontece porque a realidade é sempre mais rica e complexa e não é, por muitas razões, possível de inscrever nas definições no seu todo (Lança, 2016). O mesmo acontece quando pensamos nas que conhecemos acerca do conceito de assédio sexual e em todas as que se encontram relacionadas com o fenómeno.

O maior problema que persiste na literatura relativa ao assédio sexual habita na ausência de uma definição unânime acerca do termo e que seja, ao mesmo tempo, passível de

enquadrar a variedade de experiências que este engloba. Para Margaret Crouch (1998), o conceito de assédio sexual não é estável e, possivelmente, nunca o será. O argumento da autora prende-se com o facto de as primeiras definições formuladas acerca do fenómeno incluírem aproximadamente todos os comportamentos que as mais recentes englobam. Porém, as propostas iniciais não foram aceites de imediato pela comunidade académica e pelas instituições. Deste modo, a autora reforça que o desenvolvimento conceptual em torno do significado de assédio sexual tem sido alvo de negociações acerca das interpretações sobre o fenómeno, tendo em consideração os comportamentos que vão surgindo e que vão sendo representados enquanto tal. Têm sido igualmente tomadas em consideração as definições anteriormente formuladas e o modo como se podem acomodar às descobertas (*idem*). Se há algum consenso relativamente a este assunto é o de que a investigação tem permitido concluir que se trata de um domínio onde prevalecem várias definições, cujas classificações existentes recobrem um leque alargado de experiências (Dias, 2008a). Como tal, é premente reconhecer o contributo dos/as autores/as feministas que cunharam o conceito “assédio sexual” porque, apesar de a prática ser antiga, não existia nenhuma definição para uniformizar a conduta até ao momento em que foi identificado por Lin Farley (Crouch, 1998).

Nas definições propostas pelos diplomas, desde as mais prematuras até às que fazem parte do nosso léxico nos dias de hoje, o assédio sexual encontra-se definido sobretudo pelos comportamentos percecionados como abusivos com o objetivo de intimidar, coagir ou ameaçar a dignidade de outra(s) pessoas(s) (Torres *et al.*, 2016). Configura, assim, uma série de atos revelados por meio de palavras ou atitudes de carácter sexual e que se demarcam por não serem pretendidos pela pessoa a quem se destina (Magalhães, 2011). Ainda que possa ser confundido com sedução, de acordo com Magalhães (2011), a aproximação de índole sexual ou afetiva não é posta em causa, mas o facto de a conduta não ser pretendida pelos/as destinatários/as.

A característica essencial do assédio sexual é a de ser indesejado, cabendo a cada indivíduo determinar que comportamento entende como aceitável e o que entende como ofensivo. A abordagem sexual só se torna assédio sexual se for persistente e desde que a pessoa destinatária tenha mostrado claramente que considera essa conduta ofensiva, embora um único incidente de assédio possa constituir assédio sexual se for suficientemente grave. É a natureza indesejada desta conduta que distingue assédio sexual do comportamento amistoso, que é bem-vindo e retribuído (Múrias *et al.*, 2016, p. 41).

A investigação trilhada por Catherine MacKinnon permitiu o desenvolvimento de uma definição que gira em torno da equação das relações de poder e da discriminação com base no sexo. Tal como elucida Dias (2008a), perante esta interpretação, o assédio define-se na intersecção do sexo e do poder e trata-se de uma forma de exercer poder e controlo por meio do sexo. Assim, há um afastamento da ideia de desejo sexual, dado que se trata de uma forma de afirmação do poder masculino sobre as mulheres, ilustrado por via das desigualdades entre os sexos (*idem*).

Dado que o assédio sexual foi descoberto no local de trabalho, Ana Oliveira (2014) sublinha que, na maioria dos diplomas, prevalecem definições relativas a este contexto. Embora sejam igualmente relevantes, concentram-se nas propostas anteriormente teorizadas e que já analisamos – assédio sexual de ambiente hostil e *quid pro quo*. A crítica que subjaz a esta tipificação prende-se com o facto de as definições se encontrarem associadas ao contexto laboral, onde apenas nele fazem sentido. Para o efeito, é imprescindível problematizar o assédio na relação com os espaços em que ocorre. Tal como aponta Silva (2017), é relevante considerar o assédio sob a forma de “uma discriminação histórica das mulheres em relação aos homens que se traduz também na relação com os espaços que lhes é permitido ocupar” (*idem*, p. 51). Resgatando a teoria em torno da dicotomia público/privado, importa refletir sobre o modo como os pressupostos patriarcais desconsideram a presença das mulheres nos espaços públicos e os mecanismos pelos quais as mulheres são subalternizadas nestes espaços.

O assédio nos espaços públicos consiste numa manifestação naturalizada da sexualidade que, muitas vezes, passa despercebida, embora seja uma forma de violência experienciada recorrentemente (Bowman, 1993; Oliveira, 2014; Vera-Gray, 2016). Este problema encontra-se profundamente enraizado na dicotomia público/privado, no sentido em que, apesar da liberdade das mulheres em aceder à esfera pública, é também nela que encontram o assédio sexual enquanto comportamento constrangedor da sua cidadania. Assim, é nos interstícios do espaço público que o assédio sexual se revela um mecanismo de “vigilância da feminilidade” (Oliveira, 2014, p. 8) e que traduz a reduzida participação das mulheres nestes espaços. É igualmente o que transmite às mulheres e adolescentes a sensação de os seus corpos serem objetos sexuais dos homens (Sottomayor, 2015), o que

restringe a mobilidade geográfica das mulheres, o conforto nos espaços públicos e a liberdade de movimento.

Cynthia Bowman (1993) argumenta que o assédio nos espaços públicos evoca respostas emocionais de medo por parte das mulheres. Este medo é um mecanismo de controlo social lhes impõe limitações, dado que funciona como um instinto de defesa e de alerta e o que as ensina qual o seu espaço, quem é o ser forte e o ser fraco, que tipo de roupa devem vestir e que atividades devem ou não praticar (Oliveira, 2014). Neste sentido, o medo, o controlo social e as normas que lhes estão inerentes, informam acerca da (i)lícitude das violências de que são alvo e que se estendem, também, ao local onde ocorrem (Silva, 2017).

Aludindo às definições que se conhecem acerca do assédio sexual, principalmente as que se encontram redigidas nos diplomas (e que se referem sobretudo ao local de trabalho), importa questionar até que ponto os espaços públicos não se podem considerar igualmente hostis e desconfortáveis para as mulheres. Em última análise, são espaços tão nefastos para elas como os locais de trabalho, mas por se confrontarem com a igualdade formal dos indivíduos, não têm vindo a ser englobados nas definições.

Outra crítica relativa às definições de assédio sexual diz respeito aos atos que engloba e se podem considerar enquanto tal. Isabel Dias (2008a), a título de exemplo, revela que percorre a seguinte grelha de comportamentos:

[C]onversas indesejadas sobre sexo; anedotas ou expressões com conotações sexuais; contacto físico não desejado; solicitação de favores sexuais; pressão para “encontros” e saídas; exibicionismo; voyeurismo; criação de um ambiente pornográfico; abuso sexual e violação (...) (*idem*, p. 13).

A autora demonstra que o assédio sexual envolve uma panóplia de atos e enuncia-os. Todavia, dado que a descrição detalhada se inscreve num estudo sobre o assédio sexual no local de trabalho, deixa de fora particularidades relativas a outros espaços onde as mesmas condutas podem ocorrer e nos quais não são consideradas enquanto tal. Ressalva-se, ainda, a escassez ao nível da investigação e de diplomas que permitam compreender, mapear e descrever as condutas que envolvem o assédio sexual. Deste modo, sublinha-se a parca adaptabilidade das definições que já se conhecem, dado que carecem de um enquadramento específico relativamente ao que se interpreta como assédio sexual e ao lugar onde ocorrem.

A ambiguidade que cabe a cada comportamento que se inscreve nas próprias definições é outro dos problemas que dificulta a definição de assédio sexual. Os comportamentos que têm vindo a ser contemplados na maioria dos diplomas podem ser objeto de diferentes interpretações tanto por parte de quem perpetra, como por parte de quem sofre. Isto é, o que pode constituir um ato ofensivo de carácter sexual para um indivíduo, pode ser um comportamento natural para outro. Por esta razão, as definições requerem um enquadramento que seja capaz de acautelar a multiplicidade de interpretações.

Em virtude da pluralidade de representações acerca do que constitui ou não assédio sexual, os/as ativistas e investigadores/as têm vindo a argumentar que as definições acerca da violência sexual, particularmente aquelas que se concentram na violação, ignoram uma parte substancial das experiências subjetivas femininas (Schwartz & DeKeseredy, 1997). Liz Kelly (1987) teorizou o conceito de *continuum* de violência sexual para dar conta que as experiências mais severas desta forma de violência de que as mulheres são alvo no seu quotidiano estão conectadas a outras menos comuns, aquelas que se encontram definidas juridicamente e que conhecemos, atendendo a gravidade.

O assédio sexual tem vindo a ser considerado uma das formas mais comuns de violência sexual, mas ao mesmo tempo tem sido desvalorizado, dado que tem vindo a ser representado como “um pouco de diversão” ou “apenas uma piada” e, por isso, menos propenso de ser definido como um ato ilícito (Kelly, 1987). Apesar de ser percecionado como uma forma de violência menos grave, há autores/as que defendem que pode conduzir a situações mais graves, como é o caso da violação (Magalhães *et al.*, 2019). Esta perspetiva é sustentada sobretudo por autores/as que sublinham que uma parte dos atos percecionados como assédio sexual instilam o medo como prelúdio para comportamentos de violência sexual mais graves (Silva, 2017).

Embora seja uma experiência comum a várias mulheres, há alguma dificuldade em que na própria sociedade se reconheçam alguns dos comportamentos anteriormente mencionados como assédio sexual, devido à ideologia patriarcal (Dias, 2008a). Assim, é imperativa a redefinição em torno dos conceitos de assédio sexual, de modo a combater a(s) invisibilidade(s) das mulheres e a reconsiderar os vários espaços onde a ação se pode desenrolar.

## 2.4. O assédio sexual em Portugal

Em Portugal, podemos afirmar que não têm sido muitos os estudos sobre o assédio sexual, classificando-se a investigação neste domínio como muito escassa. No entanto, se adotarmos uma perspetiva comparada verificamos que tanto o esforço político para conhecer a dimensão do problema, como as iniciativas do ativismo social, seguiram de muito perto a trajetória internacional (Torres *et al.*, 2016). Ana Silva (2017) diz-nos que os estudos realizados sobre o assédio sexual surgem muito comprometidos em responder a diretivas governamentais e internacionais. Assim, pressionada pelos movimentos feministas, a Comissão Europeia publicou o primeiro relatório sobre o assédio sexual em 1987 (Oliveira, 2014; Rubenstein, 1987), o que se fez sentir em Portugal poucos anos depois.

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) encomendou aquele que foi o primeiro estudo, realizado entre 1988 e 1989 e publicado em 1994 (Amâncio & Lima, 1994). Este estudo, intitulado “Assédio Sexual no Local de Trabalho”, revelou que uma em cada três mulheres foi vítima deste desiderato neste espaço (*idem*), o que despertou a atenção em torno do fenómeno. Um segundo estudo, concretizado novamente neste contexto, procurou compreender as vertentes sexual e moral do assédio e foi publicado em 2016 (Torres *et al.*, 2016).

No domínio dos estudos sobre a violência, o assédio sexual é mencionado no Inquérito Nacional sobre Violência sobre as Mulheres, publicado no ano de 1997 (Lourenço *et al.*, 1997), onde a prática foi incluída entre os indicadores de violência sexual (Torres *et al.*, 2016). O assunto foi tratado novamente no Inquérito Nacional “Violência de Género” (Lisboa *et al.*, 2009), o qual inclui um capítulo acerca da violência sexual e onde o assédio foi, novamente, considerado um subtipo desta forma de violência (Torres *et al.*, 2016).

No que concerne às iniciativas ligadas ao ativismo social, destacam-se os projetos desenvolvidos pela UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, dos quais se realça o projeto “Rota dos Feminismos” (Silva, 2017). Este projeto consistiu numa oportunidade para aumentar o conhecimento sobre o assédio sexual, para pressionar politicamente com o intuito de encontrar soluções legislativas, de política social, educacional e de prevenção e intervenção sobre as suas consequências, assim como contribuir para o apoio e proteção às vítimas (Magalhães, 2012).

Dos trabalhos mais recentes, destaco o contributo teórico de Ana Silva (2017), com a Tese de Doutoramento intitulada “A expressão normativa do assédio: aproximações sociojurídicas à sexualidade”, cuja importância se atribui manifestamente às discussões e diálogos que serviram de suporte para a presente dissertação.

Para se falar do assédio sexual em Portugal é importante, também, perceber o modo como se inscreve na legislação portuguesa e o caminho que tem vindo a percorrer no sentido do seu reconhecimento.

A igualdade entre homens e mulheres consagrada na Constituição da República Portuguesa, em 1976, tem encontrado resistências de índole estrutural que, por sua vez, têm condicionado a cidadania plena mulheres, principalmente no que diz respeito ao assédio sexual. Este, figura somente na jurisdição laboral e nos espaços públicos, por omissão legislativa, não se inscreve como um comportamento desviante (Oliveira, 2014). Isto permite demonstrar que a consciência em Portugal relativamente ao assédio sexual enquanto conduta inadmissível tem sido mais rápida e eficaz no domínio das relações laborais do que nas relações sociais em geral (Oliveira, 2014; Torres *et al.*, 2016). Sottomayor (2015) considera a classificação enquanto contraordenação no Código de Trabalho insuficiente, dado que se trata de um comportamento que viola os direitos fundamentais (sobretudo das mulheres), não apenas no contexto laboral, mas também nos espaços públicos em geral. Neste sentido, Ana Oliveira (2014) interroga: “se já foi admitido [...] o comportamento antijurídico do assédio sexual no Código do Trabalho, porque é que tal não tem tradução nos espaços públicos?” (*idem*, p. 6). A autora pretende demonstrar que, por afetar as mulheres de forma profunda na sociedade, é um assunto que assume dignidade penal e sobre o qual é importante refletir e destacar os principais argumentos (*ibidem*; Sottomayor, 2015).

O Código Penal assenta na premissa de que só podem ser crime os comportamentos que ofendem os valores dominantes da sociedade (Oliveira, 2014). O assédio é entendido enquanto manifestação naturalizada da sexualidade, o que, nos espaços públicos, uma vez que a desigualdade sexual se confronta com a igualdade formal entre os indivíduos, não constitui argumento para um regime legal específico (*idem*). Deste modo, tal como refere a literatura, é premente compreender o “caráter sexual” que atravessa o assédio no Código do Trabalho e o capítulo dos crimes contra a liberdade sexual no Código Penal (Silva, 2017).

Um dos marcos legislativos no Direito Penal (sexual) português deu-se com a revisão de 1995 (Decreto-lei n.º 48/95, de 15 de março), nomeadamente com a deslocação dos crimes sexuais do capítulo relativo aos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade para o título dos crimes contra as pessoas. Assim, passaram a estar preordenados à tutela do bem jurídico da “liberdade e autodeterminação sexual” (Caeiro & Figueiredo, 2016; Silva, 2017). De acordo com Ana Silva (2017), esta deslocação permitiu expurgar as referências moralistas alicerçadas nos crimes sexuais e a descoberta de outras vertentes da liberdade sexual carecidas de tutela (Caeiro & Figueiredo, 2016).

A coação sexual foi a figura vulgarmente associada ao assédio sexual (Silva, 2017), passível de absorver uma parte muito representativa dos comportamentos que este engloba, mas não estava nela prevista a punibilidade da sua tentativa e que abrangia, a título de exemplo, a mera solicitação de favores sexuais. Assim, o legislador deixaria sem tutela jurídico-penal o assédio sexual em sentido estrito. Ainda neste âmbito, o artigo foi decorado com o conceito de “ato sexual de relevo”, indeterminado, é certo. Sobre este, embora tenha vindo a libertar dos conteúdos moralistas, integra um campo de preocupação, dado que cria abertura para a interpretação do legislador.

Com a revisão do Código Penal de 2007 (Lei n.º 59/2007, de 4 de fevereiro), o crime “atos exibicionistas”, considerado até então, desapareceu e passou a prever-se o tipo legal designado “importunação sexual” (Caeiro & Figueiredo, 2016; Castilhos & Guimarães, 2015; Silva, 2017). Este, seria suscetível de abranger o assédio nos espaços públicos, mesmo que o ato para o qual a vítima fosse constrangida não se considerasse um ato sexual de relevo para o efeito do artigo da coação. Além desta alteração ao tipo legal a defender, a tipificação passou a incluir o “constrangimento a contacto de natureza sexual”. De acordo com a tese defendida por Caeiro & Figueiredo (2016), uma vez que o conteúdo ilícito da conduta não se prende com a imoralidade do ato exibicionista, mas sim com a importunação e a consequente violação da liberdade sexual, o elemento de constrangimento seria indispensável, uma vez que sem este não haveria importunação particularmente relevante (*idem*; Silva, 2017). Tal como acontece com a tipificação da coação, deixaria de fora a incriminação da maior parte das situações de natureza verbal ou gestual, igualmente ofensivas e perturbadoras da integridade e da liberdade (Sottomayor, 2015).

A Convenção de Istambul revelou-se um marco importante no que diz respeito ao assédio sexual porque debruçou a sua análise nas formas de violência contra as mulheres sob uma perspetiva específica, para as quais foram adotadas medidas legislativas para o combate a este problema (Castilhos & Guimarães, 2015; Sottomayor, 2015). Perante a necessidade de acomodar o artigo 40.º da Convenção, sob a epígrafe “Assédio sexual”, perfilaram-se três posições<sup>7</sup>: a primeira defendia que não seria necessário efetuar qualquer alteração legislativa, uma vez que o assédio já estaria punido pelo direito nacional; a segunda passava pela introdução do crime de perseguição e eventual alteração de outras normas penais, como a importunação sexual (que acabou por ser a posição final); a terceira consistia na tipificação do assédio sexual numa norma autónoma (proposta defendida pelo Bloco de Esquerda)<sup>8</sup> (Silva, 2017).

Para acomodar o disposto na Convenção de Istambul, manifestaram-se duas situações: (I) o surgimento de novas incriminações autónomas, como o crime de perseguição (artigo 154.º-A do CP); e (II) a alteração e reformulação dos crimes de coação sexual (artigo 163.º do CP) e importunação sexual (artigo 170.º do CP) (Castilhos & Guimarães, 2015).

Face ao crime autonomizado, o verbo “assediar” foi referido explicitamente no Código Penal pela primeira vez, ainda que equivalente a perseguição (Silva, 2017). Por outro lado, deu-se o aditamento de “propostas de teor sexual” ao artigo relativo à importunação sexual, que passou a criminalizar, além dos atos de exibicionismo e de constrangimento de condutas de natureza sexual, os “apalpões” e “beijos”, entre outras formas de assédio verbal. Este aditamento ao crime de importunação sexual culminou com a discussão em torno da criminalização do “piropo”. Por não levar necessariamente a atos extremos de violência e por não ser considerado assédio sexual para muitos indivíduos, a análise deste, pela relevância que tem vindo a assumir em Portugal, concretizar-se-á isoladamente.

---

<sup>7</sup> Neste ponto sigo de perto a análise de Silva (2017).

<sup>8</sup> O Bloco de Esquerda usou a seguinte definição na sua proposta: “[o] assédio sexual é uma forma de coerção, tantas vezes exercida por alguém em posição hierárquica superior à das vítimas, maioritariamente mulheres. Constituído por palavras ou atos de natureza sexual, indesejados e ofensivos para as pessoas que dos mesmos são alvo, os mesmos ocorrem em múltiplos espaços (das ruas, escolas, universidades, transportes públicos aos locais de trabalho) e atingem sobretudo raparigas e mulheres, podendo também ter por alvo grupos de homens mais vulneráveis, como jovens, homossexuais, minorias étnicas.”

O projeto de lei e a exposição dos motivos poderá ser encontrado em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/005/2014-09-19/43?pgs=43-44&org=PLC>

## 2.5. O Piropo em Portugal – Assédio sexual ou elogio?

Definir o assédio sexual não é uma tarefa simples. Verificamos que, em Portugal, têm sido poucos os estudos acerca do fenómeno noutros domínios que não o laboral e, por isso, ressalva-se o irrisório reconhecimento da prática enquanto comportamento indecoroso e enquanto constrangimento à cidadania plena de todos/as. Por fim, analisamos as sucessivas reformas e discussões em torno da legislação com o argumento de que as leis são, muitas vezes, o espelho das definições e que são crime os atos que violam os valores dominantes da sociedade (Silva, 2017).

Um dos debates mais intensos sobre o que constituiu assédio sexual em Portugal tem surgido em torno do piropo (Oliveira, 2014), sobretudo a par da ratificação da Convenção de Istambul e da consequente fabricação de normas incriminadoras para a acomodar.

Se para uns/umas o piropo é uma marca literária de matriz sociocultural a preservar, para outros/as é uma tradição de dominação masculina, fundada nos pressupostos patriarcais (Teixeira, 2019). O piropo tem vindo a ser continuamente produzido e reproduzido de forma recorrente e, não raras vezes, surge de modo espontâneo, despoletado sobretudo por homens (estranhos ou não) no processo de sedução de uma mulher (Abarca, 2016). Como realça Inês Leite (2015):

O autor do piropo limita-se a fazer um comentário – que pode ser tão suave que ainda seja visto como um elogio simpático, ou tão ofensivo que apenas se pode qualificar como uma “ordinarice” indescritível – à distância, ao passar ou ao aproximar-se de uma pessoa.<sup>9</sup>

Para Magalhães (2011), embora os piropos possam incluir alguns laivos de criatividade, nem sempre são representados como meros elogios e tendem a ser considerados mecanismos de poder e de submissão da dominação masculina (Magalhães, 2011; Teixeira, 2019). Isto é, assédio sexual. Os argumentos que estão na base desta perspetiva situam-se na elisão dos piropos a uma ordem patriarcal, a qual afeta a liberdade e a dignidade das mulheres. Como aponta a autora, trata-se de um meio de constrangimento da liberdade das mulheres no espaço público e que serve para relembrar o modo como têm vindo a ser objetificadas (Magalhães, 2011).

---

<sup>9</sup> Capazes (2015), “O Piropo”. Consultado a 20 de setembro de 2020, disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/o-piropo-por-ines-ferreira-leite/>

Assim, aquela argumentação de que o piropo, mesmo contendo um aparente significado de elogio, possa ser considerado um comportamento ‘razoável’ e de que uma mulher deve aceitar, consiste numa dimensão discursiva do discurso patriarcal da erotização da imagem da mulher e da sua reificação e alienação num mercado sexual sem contrato (cf Pateman 2002) (UMAR, 2011).

O debate em torno do piropo ficou vulgarmente conhecido a partir do aditamento das “propostas de teor sexual” ao crime de importunação, cujo entusiasmo foi acolhido no espaço público e, principalmente, mediático. Como aponta Teixeira (2019), a consideração do piropo como uma das formas de assédio sexual verbal machista suscitou uma pluralidade interpretações acerca da sua criminalização e que deram origem a (des)acordos. Seis meses após a alteração da lei da importunação sexual, surgiu no Diário de Notícias o título “Piropos já são crime e dão pena de prisão até três anos” (Câncio, 2015). Com este marco, deu-se início à confusão sobre a criminalização do galanteio ou do piropo, o que gerou desconforto na sociedade relativamente à impossibilidade do *flirt*. Do mesmo modo, ao nível jurídico, gerou a falta de entendimento sobre que tipo de ilicitude estaria em causa e o bem jurídico a proteger (Gonçalves, 2019).

Como considera Oliveira (2014), o assédio sexual verbal sobre as mulheres nos espaços públicos, nomeadamente através da figura do piropo, entendido como galanteio, é uma manifestação da cultura patriarcal que dificilmente preenche a tutela do bem jurídico individual da liberdade ou da autodeterminação sexual. Como denota Sottomayor:

É um escândalo ouvir dizer, como motivo para não punir o assédio, que a questão do assédio é uma questão de liberdade! Se a questão do assédio é uma questão de liberdade, então é a liberdade das vítimas que está a pedir para entrar na equação. Será pedir muito? O assédio sexual de rua (verbal) tem sido um «espaço de não direito», em que apenas está protegida a liberdade do assediador.<sup>10</sup>

É num terreno movediço onde se circunscrevem tantas incertezas e marcado por poucos consensos sobre o que é assédio e o que não é, que este se define. Mais ainda, torna-se evidente que não é tanto a referência a conteúdos sexuais ou a conotação sexual que se imprime nas condutas que instanciam o assédio enquanto violência, mas antes o combate a uma estrutura que, na sua raiz, fragiliza a condição feminina – o patriarcado.

---

<sup>10</sup> Capazes (2015), “Assédio Sexual”. Consultado a 20 de setembro de 2020, disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/assedio-sexual-3/view-all/>

## CAPÍTULO 3

### ASSÉDIO E VIOLÊNCIA SEXUAL ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS/AS

As Universidades, embora possam ser consideradas lugares privilegiados, marcados pela sabedoria e onde as opiniões são expressas abertamente entre as instituições e os/as estudantes (Martins, 2012), nem sempre são locais seguros para os/as jovens que as frequentam, sobretudo quando se trata do sexo feminino. Sobre este contexto, a investigação tem vindo a demonstrar que as estudantes universitárias apresentam maior risco de ser vítimas de violência sexual (Mota, 2020), uma vez que neste contexto se tem vindo a sublinhar a sua prevalência (Cooper, 2002).

À entrada no Ensino Superior e ao percurso académico são associados ideais de liberdade e a visão de que é uma fase em que os/as jovens vivem, muitas vezes, pela primeira vez, sozinhos/as. São, por isso, confrontados/as com uma redefinição identitária baseada na experimentação e na definição dos limites pessoais e grupais (Mendes *et al.*, 2013). Assim, devido ao estilo de vida praticado durante esta fase das suas vidas, a literatura tem vindo a sublinhar o envolvimento em atividades que os/as podem expor a situações de maior risco para a ocorrência de violência e assédio sexual (APAV, 2013; Martins, 2012).

O estudo pioneiro conduzido por Makepeace (1981), ao incluir o abuso físico e sexual numa amostra composta por estudantes universitários/as, revelou a prevalência de violência nas relações de intimidade entre estes/as. Os resultados apresentados serviram para espoletar, durante as décadas seguintes, o aumento (gradual) do interesse em torno desta problemática, até então pouco estudada (Caridade & Machado, 2008). Sublinha-se, por isso, que a maioria dos estudos sobre a violência de género com a população universitária, se reportam à violência no namoro (Antunes & Machado, 2012; Caridade & Machado, 2008; Mendes *et al.*, 2013; Neves *et al.*, 2020; Oliveira & Sani, 2009; Peixoto *et al.*, 2013)

Em Portugal, o cenário é idêntico, embora só muito recentemente se tenham unido esforços para a investigação desta problemática. A este respeito, destaca-se a investigação trilhada por Paiva & Figueiredo (2004), cuja análise se debruçou no abuso na intimidade dos/as jovens adultos/as portugueses/as. Ainda em Portugal, salienta-se o recente aumento da investigação com amostras de população jovem (adulta) e/ou universitária.

Não obstante o foco se encontre no contexto das relações de intimidade entre os/as jovens, os estudos são relevantes porque permitem apurar as atitudes e as crenças destes/as face à violência, bem como as dinâmicas que lhes estão associadas (Caridade & Machado, 2008, 2012, 2013; Gama, 2016; Matos *et al.*, 2006; Mendes *et al.*, 2013; Oliveira & Sani, 2005; Peixoto *et al.*, 2013).

Foi possível compreender, a partir dos estudos centrados na população jovem, que a grande parte dos episódios de violência sexual não encaixa na visão estereotipada da violação perpetrada por um/a estranho/a. Ao nível das representações, quando os estudos se centram nesta forma de violência, os/as estudantes tendem a descrever acontecimentos que ocorrem na rua, à noite, em que as vítimas estão sozinhas, desprotegidas e, subitamente, são atacadas por um/a estranho/a (Anderson, 2007). Assim, os estudos facultaram a alteração do modo como a violência sexual passou a ser estudada e encarada, o que permitiu que as atenções se voltassem para aquela que é cometida entre pessoas conhecidas, para os contextos do namoro e das relações ocasionais (Martins, 2012).

Como consequência da investigação trilhada, a literatura tem vindo a demonstrar que os/as jovens não percecionam as agressões perpetradas no âmbito das suas relações como abusivas (Caridade & Machado, 2008). A violência sexual, quando ocorre nestes contextos, encontra-se, muitas vezes, relacionada com os comportamentos que são esperados em função do género numa relação de intimidade (APAV, 2013). De acordo com esta perspetiva, a ausência de resistência por parte da vítima perante uma investida sexual de alguém com quem mantém um compromisso é menor do que seria esperado caso o/a agressor/a fosse desconhecido/a. Sublinha-se, ainda, que predomina uma atitude de negação face à intimidade como um contexto em que a violência sexual pode ocorrer, o que prejudica o reconhecimento da experiência (*idem*).

Como procuro demonstrar, os predominantes comportamentos ou condições de risco no contexto universitário, potenciam a ocorrência ou o contacto com a violência que nos encontramos a investigar (Martins, 2012). Embora os estudos apresentem uma grande amplitude de fatores, sublinho os que têm maior relevância para a presente dissertação<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Procura-se dissecar estes fatores enquanto condições que contribuem para o aumento do risco de ser vítima de violência sexual e não enquanto causas ou razões pelas quais um indivíduo é, ou foi, em algum momento da sua vida, alvo de um ato violento (APAV, 2013)

Pertencer ao sexo feminino apresenta um risco especialmente maior de ser vítima de violência sexual. Esta informação tem vindo a ser sustentada ao longo da presente dissertação, além de que tem vindo a ser comprovada pelos estudos realizados com amostras de estudantes universitários/as (Caridade & Machado, 2008; Martins, 2012). Também a adolescência e a transição para a vida adulta são períodos de grande influência e vulnerabilidade para a ocorrência desta prática devido à imaturidade emocional, inexperiência relacional e o facto de ser uma fase de iniciação sexual (Serquina-Ramiro, 2005).

A pertença a grupos masculinizados caracterizados por códigos de conduta próprios, pelo exagerado sentido de masculinidade e pelo incentivo ao contacto físico mais agressivo pode apresentar-se, igualmente, um fator de risco. Como salienta Martins (2012), os estudos têm vindo a mostrar que os/as envolvidos/as nestas atividades podem rever as suas crenças acerca da sexualidade das mulheres refletidas no grupo. O mesmo surge noutros estudos, os quais demonstram que a pertença a estes grupos contribui para a adesão a mitos socioculturais e a atitudes estereotipadas de género (Peixoto *et al.*, 2013).

No contexto universitário sublinha-se, do mesmo modo, a ligação a estruturas patriarcais rígidas nas quais a ideologia de superioridade masculina é forte e onde prevalecem assimetrias entre homens e mulheres. Constitui, por isso, um fator de risco para a violência sexual (APAV, 2013)

Por fim, destaca-se o consumo de álcool e/ou outras substâncias associadas a contextos de risco (festas, bares, discotecas) e a situações de sedução rápida com o objetivo de relações ocasionais. Estes contextos e situações estão, por si só, relacionadas a uma maior probabilidade de ocorrência de violência sexual (APAV, 2013; Mendes *et al.*, 2013). Assim, pelo grau de desinibição que permitem, são invocadas como um fator de desculpabilização para alguns dos comportamentos transgressores dos limites pessoais (*idem*). O consumo de álcool e/ou outras substâncias pode reduzir as inibições sociais e prejudicar a capacidade de raciocínio, de comunicação e de interpretação de situações relacionais (Schwartz & DeKeseredy, 1997). Deste modo, quando a vítima está alcoolizada, a sua vulnerabilidade e risco de vitimização aumentam, devido à incapacidade de reconhecer situações de risco e conseqüente resistência à agressão, dado que o álcool interfere de

forma significativa com a capacidade de consentir o envolvimento sexual, detetar o perigo e resistir prontamente a uma agressão sexual.

No que diz respeito aos estudos sobre o assédio sexual com amostras de estudantes universitários/as é importante referir, desde logo, a sua escassez.

Ao nível da literatura internacional destaca-se a investigação conduzida por Till (1980), que revela que a prática de assédio sexual nas universidades se manifesta através uso de autoridade para enfatizar a sexualidade ou a identidade sexual, de tal forma que prejudica ou impede o/a estudante de desfrutar os benefícios educacionais e as oportunidades que decorrem nesta etapa. Destaca-se igualmente o desajustamento e as imprecisões ao nível conceptual face aos estudos relacionados com esta problemática, que sublinham a necessidade de informar sobre o que constitui ou não assédio sexual (Vohlídalová, 2011).

Em Portugal, o assédio sexual entre estudantes universitários/as, tem sido englobado em estudos mais amplos sobre a violência sexual neste contexto (FAL, 2019). Num estudo levado a cabo com uma amostra de estudantes de uma universidade portuguesa, intitulado “Violência Sexual na Academia de Lisboa: Prevalência e Perceção dos Estudantes”, o assédio constituiu um dos principais indicadores de violência sexual. O estudo comprovou que a maioria dos/as inquiridos/as já foi vítima, pelo menos uma vez, de alguma das práticas descritas no âmbito da importunação sexual verbal ou não verbal (*idem*).

Como é possível compreender através desta breve análise do estado da arte do fenómeno em Portugal e porque a investigação relativa ao assédio sexual no contexto universitário é muito escassa, esta dissertação pretende ser um contributo para o seu estudo.

**PARTE II**  
**ESTUDO EMPÍRICO**



## CAPÍTULO 4

### ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O desassossego que conduz esta dissertação prende-se com a necessidade de compreender e transformar a problemática das representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual em problema sociológico.

Escolher estudar um determinado assunto é porque quase sempre nos interessa e, muitas vezes, porque temos conhecimento prévio acerca dele (Campenhoudt *et al.*, 2019). Estas condições não são *a priori* negativas porque nada se começa “do zero”, ou seja, há sempre algumas ideias pré-concebidas, pessoas a quem podemos recorrer e com quem podemos estabelecer contactos úteis para a investigação. Nem sempre a proximidade ao tema e ao objeto de estudo são pontos favoráveis e podem, inclusivamente, considerar-se obstáculos, dado que quando a realidade social nos é “familiar” não nos permite dar início à investigação sob uma posição de “tábua rasa”. Como nos dizem Campenhoudt *et al.* (2019), “a nossa mente não é virgem: está preenchida por um amontoado de imagens, crenças, aspirações, esquemas” (*idem*, p. 33). Deste modo, para produzir conhecimento científico acerca da realidade social que pretendemos estudar, a literatura insiste veemente na necessidade de distanciamento e de rutura epistemológica (Campenhoudt *et al.*, 2019). O mesmo aconteceu quando iniciei a investigação porque, apesar de estudar na Universidade de Coimbra e de compreender as dinâmicas que a envolvem, procurei este distanciamento da realidade social.

Com o intuito de desenvolver uma teoria empiricamente fundamentada optou-se por uma metodologia qualitativa através da qual os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas representados na sua totalidade, dentro dos seus contextos quotidianos (Flick, 2009).

Nesta metodologia, a definição do problema de pesquisa tem a função de conduzir a atenção do/a investigador/a ao fenómeno em análise e desempenha o papel de “guia” na investigação (Coutinho, 2015). Acresce que, ao usar uma metodologia de carácter qualitativo, “o problema começa por ser uma descrição do objeto da pesquisa e que vai sendo refinado como resultado da revisão da literatura e da recolha de dados” (*idem*, p. 329).

O primeiro problema que se coloca a qualquer investigador/a prende-se com o modo de dar início à investigação. Procurei, por isso, enunciar o problema na forma de uma pergunta de partida e por meio da qual exprimi concretamente aquilo que tencionava apreender (Campenhoudt *et al.*, 2019). Assim, pretende-se encontrar linhas de resposta à questão de partida: Quais as representações dos e das estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual?

O processo de recolha de dados foi ainda conduzido por algumas questões específicas: Quais as mudanças que ocorrem na vida dos/as estudantes com a entrada no Ensino Superior? Qual a importância que os/as estudantes atribuem à praxe académica no processo de integração na Universidade de Coimbra? Qual a importância das lógicas ritualistas e boémias nas representações dos/as estudantes acerca do assédio sexual? Quais as representações dos/as estudantes acerca dos papéis atribuídos pela sociedade ao feminino e ao masculino? Quais as definições dos/as estudantes relativamente ao assédio sexual? Os/as estudantes representam o assédio sexual como uma forma de violência de género? E como uma forma de violência sexual? De que forma pode o assédio sexual ser socialmente legitimado/tolerado com base em normas enraizadas na nossa sociedade? Quais as representações sobre as vítimas de assédio sexual? E sobre os/as assediadores/as? Podem estas representações estar ancoradas em estereótipos? Os/as estudantes conhecem os mecanismos formais e/ou informais que podem recorrer para casos de assédio sexual? Que representações têm acerca destes? Quais as representações dos/as estudantes relativamente às campanhas de sensibilização no meio académico?

Para responder eficazmente à pergunta de partida e às questões específicas que norteiam esta dissertação é crucial a formulação de uma grelha de objetivos específicos que permitam sustentar o objetivo geral de analisar sociologicamente as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual (OG). Assim, os objetivos específicos são:

OE1: Compreender as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra acerca da praxe e tradições académicas, estabelecendo a relação entre estas e as representações relativamente ao assédio sexual;

OE2: Perceber se os/as estudantes da Universidade de Coimbra representam o assédio sexual como uma forma de violência de género sustentada nas desigualdades de género e que tem vindo a ser socialmente tolerada;

OE3: Compreender as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual enquanto prática que ocorre no(s) seu(s) quotidiano(s) e determinar de que forma os comportamentos de risco por parte destes/as são usados para legitimar a sua prática;

OE4: Compreender as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra acerca dos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino e de que forma podem estar alicerçados e sustentados em estereótipos sexistas que moldam as suas representações relativamente ao assédio sexual;

OE5: Compreender as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente aos mecanismos (formais e/ou informais) que podem usufruir/dispor em situação de assédio sexual e/ou como forma de prevenção e combate.

Os objetivos expostos anteriormente e a revisão da literatura efetuada permitem sustentar a construção de um sistema de hipóteses em torno da hipótese geral – os/as estudantes da Universidade de Coimbra representam o assédio sexual como um problema social que os/as afeta tanto a eles/as como a sociedade em geral (HG):

H1: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra reconhecem que as suas representações acerca do assédio sexual são moldadas pela praxe e tradições académicas;

H2: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra representam o assédio sexual como uma forma de violência de género, alicerçada nas desigualdades de género, sendo que também consideram a Universidade de Coimbra um dos lugares onde se assiste à reprodução de normas que o legitimam;

H3: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra representam o assédio sexual enquanto prática que ocorre no(s) seu(s) quotidianos e evidenciam a relação entre a sua prática e os comportamentos de risco usados para o legitimar;

H4: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra têm representações relativas ao assédio sexual moldadas e ancoradas em estereótipos com base no género e preceitos sexistas;

H5: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra reconhecem e têm representações acerca dos mecanismos (formais e/ou informais) que podem usufruir/dispor em caso de ocorrência, prevenção e combate ao assédio sexual na Universidade de Coimbra.

#### **4.1. Opções Metodológicas**

A dissertação que apresento enquadra-se num plano de investigação qualitativo, orientado por um paradigma interpretativo, cujo objetivo se prende com a produção de uma teoria baseada em dados empíricos, através de mecanismos de causalidade e de produção de sentido. Deste modo, são valorizadas as palavras e as ações dos sujeitos, bem como a apreensão e o aprofundamento das interpretações que estes lhes conferem (Coutinho, 2015). Os pilares fundamentais nos quais se fundamentou foram, por um lado, o recurso às representações sociais enquanto elemento estruturador através das quais se procuraram assimilar significados; e, por outro lado, o uso dos *focus group* e das entrevistas semiestruturadas como técnicas privilegiadas de recolha de informação.

##### **4.1.1. Focus Group**

Os *focus group*<sup>12</sup> são uma metodologia qualitativa que consiste num evento organizado, de forma informal e de tamanho reduzido, no qual os/as participantes partilham características comuns (Mendes *et al.*, 2013), como é o caso de pertencerem à Universidade de Coimbra, independentemente de se conhecerem previamente ou não. Do mesmo modo, a razão pela qual se optou por esta técnica de recolha de informação deve-se ao facto de esta

---

<sup>12</sup> Existem algumas controvérsias no que refere à tradução da expressão "*focus group*". Optei por, no âmbito da presente dissertação, adotar a tradução referida por Virgínia Ferreira (2004) – "entrevista focalizada de grupo" – bem como a definição proposta pela autora: "trata-se de um evento organizado que implica a reunião de pessoas que possuem em comum o terem passado por determinada experiência, a intervenção de uma pessoa que conduz a entrevista e, em termos de conteúdos, são exploradas as experiências subjetivas das pessoas que participam relativamente à questão que constitui o foco da conversa" (*idem*, p. 103).

congregar algumas das vantagens dos métodos qualitativos como, por exemplo, a profundidade dos dados a recolher (Ferreira, 2004). Além disso, não apresenta algumas desvantagens de outros métodos de observação, nomeadamente “a morosidade que é própria de uma metodologia que ‘espera que as coisas aconteçam’ para obter informação” (*idem*, p. 103). No leque das vantagens encontra-se também a convicção de que é possível conhecer melhor as atitudes, as crenças e os sentimentos dos/as participantes quando se encontram em interação com o grupo (Gibbs, 1997). Como aponta Ferreira (2004), “a situação de grupo faz surgir uma muito maior multiplicidade de opiniões e de processos emocionais, muito mais limitados em situação de entrevista individual” (*idem*, p. 104). Assim, a utilização dos *focus group*, permite obter o esboço das representações dos/as entrevistados/as relativamente às experiências vividas por estes/as e ao modo como constroem a problemática (Ferreira, 2004).

Na fase de planeamento dos *focus group*, em primeiro lugar, foi elaborado o guião que permitiu conduzir as sessões. Krueger (1988) aponta que este deve conter uma média de cinco a seis questões, não excedendo as dez e, ainda, que deve partir de questões mais genéricas para questões específicas. Ferreira (2004) diz-nos que se deve partir de um modelo de entrevista simples e recorrer à técnica do afinamento. Assim, numa primeira abordagem, procurou-se compreender situações mais abrangentes relativas às mudanças que ocorreram com a entrada no Ensino Superior e progrediu-se para questões específicas relacionadas com a questão da violência, em particular o assédio sexual. Neste percurso, procurou-se cobrir todos os tópicos e temas relevantes para a dissertação.

Na etapa do planeamento, tal como refere Krueger (1988), são também identificados/as os/as participantes. Atendendo a população – os/as estudantes da Universidade de Coimbra – foram entrevistados/as estudantes das oito Faculdades que compõem a Universidade (Faculdade de Letras, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Economia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física), inscritos/as no ano letivo 2019/2020 e a frequentar a licenciatura e/ou o mestrado integrado. Para o recrutamento houve várias possibilidades de fazer chegar o pedido aos/às estudantes. Optou-se por recorrer aos vinte e seis Núcleos de Estudantes, uma vez que representam cada curso, departamento ou Faculdade. Numa fase posterior foi enviado um pedido de

colaboração, via e-mail, a cada Núcleo e dirigido, de forma particular, aos/às seus/suas dirigentes. Apenas seis Núcleos de Estudantes demonstraram interesse em colaborar no estudo, os quais assumiram prontamente a responsabilidade de encaminhar um/a estudante para as sessões.

A partir do momento em que foram estabelecidos os primeiros contactos com os Núcleos surgiram algumas sugestões por parte destes, por exemplo, houve alguns que forneceram contactos pessoais de outros/as dirigentes e estudantes a quem me poderia dirigir. Apesar dos esforços, nem sempre foi possível encontrar estudantes através do método pretendido e, por esse motivo, recorri a amigos/as e aos/às amigos/as e colegas destes/as para a participação no estudo.

A recetividade ao estudo não foi idêntica por parte dos/as estudantes de todas as Faculdades e anos de estudo e, por isso, a representatividade da amostra foi condicionada pelas disponibilidades destes/as (Anexo 1). É importante referir que, dado que a amostra não é suficientemente ampla, opto por tratar dos/as estudantes uniformemente no capítulo da análise de dados empíricos. Assim, faço apenas distinção em relação ao sexo dos/as estudantes porque é uma categoria bastante relevante para o presente estudo. No entanto, quando são questões específicas de um determinado grupo, faço essa alusão.

Depois de obter um número razoável de estudantes interessados/as em participar no estudo, solicitei o preenchimento de um formulário onde colocaram as suas disponibilidades (dias e horas) e os dados para que pudesse completar a tabela relativa à amostra (Anexo 1). Posteriormente, procedeu-se à planificação das sessões e à formação dos grupos.

Foram concretizadas 4 sessões de *focus group*, sendo que dessas quatro, duas sessões foram mistas, uma sessão destinou-se ao sexo feminino e a outra ao sexo masculino. Optou-se por concretizar uma sessão para as mulheres e outra para os homens porque se trata de um assunto que assume especificidades distintas em função do sexo e porque são abordadas questões relacionadas com algum grau de intimidade (Mendes *et al.*, 2013). A dinâmica do grupo misto foi igualmente importante porque permitiu compreender algumas particularidades e fazer o confronto de posições e ideias.

A literatura aborda, recorrentemente, o número de participantes em cada sessão de *focus group*. Morgan (1997) defende a participação de entre seis a oito indivíduos. Já para Krueger (1988), cada sessão deverá congrega entre sete a dez participantes. No âmbito da presente dissertação, optou-se por contactar cerca de 10 estudantes para cada sessão para, no caso de eventuais falhas, poder contar com uma média de 8 participantes e garantir as condições mínimas para a sua realização. Relativamente às sessões concretizadas avança-se que não estiveram sempre presentes os/as 10 participantes. Todavia, em todas as sessões estiveram cerca de 8 estudantes, à exceção da sessão relativa ao sexo masculino, que contou com 9 estudantes.

É importante sublinhar que se aplicou o estudo no decorrer do período letivo, o que condicionou a calendarização das sessões, dado que a maioria das disponibilidades dos/as estudantes incidiu no período depois das 18h, após terminarem as suas aulas. Quanto ao local, as sessões concretizaram-se na sala de reuniões da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o que permitiu cumprir os requisitos mínimos para a gravação das sessões. O espaço acabou, também, por ser uma limitação no que diz respeito aos horários, sendo que interrompi ou acelerei as entrevistas em função do tempo, uma vez que havia alguma pressão para terminar a tempo do encerramento da Faculdade.

A duração das sessões foi um aspeto recorrentemente abordado pelos/as estudantes que, por várias vezes, perguntavam o tempo que durariam. Apercebi-me, em diversas ocasiões, que os/as estudantes não se mostravam disponíveis para estar durante as duas horas que inicialmente estipulei. Assim, o que ao início se revelou uma preocupação, depois de estar nas sessões, notei que os entraves em termos de tempo colocados pelos/as estudantes se deviam apenas ao receio de passar cerca de 2h com outros/as estudantes que não conheciam, numa dinâmica onde teriam de partilhar opiniões sobre assuntos acerca dos quais não estavam completamente à vontade. À medida que as sessões foram decorrendo, a duração não foi um obstáculo, mas o seu contrário, porque quando terminava a sessão, por causa do horário da Faculdade, os/as estudantes reforçavam, inclusivamente, que gostariam de continuar a debater e conversar durante mais tempo, caso fosse possível. Ainda relativamente a este ponto, todas as sessões começaram dentro da hora prevista e duraram entre 1h30 a 2h, sendo que não houve nenhuma sessão com menos de 1h30 e nenhuma delas excedeu as 2h.

Acerca do modo como decorreram as sessões é premente tecer alguns comentários relativos ao meu papel enquanto moderadora. Desde logo, tal como sugere a literatura, procurei ter um papel limitado à introdução dos temas e à facilitação da comunicação entre os/as estudantes. Tentei, por isso, ser imparcial, evitei partilhar as minhas opiniões ou tomar partido de uns/umas participantes em relação a outros/as (Ferreira, 2004). Houve alguns momentos em que, enquanto entrevistadora, senti que alguns/mas estudantes monopolizavam o discurso para falar acerca de algo que apenas eles/as tinham acesso e isso impossibilitou, talvez, outros/as estudantes de comentar as situações que estavam a ser expostas por estes/as. Nestes casos, o meu papel de moderação foi no sentido de pedir que partilhassem e explicassem o contexto, para que os restantes elementos do grupo pudessem comentar e intervir.

O à vontade dos/as estudantes não foi igual em todos os grupos e em todas as situações. Estabeleci a primeira ronda como obrigatória e destinada à apresentação de cada um/a dos/as estudantes, sendo que lhes foi solicitado que se apresentassem de acordo com a ordem em que estavam sentados/as, para garantir que todos/as falavam. Todavia, a primeira questão depois da primeira ronda foi respondida, em todas as sessões, com algum grau de inibição e os/as estudantes acabaram por seguir a ordem que havia sido imposta na ronda de apresentações. O facto de ter partido de uma questão genérica sobre a qual todos/as tinham conhecimento e experiência, permitiu que os/as participantes pudessem “quebrar o gelo” entre si e incentivar o diálogo entre estes/as. No fim, acabaram por partilhar o que sentiam e expor as suas opiniões de modo espontâneo.

No que diz respeito às sessões concretizadas em grupos mistos, a experiência também foi muito rica em termos do material explorado, porque estavam ambos os sexos reunidos e o confronto de posições foi recorrente.

Ressalva-se que a amostra foi a mais heterogénea que se conseguiu, o que permitiu que os dados a recolher também fossem bastante relevantes. Nos vários momentos, após as sessões, foi reforçada, por parte dos/as participantes, a importância e o interesse em momentos como estes, porque permitiam às raparigas compreender a posição e os dilemas dos rapazes, como o contrário. Contudo, os assuntos abordados foram mais intensos nos grupos exclusivamente femininos e masculinos. Tornou-se muito claro que os/as estudantes estavam mais confiantes e davam exemplos concretos de situações que lhes

aconteceram na primeira pessoa, enquanto que nos grupos mistos se referiam sobretudo a situações de amigos/as ou pessoas próximas.

Ao nível da composição dos grupos, penso que todos/as se sentiram bastante confortáveis, à exceção de uma das sessões mistas. Para esta sessão estava agendada a participação de 6 raparigas e 4 rapazes. No entanto, nenhuma das raparigas faltou, 2 rapazes faltaram e restaram apenas dois rapazes na sessão. Enquanto moderadora, senti algum desconforto por parte dos dois estudantes em relação às raparigas e, por isso, tentei que, no decorrer da sessão e, de modo a diminuir a timidez que estavam a sentir no momento, se abordassem assuntos mais genéricos e com menor grau de intimidade.

Ainda no que diz respeito ao meu papel na moderação nas sessões, dado que não estava habituada à metodologia, porque nunca tinha concretizado nenhuma sessão até ao momento, é imprescindível a análise dos pontos positivos e negativos relativamente a este aspecto. Uma vez que a sessão foi gravada apenas em áudio, tornou-se complicado saber quem falava e entender alguns aspetos importantes relacionados com a expressão corporal. Como já contava previamente com esta situação, socorri-me da ajuda de alguns/mas colegas no sentido de me auxiliarem para tomar notas. Assim, permitiu que me concentrasse nos discursos, bem como facilitar a interação entre os/as intervenientes.

A primeira sessão foi a mais complicada porque estava preocupada com o guião e em cumprir todos os tópicos, de tal forma que, quando coloquei as questões, acabei por sentir que os/as estudantes ficavam um pouco reticentes com a mudança de assuntos. Deste modo, nas sessões seguintes, já não dei tanta importância ao guião e permiti que os discursos fluíssem. De passos mais lentos ou mais rápidos, todos os discursos acabaram por tocar os assuntos pretendidos e, em vez de mudar de assunto de forma brusca, fui pegando em aspetos que os/as estudantes estavam a evidenciar e pedi que comentassem noutros sentidos ou que os explorassem sob outros pontos de vista.

Além da pessoa que me deu auxílio nas notas, o gravador tornou-se uma ferramenta essencial e sobre a qual é necessário tecer alguns comentários. Ao longo do discurso de apresentação, enquanto entrevistadora, realcei que o gravador iria ser utilizado para me auxiliar na transcrição e que, por esse motivo, as sessões iriam ser gravadas, para que nada se perdesse. Senti, nas rondas iniciais, que os/as estudantes se encontravam mais inibidos/as e, por vezes, olhavam para o gravador com algum receio. À medida que iam

quebrando o gelo entre si, os olhares pararam de estar concentrados no gravador e passaram a cruzar-se entre os/as participantes, que passavam a comunicar também com o olhar. De certa forma, esse à vontade que foram construindo permitiu que, aos poucos, os/as estudantes mudassem o seu discurso e a forma como construíam as suas narrativas foi sendo cada vez mais espontânea. A certo momento, os/as estudantes foram adaptando os seus discursos, aproximando-se cada vez mais das expressões usadas no dia-a-dia. Por vezes, recorriam inclusivamente ao calão, embora nesses momentos olhassem fixamente para o gravador e pedissem desculpa por estarem de ânimos mais exaltados.

#### **4.1.2. Entrevista semiestruturada**

A outra técnica de recolha de dados a que recorri e que também é muito utilizada na investigação qualitativa é a entrevista semiestruturada. Esta técnica é sobretudo usada quando se pretendem conhecer perspetivas dos/as participantes sobre determinados problemas, mas onde os dados são significativamente comparáveis entre estes (Coutinho, 2015).

No que diz respeito ao modo de entrevistar, de acordo com Ghiglione & Matalon (1992), a entrevista semiestruturada caracteriza-se pelo facto de o/a entrevistador/a conhecer todos os temas sobre os quais pretende obter reações por parte dos/as entrevistados/as, mas cuja ordem e forma como são introduzidos são moldados ao longo da entrevista.

No âmbito da presente investigação recorri à entrevista semiestruturada para aprofundar um conjunto de temas sobre os quais já tinha conhecimento, mas que não estavam suficientemente explorados pelos *focus group*. A entrevista serviu, assim, para abordar alguns pontos de descontinuidade que surgiram na análise dos *focus group* e para solidificar a importância que os/as estudantes, nas sessões, atribuíram a algumas instituições, órgãos e associações. Assim, optei por entrevistar a Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra, a Secção de Defesa dos Direitos Humanos da Associação Académica de Coimbra, a linha SOS Estudante, a Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra, o Conselho de Veteranos da Universidade de Coimbra, o Provedor do Estudante e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Para solicitar o pedido da entrevista, optou-se por enviar um e-mail, novamente dirigido aos/às seus/suas dirigentes. Obtive respostas por parte de todos/as, no entanto, é importante sublinhar que, no caso das associações dirigidas por estudantes foi mais difícil obter respostas em tempo útil, o que condicionou os prazos inicialmente estabelecidos. Sobre este aspecto, importa referir que as sessões de *focus group* foram concretizadas no período antes da pandemia, enquanto que, as entrevistas, foram concretizadas mais tarde, no período pós confinamento. Assim, esta questão do tempo que se demorou a planificar e a obter respostas por parte das instituições, deve-se ao facto de as entrevistas terem surgido, também, numa altura em que os/as estudantes estavam mais ocupados/as com avaliações. Sublinho que só depois de as pessoas estarem mais acomodadas ao digital e após um período mais intenso de quarentena é que foi possível estabelecer estes contactos. Ainda relativamente à calendarização das sessões, foi dada a possibilidade de se poderem concretizar via *zoom*. Porém, houve instituições que preferiram estabelecer este contacto presencialmente, apesar das condições a que estávamos sujeitos/as.

Em média, as entrevistas tiveram uma duração aproximada de 40 minutos. Realço que houve uma entrevista que durou aproximadamente 20 minutos e outra que durou 1h40 minutos. À semelhança dos *focus group*, as entrevistas foram também gravadas.

Opta-se por preservar e revelar a entidade das instituições, associações e órgãos nas suas narrativas ao longo do capítulo empírico, dado que as entrevistas foram devidamente autorizadas. Ressalvo, também, que os conteúdos não colocam em causa a integridade de nenhuma delas, nem mesmo de outras pessoas. É igualmente relevante realçar que esta opção também se prende com a intenção de evidenciar as particularidades de cada uma e o trabalho que têm vindo a desempenhar em torno da problemática.

#### **4.2. Análise de Dados**

A análise de dados tem a importante função de verificar se as informações recolhidas, através dos métodos escolhidos, correspondem às hipóteses esperadas. Trata-se, por isso, da verificação empírica.

Como elucidam Campenhoudt *et al.* (2019), a realidade é sempre mais rica e complexa do que as hipóteses que elaboramos a seu respeito e, por isso, quando nos debruçamos sobre

os dados recolhidos, percebemos que há outros factos além dos que esperávamos e outras relações que não se podem negligenciar. A análise dos dados é o que nos permite interpretar todos estes factos inesperados, com o intuito de, no fim, nos permitir propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro.

Na presente dissertação optou-se pela análise de conteúdo, uma vez que foram concretizados *focus group* e entrevistas semiestruturadas. A análise de conteúdo ofereceu-nos a oportunidade de tratar, de forma metódica, as informações e narrativas que, ao princípio, apresentam alguma profundidade e complexidade. Assim, ao recorrer a este procedimento de análise, o material em bruto transforma-se em material mais elaborado, mas também mais sintético (Campenhoudt *et al.*, 2019).

Relativamente ao modo como foram analisados os dados, em primeiro lugar foram transcritos os *focus group*. Foi uma tarefa difícil porque, tal como referi anteriormente, foi apenas gravado o áudio das sessões. Atendendo que em cada sessão estiveram sempre entre 8 a 9 participantes, perceber as suas vozes e os diálogos sobrepostos, foi uma tarefa árdua. Ter tido o auxílio de colegas para tirar notas, nomeadamente para apontar o nome e as três primeiras palavras proferidas por cada um/a dos/as participantes, tornou-se uma ajuda imprescindível e facilitou a tarefa. Estes/as colegas escreveram, ainda, algumas notas sobre questões relativas à expressão corporal, igualmente imprescindíveis. Esta ajuda permitiu que eu conseguisse estar atenta durante as sessões e que eu mesma tirasse algumas notas sobre a expressão corporal, o tom de voz proferido pelos/as estudantes, trocas de olhares e até mesmo descrever o estado de espírito destes/as (e.g. exaltados/as, irónicos/as, receosos/as, ...). Estas questões foram muito relevantes para analisar as entrevistas.

Depois deste processo de transcrição analisei as entrevistas e tomei algumas notas relativamente a estas. Optei por usar algumas cores e etiquetas para marcar o discurso dos/as estudantes sobre os tópicos abordados e opiniões, o que me permitiu construir algumas categorias e subcategorias a partir de cada uma das entrevistas, de modo a compreender se me estava a aproximar das hipóteses e a ver o que estava além delas.

Seguidamente, procedi a uma análise transversal e comparativa das transcrições de todas as sessões de *focus group*, de modo a perceber os temas e opiniões em comum, os que eram apenas mencionados numa das sessões e os que surgiam em todas elas. O objetivo

foi perceber o que era comum, o que era particular e o porquê. Esta análise transversal e comparativa permitiu-me delinear um documento onde coloquei todos estes assuntos, os quais organizei consoante a relação entre eles através de um mapa de cores que me permitiu visualizar, com clareza, os temas abordados e perceber a importância que lhes era atribuída. Por fim, procurei triangular a informação e verificar se as conclusões eram confirmadas por diversos pontos de vista, os que eram semelhantes e os que divergiam.

Optou-se por analisar as narrativas em torno da categoria central “assédio sexual”, por ser o conceito-chave da presente dissertação. Depois de analisados os discursos organizados em subcategorias (ainda que pouco definidas e concretas) procurou-se compreender a relação entre cada uma delas e a categoria principal. De seguida, analisei pormenorizadamente os discursos que estavam relacionados com esta categoria central e acomodei-os à presente dissertação.

As entrevistas surgiram meses mais tarde devido à pandemia, tal como referi anteriormente. O procedimento inicial foi idêntico no que concerne às transcrições e à primeira análise. De seguida, fundi os discursos selecionados (aqueles que eram mais relevantes para a dissertação e que estavam relacionados com a categoria central) nas subcategorias já estipuladas e criei, também, novas subcategorias para alguns assuntos e tópicos particulares, explorados somente nas entrevistas. Neste caso, a triangulação foi ainda mais complexa porque envolveu não só uma análise comparativa entre estas, como também das transcrições dos *focus group*.

Estes procedimentos foram todos feitos manualmente com recurso apenas às ferramentas de texto (e.g. *word*). Utilizei uma codificação muito simples e, em certo modo, muito precária, porque me baseei apenas em cores e em algumas etiquetas que me permitiram perceber os tópicos e as subcategorias. Apesar de tudo, foi um processo longo e muito moroso.

Por fim, ressalvo que, com o recurso à análise de conteúdo, consegui obter representações que não tomaram como indicadores os meus próprios valores e subjetividade. Permitiram-me, assim, ir mais além do que inicialmente esperava (Campenhoudt *et al.*, 2019).



## CAPÍTULO 5

### AFINAL O QUE É O ASSÉDIO SEXUAL?

#### 5.1. Um olhar sobre as definições dos/as estudantes

A análise em torno da definição de assédio sexual foi um dos momentos que gerou maior controvérsia entre os/as estudantes ao longo das sessões. Os/as estudantes concluem que o conceito de assédio sexual não é fixo e que está sujeito a uma multiplicidade de representações. À semelhança do estudo de Mendes *et al.* (2013), também os/as estudantes entrevistados/as revelam que os limites entre o que se considera ou não violência são individuais e que a definição do conceito se encontra na identificação da ultrapassagem de tais limites, o que lhe confere uma certa ambiguidade.

(...) o facto do tal limite das pessoas [ser] diferente, se calhar, de pessoa para pessoa... e isso condiciona... se calhar, as pessoas que sofrem, talvez não saibam como explicar, não sabem dizer se foi ou não assédio. (Estudante B\_F4, sexo masculino)

A maior dificuldade para estes/as é o facto de o assédio se poder confundir com outras condutas – como é o caso da sedução. Como analisamos no Capítulo 2, a confusão entre sedução e assédio é recorrente e, por isso, o conceito abre margem para dúvidas. Como nos informa a literatura, a característica que distingue o assédio sexual de outras condutas afetivas é a indesejabilidade (Múrias *et al.*, 2016). Contudo, nos discursos dos/as estudantes, falta este elemento para que consigam resolver esta equação.

(...) o que cada pessoa considera para si assédio, o que considera ser seduzida, o que considera ser assediada... eu acho que há uma dificuldade em definir... (Estudante C\_F4, sexo masculino)

Reconhecendo que os/as estudantes consideram que o conceito de assédio sexual não é unânime nem fácil de delimitar, dado que se pode confundir com outras condutas, procurou-se compreender os comportamentos que figuram as suas definições.

O conceito de “desconforto” abordou-se de modo recorrente em todas as sessões, de tal forma que os/as estudantes de ambos os sexos revelam que *“a partir do momento em que uma pessoa não fica confortável já é assédio”* (Estudante A\_F3, sexo feminino). As narrativas permitem igualmente compreender que, quando sentem desconforto, significa que há algo de errado com aquela conduta, o que os/as leva a interpretar como assédio:

Para mim, deixarem-me desconfortável, a forma como... porque o que nós sentimos é real, não são coisas da nossa cabeça. Se nos sentimos desconfortáveis é porque há algo errado... (Estudante G\_F2, sexo feminino)

Nos discursos relativos a este conceito, diagnostica-se a dificuldade que os/as estudantes têm em perceber comportamentos de natureza sexual, uma vez que são claros quanto à ocorrência de abusos sob a forma física e psicológica e raramente aludem à violência sexual: “(...) acho que só o simples facto de deixarmos alguém desconfortável, seja física ou psicologicamente, já tem um piquinho de assédio” (Estudante G\_F1, sexo masculino).

Acerca do desconforto, a maior dificuldade revelada pelos/as estudantes persiste na delimitação que separa as condutas aceitáveis das inaceitáveis, dado que estes/as concluem que se trata de um conceito ao qual correspondem múltiplas representações.

(...) porque o que é confortável para mim, pode não ser confortável para outra rapariga... mesmo com amigos meus, que dizem piadas ou assim, eu não fico incomodada, mas sei que tenho amigas minhas que talvez, [com] as mesmas piadas, reagem de forma diferente... e eu acho que, para mim é assédio, para elas pode não ser. Sinto que, a partir do momento que a barreira do confortável com a situação é ultrapassada, começa a ser um pouco assédio. (Estudante D\_F3, sexo feminino)

Procurou-se compreender condutas (concretas) que os/as estudantes identificam enquanto assédio sexual. É o caso dos gestos, realçado apenas por uma estudante: “[o] facto de mandarem beijinhos e fazerem gestos, para mim, isso é assédio!” (Estudante G\_F2, sexo feminino). Os designados “gestos obscenos” figuram as definições relativas ao assédio sexual, mas nem todos/as os/as estudantes os interpretam enquanto tal. Através das narrativas, os gestos não são interpretados por todos/as enquanto assédio sexual, o que pode ser explicado pela normalização deste tipo de condutas por parte da sociedade.

O ato de tocar foi também referido, nomeadamente com a referência ao “apalpão”:

(...) o que eu ia dizer é que... a primeira coisa que me vem à cabeça, pelo menos para mim, quando falamos em assédio sexual, é o toque... e pronto, apalpões (...) (Estudante A\_F4, sexo masculino).

O toque enquanto assédio sexual revelou-se um ponto de discórdia durante as sessões. Por um lado, há estudantes (e.g. de desporto ou atletas) que interpretam o toque como um estímulo e desvalorizam a conexão a um comportamento de natureza sexual; por outro lado, quando se especificam alguns contextos, como as festas académicas, o toque e o apalpão destacam-se negativamente, sobretudo por parte das estudantes do sexo feminino. Estas consideram o toque uma forma de assédio sexual e um motivo de revolta,

principalmente nos contextos festivos, dado que é algo que lhes acontece repetidamente e lhes causa desconforto.

As opiniões das estudantes demonstram que não precisa de haver toque para que haja assédio sexual – *“É que não precisa de ser um toque, não precisa de ser nada disso. Um olhar, um pensamento, uma palavra basta para...”* (Estudante C\_F1, sexo feminino). Aludem, como vimos, a comportamentos como o olhar e o assédio verbal. Os estudantes do sexo masculino não colocam em causa o facto de estes atos poderem ser interpretados enquanto assédio, embora tenham dificuldades em associar a violência a estas condutas.

Ao recuperar os argumentos enunciados pelas estudantes, surge a ideia de que o desconforto que sentem começa com o olhar, o que acabou por ser a conduta mais debatida na sessão dirigida ao sexo feminino. O debate culminou com a distinção de dois tipos de olhar: um olhar que faz a pessoa sentir-se bonita, que as estudantes gostam de receber, pela sensação de elogio que é despertada nelas; e um olhar perverso, que gera desconforto e que interpretam como assédio sexual.

(...) para mim, quando me sinto desconfortável... quando me estão a olhar muito ou me estão a olhar de alto abaixo, sabem aquele olhar mesmo perverso? Isso para mim já é assédio... agora estás a passar na rua e a pessoa fica a olhar para ti com aquele olhar mesmo “se eu pudesse...”, estás a entender? Isso não é correto (...) (Estudante G\_F2, sexo feminino)

Tu consegues distinguir o olhar de cima abaixo, mas olhando com reprovação e o olhar de cima abaixo (...) com má intenção. E tu também consegues distinguir um rapaz a olhar para ti de alto abaixo e saberes que é um olhar mal-intencionado e um olhar de dizer tipo “esta rapariga é muita gira!” (Estudante F\_F2, sexo feminino)

Para a maioria dos estudantes do sexo masculino, o olhar é uma forma de demonstrar agrado por alguém que consideram atraente e acreditam que é uma ferramenta imprescindível no processo de sedução. Contudo, afirmam que “olhar fixamente” é inapropriado e de natureza sexual. Os/as estudantes de ambos os sexos destacam o olhar dirigido ao sexo feminino como figurativo de assédio, embora não negligenciem o olhar direccionado ao sexo masculino por parte das mulheres. Realça-se esta perspetiva porque, embora as narrativas permitam construir o fenómeno do assédio sexual em torno da matriz da violência de género, sublinha-se esta pista relativa ao papel da mulher, nomeadamente o facto poder incorrer numa situação de assédio onde toma o lugar da agressora.

(...) mas não deixa de haver contra o sexo masculino, haver um grupo de raparigas a comentar, a olhar, a dizer e, desculpem-me a expressão, “a comer com os olhos”! (Estudante C\_F1, sexo feminino)

No que diz respeito ao assédio verbal, as narrativas enfatizam o piropo, o que gerou intensos debates no decorrer das sessões. Como se demonstra no Capítulo 2, o piropo tem sido objeto de acesas polémicas no seio da sociedade portuguesa devido à dificuldade da sua interpretação, no sentido de perceber se se trata ou não de uma conduta ofensiva. Ao nível da literatura, esta questão surge no estudo da FAL (2019), onde se sublinha que as práticas de importunação sexual, nas quais se inscreve o piropo, apresentam uma tendência decrescente para serem categorizadas como violência sexual. Para os/as estudantes entrevistados/as a situação é idêntica, exceto se o ato estiver acompanhado de outras condutas analisadas anteriormente. Nessa circunstância, a opinião geral é de que o ato é ilícito e se inscreve enquanto assédio sexual:

Um piropo não é assédio, é um piropo. Um piropo bem dado é um piropo; um piropo com um olhar mal intencionado, como acabamos de dizer, é assédio. (Estudante C\_F2, sexo feminino)

Esta perspetiva não é unânime, sobretudo para os/as estudantes que consideram que, embora o piropo seja assédio, não se trata de algo relevante e que atribuam importância.

(...) esse da brasa e do não sei quê, acho um bocado demais... mas agora também não fico super fragilizada... e acho que é assédio, mas não acho que é uma coisa que me afete assim tanto. (Estudante B\_F3, sexo feminino)

As narrativas em torno do piropo revelam que, quando é dito por uma pessoa conhecida, pode ser interpretado como elogio. Todavia, quando é dirigido por uma pessoa desconhecida, o entendimento é diferente e o piropo passa a ser visto como uma ofensa sexual. Conclui-se que o que transforma o piropo em assédio sexual depende mais de quem o profere (ser alguém conhecido ou desconhecido) do que o ato em si.

Tal como defendem Múrias *et al.* (2016), cabe a cada indivíduo determinar que comportamentos entende como aceitáveis ou ofensivos. Esta conclusão foi igualmente avançada pelos/as estudantes, os/as quais consideram que é de extrema relevância cada indivíduo definir os seus limites e perceber em que contextos estes são (ou não) ultrapassados. Através dos discursos é possível deduzir que o conceito de assédio sexual está sujeito às representações de cada um/a, àquilo consideram atos ofensivos de natureza sexual, dentro dos limites que estabelecem. Assim, molda-se às atitudes, crenças,

experiências e vivências de cada indivíduo, o que faz com que seja extremamente difícil de encerrar numa definição fixa e unânime.

É importante referir que as representações relativas ao conceito se desviam das definições contempladas nos diplomas legais, os quais se reportam sobretudo ao objetivo de intimidar, coagir ou ameaçar a dignidade de outras pessoas. Deste trabalho empírico ao nível da conceptualização e caracterização das definições relativas ao assédio sexual, ressalva-se a relevância de compreender a panóplia de atos, condutas e comportamentos que se associam ao fenómeno.

Porque as definições não se esgotam nos conceitos que os/as estudantes apontam como assédio sexual, procurou-se compreender as dinâmicas e contextos que os/as envolvem e a forma como estes/as constroem o fenómeno. Assim, procura-se explorar o modo como as definições podem ser igualmente subjetivas e variar de acordo com os contextos em que os/as estudantes estão submersos/as.

#### **5.1.1. Qual a raiz da violência?**

O assédio sexual nem sempre é representado pelos/as estudantes como uma forma de violência, dado que em causa estão comportamentos que têm vindo a ser naturalizados e legitimados pela própria sociedade. Esta perspetiva não é consensual e há uma grande parcela de estudantes que frisam, no decorrer das sessões, algumas pistas acerca das raízes do assédio sexual enquanto violência. Desde logo, sublinham a discrepância entre aquilo que fazem e que consideram comportamentos “normais” ou “naturais” e ações espontâneas, que podem ser consideradas assédio.

E às vezes há muitas coisas que nós fazemos no dia-a-dia que não pensamos, porque está completamente enraizado na nossa cultura, nas nossas práticas diárias e que constituem uma marca de... eu posso falar, mas acho que nós vivemos numa sociedade com elevado grau de machismo estrutural e aí a questão dos assédios, baseia-se nos micro machismos. Nós próprios fazemos coisas que, para nós, está tudo bem e outra pessoa que se calhar não concorda e que não deu permissão para isso... (Estudante I\_F4, sexo masculino)

Os/as estudantes concluem que a raiz do assédio sexual se encontra no machismo, ou seja, num sistema normativo que concede privilégios aos homens. Sobre este ponto, é importante realçar que, embora os/as estudantes refiram o chavão “machismo” nas suas

narrativas, os argumentos espoletados por estes/as cruzam-se com o que se realçou no Capítulo 1 sobre o patriarcado. Deduz-se, por isso, a conexão do assédio sexual às estruturas sociais patriarcais, de onde sobressai o poder do homem sobre a mulher.

Acho que o machismo é um problema que atravessa gerações, do tempo dos reis e mesmo antes disso e isso nunca vai passar... e isso é algo que está intrínseco na sociedade e que, sinceramente está intrínseco mais no homem e é algo do homem, já... não estou a dizer todos, estou a generalizar. (...) é intrínseco, mas que de certa forma, voluntaria ou involuntariamente, acontece... às vezes, até eu próprio posso estar a ser, mesmo não querendo ser. (Estudante E\_F4, sexo masculino)

Os/as estudantes tecem comentários acerca da longevidade deste sistema, ou seja, do patriarcado, o que lhes desperta um sentimento de impotência, dado que consideram a mudança difícil porque em causa estão comportamentos naturalizados que serão muito difíceis de erradicar. Deste modo, não negligenciam que se possa erradicar o sistema patriarcal, mas consideram que tal não será possível num curto espaço de tempo, o que compõe um motivo de preocupação para os/as entrevistados/as.

### **5.1.2. Quem são as vítimas?**

Procurou-se compreender as representações dos/as estudantes relativamente ao perfil das vítimas de assédio sexual. À semelhança da literatura, também estes/as referem que são sobretudo do sexo feminino, o que permite deduzir que caracterizam o fenómeno enquanto violência de género.

Apesar deste reconhecimento, que se estende a todos/as os/as participantes, realçam que também não se podem deixar de apontar as situações em que a vítima pertence ao sexo masculino:

(...) a minha maneira de pensar é que nunca podemos generalizar, porque acontece a maior parte das vezes a raparigas, mas obviamente que também, de certeza, que há rapazes que sofrem com isso... como vamos falar de violência doméstica, onde o assunto é generalizado entre mulheres que sofrem de violência doméstica e quando vamos ver estudos, há quase tantas mulheres como homens vítimas. (Estudante A\_F4, sexo masculino)

De modo concreto, são vários os/as estudantes que recorrem ao exemplo da violência doméstica para sublinhar que os homens também podem ser vítimas. Por um lado, o excerto que citei acima permite deduzir que os/as estudantes percecionam o assédio sexual num *continuum* de violência de género, uma vez que conseguem conectar os

fenómenos entre si; por outro lado, realçam-se as representações relativas às vítimas, o que requer uma análise sobre os papéis de género e a forma como a sociedade codifica os traços da vitimação. Assim, os/as estudantes reforçam a seguinte ideia: “[o] problema é que os homens, como são muito... a ideia do machismo e da superioridade masculina, também leva os homens a não mostrarem fraqueza” (Estudante A\_F4, sexo masculino). Deste modo, aludem a este tipo de argumentação para justificar o parco reconhecimento de situações em que os homens estão no papel da vítima.

É importante ressaltar que são poucos os discursos que associam outras características identitárias à vitimação. Assim sendo, destacam-se os poucos exemplos relativos a situações de assédio que podem ocorrer entre pessoas do mesmo sexo: “[o] assédio não acontece só de um homem para mulher, pode acontecer de mulher para homem ou de homem para homem ou de mulher para mulher” (Estudante F\_F2, sexo feminino). É premente sublinhar que estas questões não foram discutidas pelos/as estudantes ao longo das sessões e que apenas se realçou o estigma associado a este tipo de relações.

São igualmente escassos os exemplos sobre a associação entre o assédio e a nacionalidade e/ou etnia. Além do caso das estudantes brasileiras (que abordarei mais à frente no contexto de sala de aula), é somente relatado um caso de assédio a uma mulher negra<sup>13</sup>: “[a]s mulheres negras são... é claro, é racismo, é puro racismo, mas também há essa questão de, ainda é mais objetivada do que uma mulher branca” (Estudante F\_F2, sexo feminino). Embora o discurso não seja claro e não haja uma referência precisa ao conceito de interseccionalidade, explorado no capítulo 1, permite dar algumas pistas sobre o modo como os vários eixos de opressão se cruzam e gerem múltiplas discriminações (Crenshaw, 1991).

Em todas as sessões destaca-se, à semelhança de outros estudos (APAV, 2013), a dificuldade que os/as estudantes têm em se colocar no papel da vítima. Assim, referem que se trata de algo que poderá acontecer a outras pessoas e raramente se obtêm referências claras em relação a situações que lhes ocorrem na primeira pessoa. Destaca-se que esta identificação é ainda mais difícil para os estudantes do sexo masculino, que não relataram

---

<sup>13</sup> Este caso não envolveu o contexto académico, nem nenhum/a estudante. Opto por aludir a este caso pelas conclusões que surgem acerca dele.

quaisquer experiências de assédio. Retomarei estas discussões mais à frente a propósito dos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino.

### 5.1.3. Quem são os/as assediadores/as?

No que concerne ao perfil dos/as potenciais assediadores/as, os/as estudantes indicam que são maioritariamente homens, mais velhos, havendo uma associação à imagem de predadores sexuais. Contudo, muitos/as reconhecem que, por vezes, estas imagens assentam em preconceitos e estereótipos enraizados e compartilhados pela sociedade.

Ao longo das sessões foi realçada, sobretudo pelas estudantes, a ideia do homem mais velho e também do desconhecido. Tal como referi anteriormente, os/as estudantes revelam uma maior facilidade em considerar assédio quando se trata de alguém que não conhecem, dado que o risco e o receio de vir a acontecer alguma coisa desta índole, com conhecidos/as, não é tão grande. Para estes/as, quando há um comportamento indesejado por parte de um/a conhecido/a, sentem que há um “à vontade”, por parte das possíveis vítimas, em chamar à atenção e em alertar. De outro modo, mesmo que o ato possa configurar aquilo que consideram assédio sexual, os/as estudantes tendem a não considerar como tal. Esta questão é abordada recorrentemente pela literatura, a qual nos informa que há alguma dificuldade em associar a violência sexual ao contexto da intimidade e de proximidade entre os indivíduos (Mendes *et al.*, 2013).

(...) tenho uma irmã e às vezes, quando ela sai à noite, quando anda à noite na rua, tenho um bocado de receio... não sei, de ser vítima de alguma coisa, de assédio, um piropo, digamos, não gosto... por isso é a questão de ser um desconhecido ou não. De amigos, às vezes, pronto, acho que se pode falar de assédio, mas temos aquele à vontade de dizer “calma lá”... (Estudante F\_F3, sexo masculino)

É quando os/as estudantes narram histórias de assédio sexual que lhes aconteceram no contexto académico, que se desfazem de alguns preconceitos relativos ao perfil dos/as assediadores/as, principalmente a ideia de que são indivíduos provenientes de grupos marginalizados:

(...) não sei quem era, mas não era um rapaz mais velho que nós, ou seja, se calhar um ano ou dois, nem tanto... tinha um aspeto normal, não tinha aspeto de uma pessoa com menos posses ou um sem abrigo ou delinquente ou toxicodependente ou pronto, pessoas mais dadas a esse tipo de comportamento.

Infelizmente, são rotuladas por esse tipo de comportamentos, mas é um rapaz super normal (...). (Estudante F\_F2, sexo feminino)

À medida que os/as estudantes abordam estas questões é possível assistir à desconstrução dos estereótipos e representações pré-concebidas em relação ao fenómeno. De modo concreto, os discursos aproximam-se das perspetivas feministas acerca da violência de género destacadas no Capítulo 1, as quais revelam que a violência não necessita de ser cometida por homens loucos ou desviantes, mas por homens “normais” (Bograd *apud* Duarte, 2013, p. 59).

## **5.2. Representações sobre o feminino e o masculino**

Com base nos preceitos teóricos explorados no Capítulo 1, é possível compreender que o género é um dos principais eixos de organização das nossas sociedades (Scott, 2008), cuja análise na relação com o assédio sexual é imprescindível. Sublinho igualmente a importância que esta categoria assume neste estudo, porque embora as Universidades sejam espaços cada vez mais feminizados e heterogéneos, persistem modelos de referência e práticas inerentes ao género que têm vindo a ser reproduzidas (Mendes *et al.*, 2013).

Com as narrativas dos/as estudantes são identificadas pistas acerca dos papéis atribuídos pela sociedade ao feminino e ao masculino. Estes são um conjunto de expectativas relacionadas com os comportamentos que cada sexo desempenha e ditam o modo como homens e mulheres se devem comportar (Carrito & Araújo, 2013; Oliveira & Amâncio, 2002). À semelhança da literatura, também os/as estudantes entrevistados/as identificam a mulher como frágil e sensível e associam os homens à força e valentia. Contudo, esta análise não se esgota nestas características.

Conforme revelo no capítulo relativo às estratégias metodológicas, nas sessões com os/as estudantes, optou-se por partir de questões mais amplas, nas quais se apreenderam os hábitos de sociabilidade, com quem estes/as se relacionam ou procuram estar nos vários momentos que compõem os seus quotidianos. Neste encaixe, capturaram-se algumas particularidades relativas aos papéis sexuais que importa destrinçar e pormenorizar.

Os/as estudantes esclarecem que gostam de se relacionar com toda a gente, independentemente do género. No entanto, há rapazes que salientam que preferem estudar com raparigas devido à imagem de que são mais organizadas e concentradas para este tipo de tarefas. Já a maioria das raparigas, nas suas saídas à noite, opta por sair com os rapazes, uma vez que lhes está imputada uma imagem de força e de valentia.

Como é possível deduzir a partir das narrativas, prevalece a ideia de andar em grupo. Apesar de os/as estudantes destacarem a pertença a grupos mistos, ou seja, compostos por raparigas e por rapazes, referem que há momentos em que se juntam em grupos homogéneos (só de raparigas ou só de rapazes) para conversar sobre determinados assuntos ou para executar tarefas específicas. As raparigas confessam que, quando estão em grupos femininos, conversam sobre rapazes e sobre os seus problemas mais íntimos. Os estudantes do sexo masculino salientam que, quando estão em grupo, falam recorrentemente sobre as suas histórias de sedução. É associado a este contexto que expõem que, quando passa alguma rapariga que consideram mais atraente, tecem comentários e trocam olhares. A opinião destes é de que é errado, mas apesar de terem essa consciência, revelam que são comportamentos socialmente enraizados que não conseguem evitar.

Tenho casos concretos e no meu grupo de amigos que, quando passa aquela gaja demasiado boa e tal e... há aqueles comentários menos bons... isso acontece e isso é uma cena involuntária. Nós não fazemos, não é por mal... é simplesmente aqueles comentários inapropriados. São demasiado? São! Deviam ser evitados? Deviam! Contudo, isto é um erro da sociedade, é algo que sai tão natural que é como se fosse já uma desculpa que está intrínseca a isso... (Estudante E\_F4, sexo masculino).

Ao longo das sessões procurou-se compreender as mudanças que ocorrem na vida dos/as estudantes com a entrada no Ensino Superior, cujos discursos se concentram na abertura de horizontes e na nova sensação de liberdade que se desperta neles/as. Assim, tanto os/as estudantes como as instituições, sublinham a importância da nova sensação de liberdade, mas também o facto de se encontrar ancorada aos papéis sexuais. Tal como nos diz a literatura, os/as estudantes que deixam a casa de família, sentem uma nova liberdade que contempla a possibilidade de fazer outras escolhas (Mendes *et al.*, 2013). Esta sensação é mais evidente no caso das raparigas, que apresentam uma maior necessidade de se libertarem de algumas coisas que traziam das suas famílias e de desfrutarem dessa liberdade.

(...) a maior parte dos estudantes são deslocados e, principalmente as raparigas, têm uma necessidade quando mudam, de crescer, de se libertarem também de algumas coisas que trazem da sua família de origem e da sua cidade natal e, portanto, acabam por, ao vir para uma cidade diferente e estar num contexto que lhes permite uma liberdade que habitualmente não têm, porque nas cidades de origem estão mais protegidas pelas famílias e, muitas vezes, não têm, na sua cidade natal, a mesma possibilidade de se relacionar com várias pessoas e de ter uma maior liberdade (...). (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)

Dado que as influências familiares e culturais definem o que é esperado para cada um dos sexos, persiste a ideia de que os/as estudantes deslocados/as, de meios mais conservadores, se devem comportar de forma tradicional. Ou seja, espera-se que usufruam da sua liberdade dentro dos “limites” e que não os extravasem. É premente referir que esta questão é ainda mais acentuada se estivermos a falar do sexo feminino.

No leque das questões culturais, a que é mais realçada nas discussões diz respeito ao vestuário e à forma como, sobretudo as mulheres, se apresentam. Tal como esclarece o excerto da entrevista, muitas estudantes, quando ingressam o Ensino Superior, procuram libertar-se de alguns hábitos e, inevitavelmente, mudam a sua forma de vestir. Assim, optam por um estilo diferente: usam frequentemente maquilhagem e roupas arrojadas (Mendes *et al.*, 2013). Mas se desfrutam desta liberdade ao nível do que escolhem vestir, a roupa, não raras vezes, é também um mecanismo de controlo social (*idem*). As mulheres são aquelas que manifestam uma opinião ainda mais crítica em relação a outras mulheres:

Lembro-me de uma vez, estava em minha casa a vestir-me, estava a minha colega de casa e estava lá um rapaz e eu ia sair e perguntei: “estou bem para sair?” e ele, “ah, se calhar tens um bocadinho de frio, leva um casaco um bocadinho maior”... ao que ela responde: “as putas nunca têm frio!”. (Estudante D\_ F3, sexo feminino)

Os estudantes do sexo masculino concluem que as mulheres recorrem a outro modo de vestir para “dar nas vistas” ou para se sentirem mais “desejadas”, mas, ao mesmo tempo, são julgadas “provocadoras”. Esta ideia contribui para reforçar a manutenção do vestuário enquanto indicador de disponibilidade sexual e para reproduzir os papéis e normas que lhes estão associadas. Estes discursos encontram-se, ainda, colados às ideias de passividade das mulheres e à própria vitimação, tal como procuro desconstruir mais à frente.

Queria falar de uma coisa um pouco complicada que parece um pouco machista, mas eu tenho amigas minhas que se vestem de forma recorrente de... a gente pode aqui chamar de forma provocatória. Assim, vestir-se com roupas curtas, justas, que mostrem mais partes do corpo que outras... e eu acho que essas minhas colegas gostam, de certa forma, de se sentir desejadas... gostam de, ao

passar, que as pessoas olhem... e eu acho que para elas, um homem que olhe para elas e ache que ela é gira e toda boa e é marota, acho que para elas isso não as incomoda. (Estudante C\_F4, sexo masculino)

Embora em número reduzido, há estudantes de ambos os sexos que apontam que estas questões estão meramente associadas ao facto de as mulheres se sentirem bem de determinada forma. Assim, apesar de os discursos serem pouco explícitos, identificam estas questões enquanto mecanismos de controlo social de ordem patriarcal baseados em estereótipos. Consideram, por isso, que relacionar o modo de vestir à forma de ser e de estar é contribuir para a manutenção do machismo. Em última instância, do patriarcado.

Acho que ao associar todas estas questões de vestes, de maneiras de estar, de agir, de falar, de produção ao machismo é o grande problema de hoje... é um problema que não devia ser sequer um problema, porque quando a gente coloca, quando a gente associa a veste ou a produção em causa ou o machismo, só a maneira como ela se vestiu, é provocatória do machismo sim ou não? Ao fazer essa pergunta, é tudo de mau que está no seio do machismo. Pelo facto de querer encontrar machismo aqui, já é um ato machista. (Estudante F\_F4, sexo masculino)

Nas narrativas, sobretudo das estudantes, predomina a ideia de que a roupa tem vindo a ser considerada um indicador de disponibilidade sexual: *“Não é por eu estar com uma camisola transparente e um brallete que eu quero alguma coisa ou estou a permitir-lhe que digam ‘olha, queres vir?’ ou alguma coisa”* (Estudante G\_F2, sexo feminino).

Dada a conexão entre o vestuário e a disponibilidade sexual, podemos deduzir que as mulheres ponderam o que vestem atendendo o lugar (geográfico) onde vão ou o meio onde estão inseridas. Trata-se, pois, de uma ferramenta que dispõem e que recorrem para não ser vítimas de alguma forma de violência, tal como sublinha a literatura (Duarte, 2013; Oliveira, 2014). Através das narrativas, as estudantes informam que vestem roupa específica atendendo os contextos onde se inserem. Se se sentem protegidas, sobretudo em lugares onde há maior presença de raparigas, optam por se vestir como se sentem bem, mesmo que isso implique o uso de roupas mais arrojadas. Evidenciam igualmente que quando frequentam lugares onde predominantemente se cruzam com o sexo masculino, se vestem de forma mais discreta. É premente ressaltar o caso específico revelado apenas pelas estudantes das Engenharias, que ponderam muito bem o que vestem quando vão para as suas aulas, principalmente no Pólo 2, dado que é um lugar onde se encontram sobretudo homens:

(...) mas eu acho que nós como mulheres, também sentimos muito... por exemplo, se for para o pólo 2, eu vejo a roupa que vou levar, eu não levo saia,

não tão facilmente como quando vou para o pólo 1. (Estudante A\_F3, sexo feminino)

Há estudantes que enfatizam que estas questões não estão necessariamente relacionadas com lugares geográficos específicos, com maior ou menor presença de homens, com mais ou menos iluminação. Para estas estudantes, basta usar uma peça de roupa mais curta para que se sintam invadidas pelos olhares, entre outros atos, que as remetem ao desconforto. Revelam, por isso, que a própria sociedade está formatada para reforçar a manutenção deste tipo de mecanismos.

Como demonstram as narrativas dos/as estudantes, a roupa é um mecanismo de controlo social realçado recorrentemente e, por isso, muito importante para fornecer informação acerca dos papéis sexuais. A relevância deste assunto para o assédio sexual e para a presente dissertação, encontra-se na relação entre a forma como as pessoas se vestem e as ideias pré-concebidas acerca da vitimação, que não se esgotam no que foi referido acerca das vítimas.

A literatura e os dados que analisámos até ao momento indicam que as mulheres têm uma maior propensão a ser vítimas. Indicam igualmente pistas que permitem reconhecer que se consideram vítimas inocentes as mulheres respeitáveis, que vestem roupas discretas e que foram atacadas por um/a estranho/a, um/a criminoso/a. As estudantes que quebram com esta visão são tomadas por vítimas culpadas, porque são tentadoras, porque levam os homens a cair na tentação e, neste sentido, são agentes da sua própria vitimação (Schafran *apud* Duarte, 2013, p. 95). Quando incorrem numa situação de assédio sexual, as mulheres que se vestem de forma arrojada e que são extravagantes nos modos como se apresentam, são representadas como alguém que alimentou a sua própria vitimação. São, por isso, responsabilizadas pela violência com o discurso repetidamente mencionado pelos/as estudantes de que estavam “a pedi-las”.

(...) nós ouvimos isto trinta vezes por dia e isto revolta-me de uma forma... que é aquilo do “está a pedi-las”, sabem? Aquilo do “foi violada, é porque está a pedi-las”. Aconteceu-me, aqui há uns tempos, uma coisa que é... eu não costumo usar saias (...). A primeira vez que eu uso saia, passo por dois gajos, desculpem, dois senhores (...), nunca me disseram nada. Nesse dia, estava de saia e dizem “então, não se diz boa tarde?”. Isto não é nada de especial, mas os olhares deles (...). Estou de saia... o que significa uma rapariga estar de saia? Ainda por cima de dia, que nem era de noite. O que significa? Está de saia já pode ser abordada? E eu nem sou uma pessoa que use... então a primeira vez que uso saia sou o quê? Já posso ser abordada por um gajo porque uso saia, é? Abordada por uma má forma (...). (Estudante C\_F2, sexo feminino)

Ao recuperar as narrativas acerca dos/as potenciais agressores/as e a partir do reconhecimento de que o assédio sexual também pode ser perpetrado por mulheres, os/as estudantes revelam algumas pistas sobre os papéis atribuídos ao feminino. A constatação destes casos surgiu aliada à representação de que as mulheres são consideradas “mais abusadas” e conotadas de forma negativa. Tal como sublinha o estudo de Mendes *et al.* (2013), algumas das críticas face aos comportamentos das mulheres são avançadas por elas mesmas, que exercem controlo moral entre elas. A este respeito, a literatura sugere que as mulheres são condenadas de forma mais severa do que os homens porque é uma prática inerente à masculinidade e, por isso, algo que é esperado do sexo masculino. Quando as mulheres tomam este tipo de práticas, desafia-se a normatividade:

Também acho que há duas partes, sim. Mas também depende de cada pessoa, sei lá. Há raparigas que, também, se calhar são um bocado mais abusadas e às vezes também podem conseguir deixar os rapazes desconfortáveis, mas eu acho que isso depende um bocadinho de pessoa para pessoa. (Estudante G\_F3, sexo feminino)

E acho que, outra vez aqui, a sociedade volta, entre aspas, a impor-se aqui, porque não é natural uma mulher fazer isso. Se bem que, se uma pessoa quiser pôr um rapaz desconfortável, sabe perfeitamente como o fazer, mas é mais condenável. Enquanto que, quando é um homem nunca foi... sempre pôde. (Estudante H\_F3, sexo feminino)

As narrativas revelam que há maior facilidade em culpabilizar a mulher em questões de índole sexual. São, por isso, condenadas de modo mais severo do que os homens por aquilo que fazem e sujeitas a imposições sociais de ordem diversa. Por exemplo, no estudo Mendes *et al.* (2013), a mulher que toma a iniciativa de abordar um homem desconhecido é criticada e considerada “leviana”. Do estudante *boémio*, apenas se espera que goze a vida e que assuma uma posição de dominador face às mulheres. Assim, há uma maior facilidade em que os homens assumam as suas conquistas publicamente e se “gabem” delas, como é sublinhado pelos/as estudantes. Das mulheres, espera-se que as escondam, dado que paira a certeza de que vão ser julgadas e criticadas pela sociedade.

“Eu fiz”. Eu acho que nós temos mais vergonha... às vezes até parece que... se estamos hoje com uma pessoa e com outra amanhã, até parece que temos um pouco mais vergonha disso e acho que, para os rapazes, isso é tipo motivo de se andarem a gabar e de dizer a toda a gente... do género “hoje estive com aquela, ontem estive com a outra”, estão a entender? Sinto que há muito isso! (Estudante D\_F3, sexo feminino)

(...) a nível de sociedade, o facto de um rapaz faz, ok... uma rapariga faz, espera aí que já é condenada. É muito mais natural e é muito mais fácil de falar do que

para nós, porque tem todas essas imposições sociais, porque a nível de sociedade, o homem está sempre acima (...) (Estudante H\_F3, sexo feminino)

Longe de se esgotarem as representações acerca do feminino e do masculino, as que são aqui discutidas assumem especial relevância para mapear as representações relativamente ao assédio sexual por parte dos/as estudantes. Assim, permitem solidificar algumas das questões referidas na componente teórica e oferecem uma reflexão mais profunda relativamente a outros tópicos pouco explorados na literatura. É importante referir que a análise dos papéis sexuais se continuará a revelar, sobretudo na relação com os vários contextos em que o assédio sexual é identificado.

### **5.3. Assédio sexual na Universidade de Coimbra? Análise do(s) quotidiano(s) dos/as estudantes.**

As narrativas demonstram que o quotidiano dos/as estudantes é marcado por vários contextos e atividades muito características deste período das suas vidas. Primeiramente, destaca-se o contexto diurno marcado pelas rotinas de estudo, mas também pela interação com a cidade e pelos percursos entre casa, as Faculdades e os espaços onde convivem. Atendendo a imagem do conhecimento associada às Universidades, especial atenção será dada ao contexto de sala de aula, nomeadamente com situações de assédio por parte de docentes. A praxe académica é igualmente uma das atividades que faz parte do quotidiano dos/as estudantes e que não está tão associada a um momento temporal, uma vez que ocorre tanto durante o dia como no período da noite. Por fim, destaca-se o contexto noturno, ligado às festas académicas, aos rituais de saídas à noite e aos vários momentos de convívio que se desenrolam pela(s) noite(s) fora.

Os/as estudantes, ao longo das discussões em grupo, identificam situações em que tiveram contacto ou seria mais suscetível de terem contacto com o assédio sexual e que importa aqui frisar. A relevância deste subcapítulo é que nos permite compreender não só as representações destes/as relativamente ao assédio sexual, mas também as suas principais fontes de preocupação e inquietações. Pretende-se, ainda, cruzar a informação compartilhada pelos/as estudantes com aquela que advém das várias instituições que rodeiam a comunidade académica, bem como o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por estas no que concerne ao problema que se está a tratar.

### 5.3.1. Contexto diurno

Face ao contexto diurno, a imagem compartilhada pelos/as estudantes é de que o assédio sexual não é tão representativo e que passa apenas por olhares e comentários pontuais: *“Acho que durante o dia, em tempo de aulas, acho que pelo menos não tenho essa percepção, que seja algo muito representativo... talvez momentos pontuais, como comentários, olhares (...)”* (Estudante A\_F1, sexo masculino). Tendem, por isso, a desvalorizar a associação deste contexto à prevalência de assédio. Porém, destacam-se episódios que os/as estudantes identificam como assédio sexual sob a forma verbal e que ocorreram em momentos de interação com a cidade:

(...) a começar pelo dia, eu por acaso quero partilhar a situação mais desagradável que me aconteceu em Coimbra, que foi há cerca de dois meses, à porta da Faculdade, em plena luz do dia, com montes de pessoas à volta e foi mesmo muito desagradável. Eu estava a sair da Faculdade, estava ao telefone e foi mesmo uma situação de assédio, mesmo. Nunca me tinha acontecido, nunca me tinha sentido assim (...). Tinha ido à Faculdade resolver uma série de problemas, tinha sido só um dia de resolver problemas e vinha a sair da Faculdade, tipo com a pasta carregada, a chover “a potes”, tipo de guarda-chuva, casaco de chuva, a falar ao telefone, a resolver problemas do núcleo... e várias vezes sou abordada na Faculdade e sou parada por colegas que nunca vi na vida, porque me pedem ajuda e auxílio para tirar dúvidas de problemas pedagógicos ou fazer perguntas (...). E estava a sair da Faculdade e houve um rapaz que disse que precisava realmente de falar comigo (...), porque ele estava a dizer-me assim “estás a falar ao telefone? Precisava de falar contigo e é urgente” e eu disse: “o que é que precisas” e ele disse assim “ah! é que eu nunca te tinha visto e tu és muito bonita” ou “tu és muito linda”. E eu fiquei assim... eu não disse nada e depois ele assim: “queria saber se não querias fazer sexo comigo” e eu fiquei, completamente assim, tipo vidrada, gelada, estás a ver? Estão a ver? Tipo, parei, olhei à volta e só pensei assim para mim “só pode ser para os apanhados”(…). Em plena porta férrea, com montes de gente a passar... e acho que houve pessoas que me chamaram para me cumprimentar e eu não tinha mais nada, peguei no telefone, continuei sempre para a frente a falar com essa amiga minha. Não me lembro do que lhe disse, sei que fiquei montes de tempo a falar sem saber o que lhe estava a dizer (...). (Estudante F\_F2, sexo feminino)

Estava a sair da minha Faculdade e, se vocês saírem do estádio universitário, vê-se a encosta toda de Coimbra, mesmo ali à beira do rio. Ainda não tinha passado a ponte, então agachei-me, pousei o telemóvel em cima do murito e estava a tirar uma foto da encosta toda. Epá, tudo bem, a tirar, tirei uma, tirei duas... levanto-me e vem um homem, um sujeito para aí dos seus quarenta e alguns... passa por mim e vinha-se a rir. Ok, eu sou simpática e tal e às vezes as pessoas falam na rua e uma pessoa até brinca. Ele vinha-se a rir e ele assim “deves ser uma boa...”. E eu pensei assim, eu tive tempo na minha cabeça para pensar e assim... eu até pensei que ele ia dizer que eu era boa fotógrafa, porque eu estava ali, tirei duas e três fotos... e ele disse “deves ser uma boa foda” (...), vocês sabem o que é estares a cruzar-te com um homem que tem idade para ser teu pai e diz-te isto assim? (Estudante H\_F3, sexo feminino)

Sobre as narrativas relativas ao contexto diurno, deduzem-se duas conclusões. A primeira é que, se inicialmente os/as estudantes sublinham a desvalorização do assédio verbal, nomeadamente com a discussão em torno do piropo, com estes relatos, torna-se claro que é algo que lhes causa desconforto e que, sobretudo as estudantes, atribuem bastante importância. A segunda conclusão é que não é tanto a abordagem que as incomoda, ou seja, o facto de a pessoa desconhecida as interpelar ou lançar “piropos”, mas o conteúdo sexual daquilo que é dito. Assim, se há piropos que os/as estudantes até interpretam como elogios, é o recurso a um vocabulário extremamente indecoroso e sexualizado que transporta a conduta para o domínio das ofensas sexuais.

Por fim, acerca dos trechos que cito, ao longo das sessões denota-se uma facilidade muito maior, por parte dos/as estudantes, em interpretar os casos relativos a este contexto como assédio sexual. De modo particular, é algo frequentemente associado à ideia do desconhecido que se aproxima na rua durante a noite, tal como sublinho anteriormente. Quando estas situações ocorrem durante o dia, os/as estudantes atribuem maior gravidade, dado que permitem romper com as ideias pré-concebidas acerca do fenómeno. Assim, se a maior fonte de preocupação das estudantes até ao momento em que foram reveladas estas situações se prendia com a segurança nos momentos noturnos (cuja análise se procederá mais à frente), é aqui que concluem que não se sentem seguras apenas porque são mulheres.

Esta questão está também relacionada com a ideia da vitimação explorada anteriormente, no sentido em que estas se posicionam mais facilmente num papel de vítimas inocentes e encaram a sua vitimação de modo mais sério, uma vez que são alvo destas formas de violência num contexto que não as submete a uma imagem pecaminosa e de vítimas culpadas.

### **5.3.2. Contexto de sala de aula (por professores/as)**

Como sublinho no Capítulo 2, o assédio sexual, tal como se encontra definido e redigido nos diplomas, pressupõe uma relação hierárquica. Quando há episódios desta índole por parte de docentes a estudantes, deveria ser uma evidência clara de que se trata de assédio. Os/as estudantes não mencionam este pressuposto hierárquico nas suas definições

relativamente a esta conduta e, por isso, deduz-se que para estes/as, o assédio não precisa de estar veiculado a uma posição hierárquica, mas consuma-se nos atos em si. No caso das instituições, há uma maior facilidade em identificar casos de assédio sexual no seio de uma relação hierárquica, o que pode ser explicado pelo conhecimento relativo às definições dos diplomas legais, as quais vão ao encontro deste pressuposto. Embora os/as estudantes não apontem a posição hierárquica como elemento chave da definição de assédio sexual, não negligenciam a possibilidade da sua ocorrência neste contexto. No entanto, os exemplos são escassos.

As narrativas permitem apreender os significados que os/as estudantes atribuem a estudar na Universidade de Coimbra. Inevitavelmente, voltam-se para a abertura de horizontes e de aprendizagens. Os/as docentes são igualmente representados/as figuras que pautam pelo conhecimento e pela transmissão de valores. Porém, o problema do assédio sexual surgiu aliado a estas representações:

(...) no meu 1º ano da Faculdade tinha um professor que não era correto com as raparigas... só foi meu professor no 2º semestre e colegas tinham sido alunas dele no 1º semestre... e elas já me tinham avisado que ele fazia assim... comentários impróprios sobre a roupa das alunas, que gravava *boomerangs* das alunas e punha nas histórias do Instagram, pedia para alunas o seguirem no Instagram, adicionarem no Facebook... e é um homem que devia ter 35 anos no máximo, novíssimo! E houve alguns episódios que me ficaram. Mas houve um que eram 9h da manhã, estávamos na sala, mas ainda não tinham chegado muitos alunos, então o professor começou a falar com umas raparigas que estavam mais perto dele... e a rapariga estava a usar um top cai-cai e a primeira coisa que o professor lhe diz é “que soutien é que usas para essa camisola?”. Foi assim um momento... a miúda ficou desconfortável... não lhe respondeu (...). No momento ninguém disse nada, mas esse professor, depois mais tarde, no início do ano letivo passado, numa festa do meu curso, houve uns rapazes que o convidaram (...). E ele foi e disse: “Ah!, se eu soubesse que, sei lá, um nome, a Maria (*nome fictício*), fazia natação sincronizada, já a tinha ido ver há mais tempo”. Depois, essa miúda fez queixa à coordenadora do curso e o professor foi afastado totalmente. Mas ele... vocês se calhar pensariam, ok, é professor, se me acontecer alguma coisa vai ser alguém que, não digo proteger, mas fazer com que aquilo não aconteça na sala de aula dele... porque se fosse um aluno a fazer um comentário, ele ia reprovar o aluno, reprovar o comentário, mas como era ele a fazer, parecia que não havia mal. (Estudante A\_F2, sexo feminino)

Este assunto é exposto maioritariamente pelas estudantes de sexo feminino, as quais revelaram alguns sinais de receio em abordar o tópico nas sessões. O tema surgiu quando já havia alguma conexão entre os/as participantes nas discussões, dado o grau de intimidade necessário para a sua abordagem. Ainda assim, os discursos fluíram lentamente e houve quase sempre a sensação de que ponderavam com muita moderação o que iam dizendo.

Para muitos/as estudantes, este problema é antigo, do conhecimento de todos/as, mas ainda é considerado tabu e algo marginalizado. Estes/as sublinham que a situação é errada e contraditória, devido à imagem dos/as docentes como as figuras máximas da sua educação. A opinião dos/as estudantes é de que os/as docentes, com este tipo de condutas, contribuem para a reprodução e manutenção deste tipo de normas e promovem a aprendizagem de comportamentos que colocam em causa a dignidade do próximo.

As instituições, como referi anteriormente, sublinham principalmente casos de assédio sexual na comunidade académica entre docentes e estudantes brasileiras, embora não negligenciem outros casos. Esta informação é avançada por várias instituições, as quais destacam a predominância de assédio verbal no contexto de sala de aula, nomeadamente com a referência a “bocas” e “comentários” dirigidos às estudantes brasileiras.

Este caso é de extrema importância e permite relacionar com a teoria da interseccionalidade que analiso no Capítulo 1 e na delimitação do perfil das vítimas. Conclui-se que as mulheres estão submersas em vários eixos de opressão que, combinados entre si, gerem múltiplas discriminações que importa ter em consideração. Este exemplo relaciona-se igualmente com alguma da literatura acerca das migrações, em particular aquela que diz respeito à discriminação das mulheres brasileiras. Acerca desta, informa que, como estas mulheres estão associadas a uma nacionalidade predominante no “mercado do sexo” em Portugal, não raras vezes, assistimos à propagação do estigma da prostituição para outras imigrantes com a mesma nacionalidade (Duarte & Oliveira, 2012). Ao mesmo tempo são diagnosticados impasses na interpretação dos comentários que são dirigidos pelos/as docentes a estas estudantes e que derivam de problemas de linguagem.

Vão surgindo alguns casos que configuram, eu diria, diferentes situações que a gente pode incluir nas situações de assédio, quer sejam, enfim, os relatos, comentários de natureza sexual, explícita ou implícita, que têm a ver com, por exemplo, comentários feitos por docentes mulheres ou por docentes homens e envolvendo também, sobretudo, estudantes brasileiras. Ou seja, são comentários que são vistos por essas estudantes como sendo do ponto de vista daquilo que é uma abordagem desadequada, alguns que, enfim, são bocas despropositadas que ficam (...) ali muito na fronteira do que é um conteúdo sexual ou de natureza sexual ou até sexista do comentário (...). (Provedor do Estudante)

O vestuário é, novamente, um dos assuntos revelados nos discursos dos/as estudantes, que aludem à sua associação ao contexto de sala de aula. Neste sentido, os/as estudantes confessam que ponderar a roupa que vestem para os momentos de avaliação e de aulas é

algo recorrente. Não há relatos na primeira pessoa, mas os/as estudantes socorrem-se de exemplos de pessoas que conhecem, o que reforça a perspetiva realçada anteriormente e que se prende com a dificuldade que estes/as têm em se posicionar no papel da vítima.

As narrativas dos/as estudantes referem que em causa estão, geralmente, as classificações obtidas em determinadas unidades curriculares. É ainda importante referir que estes discursos dizem sobretudo respeito a Faculdades com um elevado grau de conservadorismo.

Uma coisa que ouço muito das minhas colegas de casa de Direto é, “ajuda-me a escolher a roupa que hoje vou ter oral e o professor é não sei quem e eu tenho de ir assim, ou tenho de ir assim vestida porque é isso” ou “temos um problema com um trabalho, vai tu falar com o professor que és rapariga, é mais fácil”. (Estudante D\_F3, sexo feminino)

As instituições reconhecem que é uma informação que lhes é reportada e relatada recorrentemente.

(...) com professores há e já houve, já tivemos chamadas, alguns contactos do género, alunas, acaba por ser muito mais o sexo feminino, que ligam a dizer... isto mais prevalente nas épocas de exames e, por exemplo, que têm uma oral que é muito difícil, mas que já sabem que se forem vestidas de x forma que é possível que seja mais facilitada. Ou que, por exemplo, inclusive são, estou a dar um exemplo muito específico em que me falou de várias situações, estava numa oral e o professor nunca a olhou nos olhos ou que assistiu à oral de outra pessoa e que a pessoa não teve competências para passar, mas ia com x roupa ou falou de x forma querida, ou já era uma pessoa querida do professor, então acabou por completar a cadeira... (SOS Estudante)

Os discursos dos/as estudantes a este respeito sublinham que esta informação acaba por ser partilhada entre pares a partir do momento em que chegam às Faculdades ou que ingressam em novas unidades curriculares que pressupõem uma mudança de docentes:

Eu não sei como é que é com os vossos cursos, falando mais na parte diurna, mas há sempre um professor no nosso curso... um ou dois... certos professores que dizem, que os nossos colegas mais velhos dizem, “leva decote para as aulas”. (Estudante C\_F1, sexo feminino)

Esta partilha de informação entre pares é um mecanismo de alerta para comportamentos inapropriados por parte de alguns/mas docentes e/ou estudantes mais velhos/as. Deste modo, geram receio nos/as estudantes a quem a informação é transmitida, o que faz com que muitos/as estudantes evitem estar na presença de determinado/a docente ou colega. As instituições sublinham que a informação é, ao mesmo tempo, um mecanismo dissuasor e de prevenção de potenciais situações risco.

(...) quando, à medida que os estudantes, por exemplo, que às vezes são as partes mais vulneráveis, chegam a uma instituição... se nessa instituição, por exemplo, existir alguém que tem esse perfil, essa pessoa normalmente já é conhecida. Já é conhecida por fazer comentários inapropriados, é conhecida por ter outro tipo de comportamentos e acho que isso acaba por dar algum grau de proteção às pessoas, [para] que possam fugir dessas situações que as podem expor. E, portanto, (...), por exemplo, há docentes que, por uma razão ou por outra, onde as estudantes não vão aos horários de atendimento... não vão ou não aceitam, enfim, reuniões pelo Skype ou pelo WhatsApp ou onde quer que seja e fogem a esse tipo de contactos, porque às vezes têm um receio, um receio infundado, outras vezes têm uma informação que vai sendo passada entre pares sobre comportamentos... assim... menos próprios, para ser polido na maneira de dizer, próprios de certas pessoas, sejam docentes, sejam colegas estudantes às vezes mais velhos. (Provedor do Estudante)

Sobre os casos de assédio sexual no contexto de sala de aula, um dos assuntos que mais incomodou os/as estudantes ao longo das sessões prende-se com o encaminhamento. Este assunto será analisado com maior detalhe mais adiante quando abordar o papel das instituições relativamente ao assédio sexual.

### **5.3.3. Contexto de praxe académica<sup>14</sup>**

A partir do momento em que os/as estudantes ingressam o Ensino Superior são confrontados/as com uma nova dinâmica marcada pela participação em rituais académicos, designadamente, a praxe (Mendes *et al.*, 2013). De acordo com as narrativas destes/as, é um importante mecanismo de integração na comunidade académica, profundamente associado ao crescimento pessoal, transmissão de valores e estabelecimento de laços de amizade. Todos os discursos enfatizam estas opiniões quer por parte daqueles/as que eram e são adeptos/as da praxe, quer por aqueles/as para quem a praxe não tinha ou tem qualquer significado.

Nem sempre foram escutados discursos positivos a este respeito ao longo das sessões e, por isso, os/as estudantes divulgam outros contextos<sup>15</sup> e modos de interagir com a cidade,

---

<sup>14</sup> A Praxe Académica encontra-se definida como “o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da Universidade de Coimbra e todos os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos da Universidade de Coimbra” no artigo 1.º do Código da Praxe. Como é possível compreender e será demonstrado, não se reduz à situação de gozo do caloiro. Reconhecendo que o conceito é mais amplo do que o que se procura aludir, opto por usar este conceito para aludir ao gozo do caloiro, por ser a denominação que lhe é recorrentemente dada.

<sup>15</sup> Os/as estudantes reforçaram que há outros mecanismos que promovem a inclusão e integração na cidade, como é exemplo o Cri’atividade, que é uma alternativa à praxe e também o Gabinete de Inclusão do Núcleo de Estudantes de Direito.

além da praxe académica. Na base desta divulgação predomina a ideia de que as experiências de praxe não são iguais para todos/as e que podem, também, ser contextos nefastos e onde os/as estudantes não se sentem bem.

A perspetiva da integração, o elemento mais proferido pelos/as estudantes, foi desconstruída e posta em causa com os discursos em torno da humilhação e das práticas física e psicologicamente agressivas que se associam à praxe. É premente sublinhar que este contexto pressupõe um processo hierárquico rígido e uma dinâmica de submissão por parte dos/as estudantes mais velhos/as (“veteranos/as”) para com os/as mais novos/as (“caloiros/as”). Recorro uma vez mais ao estudo de Mendes *et al.* (2013) para enfatizar as narrativas dos/as estudantes face a esta situação. Estes/as referem que aceitam participar na praxe devido à possibilidade de se sentirem integrados/as, ainda que isso implique sujeitarem-se a algumas regras ou rituais dos quais discordam (*idem*). A partir dos discursos de alguns/mas estudantes conclui-se que não os/as incomoda (ou incomodou) de modo severo participar, embora não concordem com tudo o que experienciaram. Há estudantes que realçam que, à medida que ascendem na hierarquia, deixam de se identificar e de se sentir confortáveis em exercer o papel de dominadores/as e por isso, não raras vezes, abandonam a praxe.

Os/as estudantes reconhecem que há exageros e abusos nas praxes, sobretudo do ponto de vista psicológico, mas a grande maioria julga imprescindível passar por essas situações durante esta fase das suas vidas. O argumento de base desta afirmação prende-se com as futuras relações de subordinação no trabalho, o que culminou com a interpretação da praxe como uma preparação para esse tipo de situações:

Há exageros na minha praxe? Há. Eu estive de quatro a ouvir um sermão que não fazia sentido nenhum... mas continuo a dizer a mesma coisa... naquele dia, foi um doutor mais velho, que não fazia sentido nenhum ele dizer aquilo... um dia, vai ser no trabalho, que o meu chefe não vai estar a fazer sentido dar-me na cabeça daquela maneira e vai estar a dar... (Estudante H\_F3, sexo feminino)

Quando se procura compreender a relação entre a praxe e o assédio sexual, tanto a partir da literatura como dos discursos das instituições, averigua-se que as Universidades são construídas com base em relações de poder assimétricas.

(...)a Universidade é construída sobre relações de poder definidas e muito assimétricas. Nós sabemos que relações de poder assimétricas são, naturalmente, contextos favoráveis a que as pessoas se sintam mais vocacionadas para assediar e, portanto, eu acho que essa característica

incontornável de uma instituição de Ensino Superior, não especificamente da UC... mas relações hierárquicas, inclusive entre estudantes, ou seja, entre códigos da praxe, se é do primeiro ano... eu acho que existem várias situações entre estudantes e os estudantes do mesmo sexo ou de sexo diferente ou de um género diferente... existem várias situações que são situações que partem de uma assimetria de poderes que são favoráveis a que ocorram casos de assédio de natureza sexual ou até moral. (Provedor do Estudante)

A praxe é uma evidência clara das marcadas relações de poder assimétricas que, aliadas a uma lógica patriarcal e sexista, reforçam e incentivam uma cultura de violência, sobretudo de cariz sexual (Mendes *et al.*, 2013). As narrativas dos/as estudantes acerca da relação entre a praxe académica e o assédio sexual não são claras e tampouco lineares. Importa ressaltar, desde já, que não há discursos por parte dos/as estudantes relativamente a casos de assédio sexual neste contexto. Porém, uma vez que estão em causa rituais de base patriarcal e sexista, procura-se escrutinar e interpretar o modo como a praxe pode (ou não) estar relacionada com a problemática.

A maioria dos/as estudantes reconhece que a praxe é sexista<sup>16</sup>, o que tem sido alvo de diferentes interpretações. Há estudantes que interpretam como uma praxe separada por sexos, onde o sexo masculino prepara a praxe para os seus caloiros e o sexo feminino a praxe das suas caloiras e esses momentos ocorrem em horários e locais distintos. Para estes/as estudantes é o mais acertado a fazer, para não expor nenhum dos sexos a situações de desconforto. Por outro lado, os discursos em relação a este modo de interpretação sugerem que a praxe gera discrepâncias ao nível da integração. A conclusão é de que este não é um modelo viável, afinal é este o objetivo da praxe.

Numa segunda interpretação, há estudantes que realçam modelos de praxe onde estão todos/as juntos/as, onde os rapazes obedecem aos rapazes e as raparigas às raparigas, cujas narrativas relativamente a esta interpretação sublinham que é algo que poucos cursos fazem. É importante realçar este aspecto porque apesar de as praxes consideradas mistas serem a norma<sup>17</sup>, os/as estudantes julgam que são os/as únicos/as a passar por essa

---

<sup>16</sup> O conceito de praxe sexista que aqui exploro diz respeito à separação por sexos, porque é assim que os/as estudantes designam essa situação nos seus discursos.

<sup>17</sup> Quase todos/as os/as estudantes apontaram que as suas praxes são mistas. Apenas a praxe da Faculdade de Farmácia, dado que engloba todos os cursos da Faculdade e da Faculdade de Direito, onde as praxes são separadas por tertúlias, referiram ter praxes sexistas rígidas, ou seja, separadas por sexo. É importante compreender que esta questão também depende da amostra de estudantes (Anexo 1).

situação e reforçam sempre que é contra as normas, embora o façam na mesma com muita cautela.

(...) fazemos uma coisa que poucos fazem: misturar rapazes e raparigas... nós estamos todos juntos porque, como podem imaginar, somos poucas raparigas e fazer separado não ia ser, supostamente, aquilo que é, que é inclusiva e acho que é sexista tudo muito bem, até um certo ponto. Eles brincam todos... claro que há um jogo mais ousado ou mais assim ou mais assado, ok, em primeiro vão os rapazes uns contra os outros e depois as raparigas umas contra as outras... (Estudante H\_F3, sexo feminino)

As narrativas demonstram que não há consenso quanto às interpretações do que se entende por praxe sexista e, por isso, há estudantes que reforçam a importância de compreender porque é que o Código da Praxe estabelece a divisão por sexos. Neste sentido, procurou-se perceber a posição e o entendimento do Conselho de Veteranos, dado que são a Assembleia que regula a praxe académica:

(...) o Conselho de Veteranos está perfeitamente ciente e nós sabemos que existem praxes com rapazes e raparigas, mistas por assim dizer... e não vemos problema nenhum com isso. Acho que atualmente, haver uma separação taxativa de rapazes para um lado e raparigas para o outro é até pejorativo (...). O que nós somos contra, o que achamos que não deve acontecer, é haver uma praxe em que estejam 50 caloiras e 2 rapazes (...) ou o inverso... por uma questão muito simples... vão sempre, eventualmente vai acontecer uma situação que vai ser condenável. Vão decorrer 20 praxes em que há rapazes a praxar caloiras e, se calhar, até corre bem (...), mas basta uma correr mal, que mancha a imagem da UC, mancha a imagem da praxe e que cai logo o Carmo e a Trindade. Por isso, por segurança, nós mantemos o artigo. (Conselho de Veteranos)

Quando se procurou compreender porque é que as praxes mistas não podem estar devidamente protocoladas no Código da Praxe, concluiu-se que as situações de desconforto são presumíveis neste contexto. Face ao discurso que cito acima, deduz-se que o artigo permanecerá inalterável por uma questão de segurança e para ilibar algumas responsabilidades, caso possa a vir a acontecer alguma coisa.

Sobre este aspecto, os discursos dos/as estudantes sublinham o receio de que algo pode correr mal, o que é, por vezes, infundado e baseado em histórias transmitidas entre pares.

E no meu curso nunca houve, por exemplo, eu sei que há cursos que as raparigas só praxam raparigas e os rapazes só praxam rapazes. Na minha Faculdade não, no meu curso é tudo ao molho e fé em Deus. Estamos ali todos e toda a gente praxa toda a gente, por isso acho que nunca correu mal, nunca houve assim nenhuma situação que me assustasse, porque eu sei de histórias assim... Péssimas... (Estudante A\_F2, sexo feminino)

As narrativas em torno das praxes mistas encontram-se também coladas nos papéis e estereótipos sexuais, aos quais aludimos anteriormente e que reforçam as diferenças entre

o feminino e o masculino. No contexto da praxe surge sobretudo a ideia de que as mulheres são mais severas e agressivas. Assim, os/as estudantes apontam que as praxes conduzidas por mulheres são invasivas e comprometem o conforto dos estudantes do sexo masculino.

Estudante E\_F2, sexo feminino: A nossa praxe costuma ser mista, porque as doutoras pedem para os praxar a eles...

Estudante C\_F2, sexo feminino: Coitados!

A estes discursos acrescenta-se a ideia compartilhada pelos/as estudantes acerca das diferenças entre as praxes femininas e masculinas. Deste modo, as estudantes ressaltam que as praxes dos rapazes são divertidas e que as suas são vingativas e marcadas por abusos psicológicos. As praxes exclusivamente femininas são as que maioritariamente contribuem para a manutenção da humilhação e das normas patriarcais no contexto de praxe (retomarei esta ideia mais à frente).

(...) não achei que fosse inclusiva, porque primeiro estavam basicamente sempre a ralhar connosco e depois sempre achei que a parte do sexismo não contribui para o lado das raparigas. Os rapazes, nós olhávamos para a praxe deles e víamos que estavam-se a divertir, porque eles levam tudo na brincadeira e quando fazem uma consequência, também é uma consequência em brincadeira. As raparigas, notava-se que, quando era uma consequência, era mais uma vingança... (Estudante A\_F3, sexo feminino)

(...) onde há muitas raparigas misturadas... já estão a imaginar que não resulta bem, considerando que é uma praxe muito vingativa. Depois se falamos de uma doutora... então, elas sabem sempre tudo, então é péssimo, porque estamos sempre “de quatro” e elas quase nos humilham à frente de toda a gente, do género, “ó caloiira, andou a dizer mal de mim, não sei quê?”. É um bocado humilhante (...). (Estudante G\_F3, sexo feminino)

Esta tendência não se verifica apenas nas praxes separadas por sexo, dado que nas praxes mistas, as narrativas dos/as estudantes revelam igualmente o repertório excessivo em torno do abuso psicológico e das humilhações. Assim, também nas praxes mistas, as raparigas são expostas a jogos e brincadeiras de cariz sexual que comprometem a sua integridade e dignidade. Não raras vezes, a exposição a estas condutas é fomentada por outras raparigas, o que, uma vez mais, nos fornece algumas pistas acerca dos papéis sexuais, nomeadamente a ideia de que são mais maléficas entre elas do que com os rapazes.

Temos uma horrível, aí é assim, a rapariga ou aceita muito bem e brinca com aquilo, ou então é das piores que há, desculpem lá, mas eu vou descrever mesmo aquilo, que é... uma rapariga que vai à frente e o rapaz vai atrás a correr, feito desalmado na rua, onde há espaço: “Anda cá”, “não que estou com o período”, “não faz mal que gosto de arroz de cabidela...” (risos). Aquilo é muito agressivo

e depois é assim, ou tu levas a coisa na brincadeira, porque estás no espírito, ou corre mal. (Estudante H\_F3, sexo feminino)

A referência aos conteúdos sexuais é um dos assuntos abordados recorrentemente pelos/as estudantes:

A coisa que discordo com a nossa praxe é que ela é muito sexual, é tudo muito virado para esse lado. No início, há os jogos para se conhecerem e há essas coisas todas, mas isso vai acabando e vão ficando as praxes e aquelas brincadeiras mais sexuais. As músicas são todas sexuais, já toda a gente sabia... mas, em termos até de jogos, o kamasutra humano e coisas assim, é muito virado para esse lado e eu como doutora, nessas praxes, recuava... não considero, quando fui calouira, não me senti bem ao fazer, portanto, como doutora, também não vou para aí. (Estudante A\_F3, sexo feminino)

As brincadeiras e jogos ousados, que aludem à sexualidade, são frequentes no contexto de praxe, como é possível depreender através do excerto citado. Os/as estudantes revelam que sentem algum desconforto e apontam que são recorrentemente expostos/as a jogos com posições sexuais e/ou confrontados/as com perguntas mais íntimas acerca da sua sexualidade. Por oposição, há a opinião de que não é tanto o recurso ao jogo em si que é motivo de desconforto, dado que apenas tem o efeito de contribuir para aproximar os/as estudantes, mas o exagero em termos da sua repetição.

(...) a questão das posições sexuais faz parte da juventude e bem feito tem a sua piada... abrir as pessoas... o problema é precisamente quando exageram e quando acaba por ser quase sempre a mesma coisa. Lembro-me de um curso que estava sempre a fazer o macaquinho do chinês sexual, faziam para aí 3 vezes por praxe. Tem piada só uma vez. (Conselho de Veteranos)

As narrativas a este respeito não são apenas relativas às brincadeiras e reportam-se igualmente às canções, cânticos e hinos de curso. Assim, a opinião dos/as estudantes de ambos os sexos é de que predomina uma linguagem de cariz extremamente sexual e sexista que os/as remete ao desconforto.

(...) tu estavas a falar na praxe e nas músicas e... não sei como é que são as vossas músicas de curso, mas as do meu curso são... nós temos as regras divididas, temos a praxe divididas, rapazes de um lado, raparigas do outro. As raparigas têm uma lista de regras e cantam e eu, honestamente não sei... e as nossas são... basicamente é falar sobre comer gajas... (Estudante A\_F1, sexo masculino)

Não, não, não... é das coisas que eu mais odeio de sempre. Por exemplo, quando é a parte dos cânticos, calo-me sempre e é muito sexista, mesmo músicas do meu curso... (Estudante C\_F3, sexo feminino)

Sobre este aspeto, procurou-se escutar o Conselho de Veteranos:

Isto sempre fez parte dos estudantes, o problema é que nos últimos anos exagerou-se no uso do vernáculo, ao ponto de serem coisas completamente

repugnantes e ofensivas e já não têm... o vernáculo tem aquele coiso do “ah, ele disse um palavrão”. Ou seja, chegou-se a um ponto em que se exagerou tanto e deturpou-se tanto, que todas as músicas têm um cariz altamente sexual, mas lá está, é uma coisa que evoluiu com a sociedade. Por exemplo, dou um exemplo muito bom, são os rapazes da Orxestra Pitagórica, que são altamente críticos, são altamente, por assim dizer, brejeiros, mas no sentido de classe. Mas nunca, nas suas músicas, eles exageram na sua... a música não repugna, não usam o exagero, consegues ter lá uma piada inerente... enquanto que nos gritos de praxe não... é imensamente sexualizado, é muito intenso e depois reduz-se só a isso. A interação é quem, numa palavra, consegue dizer a coisa mais repugnante. Nesse aspecto é uma evolução meramente social (...), mas sim, somos avidamente contra. (Conselho de Veteranos)

O entrevistado sublinha que os ditos “vernáculos” sempre fizeram parte do repertório dos/as estudantes, mas que, nos anos mais recentes, se tem vindo a assistir a um exagero do seu uso. Sublinha igualmente que já se procurou incentivar alguns cursos a alterar os seus cancionários e a criar novas canções e hinos, de modo a quebrar esta tendência. O entrevistado diz-nos que não resultou e que os/as estudantes revelam uma extrema falta de criatividade e que recorrem, inevitavelmente, aos “vernáculos”. Assim, o Conselho de Veteranos, manifesta-se avidamente contra o léxico das canções e critica o facto de os/as estudantes, atualmente, estarem reduzidos a este curto laivo de criatividade.

Como tenho procurado elucidar ao longo da presente dissertação e à semelhança do que revela a literatura, a praxe académica é marcada por rituais sexistas e de base machista, o que se pode comprovar tanto ao nível das brincadeiras como das canções e hinos dos vários cursos. Apesar de marcada por uma lógica patriarcal rígida, que não é habitualmente posta em causa pela maioria dos/as estudantes (Mendes *et al.*, 2013), não se podem esquecer as narrativas daqueles/as que concluem que este é um ambiente que promove a objetificação das mulheres.

Sim, mas tu vês isso (*objetificação da mulher*) na praxe, quem é adepto da praxe, eu sou e já fui mais e continuo a ser, mas tu vês isso nos cânticos da praxe, nos rituais da praxe, tu vês isso na Faculdade... (Estudante B\_F1, sexo masculino)

Esta conclusão é alvo de contestação por vários/as estudantes, principalmente porque emerge na sequência da discussão em torno de uma polémica que surgiu nas redes sociais e na comunicação social sobre uma festa promovida por um grupo praxístico<sup>18</sup>. Em causa estava um cartaz relativo a um preçário que não tinha valores, mas desafios destinados

---

<sup>18</sup> Esta polémica surgiu na comunicação social. Poderá ser encontrada em: Público (2019), “Cartaz que prometia *shots* grátis a mulher que se beijassem divide estudantes de Coimbra”, consultado a 10 de outubro de 2020, disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/10/p3/noticia/cartaz-prometia-shots-gratis-a-mulheres-que-se-beijassem-divide-estudantes-de-coimbra-1889598>

“apenas às meninas” que iam desde “beijar alguém” a “mostrar as mamas”. A opinião de alguns/mas estudantes é de que este tipo de situações promove a objetificação da mulher e contribui para a naturalização de comportamentos. Outros/as estudantes, defendem que são apenas brincadeiras, que têm de ser interpretadas como tal e que jamais se podem levar “à letra”:

Estudante C\_F1, sexo feminino: Não é por cantares ou gritares uma coisa que a vais fazer!

Estudante B\_F1, sexo masculino: Mas é por cantares ou assim que propicias... não é uma brincadeira, não podes levar como uma brincadeira!

Esta discussão é particularmente relevante porque permite sustentar o argumento defendido por Mendes *et al.* (2013), quando sublinha que “relativamente às mulheres, a praxe é totalmente anti-emancipatória (...), pois as mulheres reproduzem rituais de praxe que integram uma clara violência sexual” (*idem*, p. 100). Assim, os discursos dos/as estudantes permitem trilhar duas reflexões: a primeira é a de que começa a haver consciência de que se trata de uma prática que promove a cultura de submissão das mulheres por parte da comunidade estudantil; a segunda é que esta associação é mais clara para os estudantes do que para as estudantes, dado que estes, no geral, revelam maior preocupação em defender os interesses delas.

No momento em que os/as estudantes concluem acerca da lógica por de trás da praxe – ancestral e patriarcal – os discursos apontam para a sua reformulação. Preconiza, acima de tudo, a ideia de que deve acompanhar a mudança da sociedade e que, se hoje se caminha no sentido da valorização da mulher, a praxe tem de caminhar em prol dessa mudança:

(...) mas não é de realizar... é o retrocesso! Porque tu estás a caminhar num sentido, no sentido de atingir uma coisa que é a valorizar a mulher, a não objetificar o seu corpo... e depois na praxe, em brincadeira, estás a contrariar tudo aquilo que fora dela estás a tentar chegar lá, percebes? (Estudante B\_F1, sexo masculino)

Ainda que perante a ausência de discursos claros e evidentes que permitam sustentar a conexão entre a praxe e o assédio, não se pode esquecer que esta se reveste de um extremo carácter sexual e sexista. Não se pode igualmente esquecer que, tal como revelo atrás, as hierarquias associadas à praxe são um rastilho para a ocorrência de assédio sexual. Por considerar que esta combinação de fatores pode contribuir para este tipo de condutas, mesmo sem relatos concretos por parte dos/as estudantes de casos de assédio sexual neste

contexto, procurou-se compreender o que pensa o Conselho de Veteranos relativamente a este assunto.

Eu acho que, muitas vezes, esse tipo de situações, quando acontecem, não estão necessariamente ligadas à praxe. Elas não acontecem por causa de... no ambiente de praxe em si. Acontece, provavelmente, entre estudantes e entre pessoas que são mais otárias que outras... mas, ou seja, a ligação em si à praxe ou o incentivo da parte da praxe nunca é devido à praxe. Como tal, as pessoas associam mais o assédio à pessoa em si e à personalidade da pessoa e não à instituição (...). (Conselho de Veteranos)

A conclusão da instituição é que não é a estrutura que alimenta o assédio sexual, mas a personalidade das pessoas que fazem parte dessa estrutura. Apesar da mudança que o Conselho de Veteranos tem vindo a promover ao longo dos últimos meses, no sentido da sua reestruturação e na tentativa de limpar a própria imagem da praxe, persistem alguns problemas. Desde logo, nem todos/as os/as estudantes estão a par e acompanham as mudanças que o Conselho de Veteranos tem procurado implementar, o que faz com que resistam algumas práticas. Resiste, também, a dificuldade em reconhecer as raízes deste tipo de problemas, o que não passa pelas novas caras. Pelo contrário, tal como foi possível analisar, passa antes pela estrutura em si, isto é, pelo abandono das conceções tradicionalistas e patriarcais.

#### **5.3.4. Contexto noturno – o caso das festas académicas**

A entrada no Ensino Superior é também marcada por uma nova dinâmica de experiências de convivialidade e de rituais. As narrativas dos/as estudantes realçam as típicas saídas à noite nas terças e quintas “académicas” nos vários espaços de convívio e com o objetivo de sedimentar as suas sociabilidades. Realçam-se igualmente os expoentes máximos das festas académicas – a Queima das Fitas e a Latada. Quando se pediu aos/às estudantes que falassem acerca das festas académicas, os relatos incidiram, principalmente, sobre episódios relativos à Queima das Fitas e à Latada e, por isso, extraem-se duas conclusões: a primeira é que as noites de terça e quinta-feira são, de certo modo, banais, isto é, encontram-se demasiado enraizadas no imaginário dos/as estudantes, ao passo que, quando se pede que falem delas, pouca importância lhes é dada; a segunda conclusão é que, dado que os/as estudantes enfatizam a Queima das Fitas e a Latada, permite-nos deduzir que, embora sejam momentos que ocorrem em alturas específicas do ano, são

realçados pela exuberância e excessos vividos. Assim, os/as estudantes sublinham situações extremas relativas a estes contextos.

Por falar em festas académicas... pronto, provavelmente toda a gente sabe, porque tenho várias colegas de outras Universidades, dos mais variados pontos do país que me perguntaram "o que se está aí a passar em Coimbra?". Foram vários os vídeos de relações sexuais no meio da rua. (Estudante A\_F1, sexo masculino)

Apesar de terem sido destacadas diversas situações, um dos episódios mais abordado e referido pelos/as estudantes diz respeito aos vídeos que circularam nas redes sociais de jovens a ter relações sexuais na rua durante as festas académicas<sup>19</sup>. Para os/as entrevistados/as, os vídeos são relevantes para a análise do assédio sexual porque permitem compreender o modo como se estão a naturalizar as relações sexuais nestes contextos.

Através da exposição relativa às condutas representadas pelos/as estudantes enquanto assédio sexual, os/as estudantes destacam a prevalência excessiva do toque e dos apalhões no contexto noturno. Concluem que é algo que afeta principalmente o sexo feminino, principalmente quando ocorre em espaços apertados, no meio da multidão e onde é difícil identificar quem os faz:

É horrível para qualquer rapariga, numa festa académica, tu estás simplesmente a querer passar na multidão, para ir à casa de banho, ir beber, o que quer que seja e apalparem-te 5 vezes o rabo nesse caminho (...). E depois tu olhas para trás e nem vês ninguém que tivesse na situação ou na oportunidade de... tu ficas ali, no meio de uma multidão, desesperada, sem saber o que fazer. Já tive várias amigas a chegar ao pé de mim, desesperadas, a querer sair dali, porque não conseguem passar o meio da multidão sem sofrer isso. (Estudante C\_F1, sexo feminino)

Perante os discursos dos/as estudantes averiguou-se, também, a relação com o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, tal como exploramos no Capítulo 3. Os discursos dos/as estudantes permitem deduzir que este consumo excessivo é algo recorrente entre estes/as tanto nas habituais noites de terça e quinta-feira, como na Queima das Fitas e na Latada. Nas narrativas destes/as persiste a ideia de que não é possível sair sem consumir bebidas alcoólicas, uma vez que as noites não são tão divertidas sem álcool: “[t]emos de admitir

---

<sup>19</sup> Este assunto também ficou conhecido na Comunicação Social. Pode ser encontrado em: Magg (2019), “WhatsApp. Estão a circular vídeos de jovens a terem sexo na rua em festas académicas”, consultado a 10 de outubro, disponível em <https://magg.sapo.pt/atualidade/atualidade-nacional/artigos/whatsapp-estao-a-circular-videos-de-jovens-a-terem-sexo-na-rua-em-festas-academicas>

*que tudo o que são cidades académicas são álcool. Ninguém consegue sair à noite sóbrio e estar tranquilo*” (Estudante H\_F3, sexo feminino). Assim, a rotina de bebedeiras é algo com que se confrontam regularmente.

O pessoal sai à noite e exagera, o pessoal sai à noite e bebe... E os excessos fazem com que as pessoas, às vezes, tenham algumas atitudes e alguns comportamentos, que sejam fora do comum e fora do normal do dia-a-dia... (...) às vezes, o problema são as outras pessoas, com quem a gente se cruza e, por diferença de 10 ou 15 minutos, eu vou cruzar-me com alguém completamente bêbedo e que pode ter uma atitude comigo menos apropriada... (Estudante F\_F2, sexo feminino)

Através dos discursos em torno do consumo de álcool surge a referência a condutas pouco apropriadas, nomeadamente a referência a episódios de natureza sexual. Os/as estudantes reconhecem o álcool enquanto desinibidor: *“(...) eu acho que as pessoas acabam por estar mais desleixadas, no sentido de não pensarem naquilo que estão a dizer e simplesmente dizem ou fazem”* (Estudante A\_F1, sexo masculino). Ao mesmo tempo, os discursos revelam que este não pode ser usado como justificação para comportamentos desadequados: *“(...) tu estavas a dizer que a bebedeira potencia... é verdade que potencia, mas não pode ser uma justificativa para que a prática aconteça, entendes?”* (Estudante B\_F1, sexo masculino)

Através dos discursos em torno do consumo excessivo de álcool é possível destringir algumas particularidades que se prendem com os papéis sexuais. Assim, os/as estudantes realçam que as raparigas são quem mais extravasa os limites e quem habitualmente usa o consumo de álcool para justificar comportamentos fora do comum:

À noite está toda a gente bêbeda, se acontecer alguma coisa é culpa da bebedeira, então aí acho que se nota mais as raparigas a sair mais da casca, porque deixam de ter tantos filtros e saltam fora do que a sociedade impõe. E aí amigos, quem as parar que tenha sorte. (Estudante H\_F3, sexo feminino)

Relativamente à parte noturna e diurna, acho que a noite, mesmo o facto de as pessoas quando saem à noite, ser aquela situação de beber álcool e de estarem mais alcoolizadas e mais “soltas”... há muito abuso nessa situação, mas isso sinto que é parte a parte. As raparigas ficam mais ariscas e metem-se mais com rapazes, como os rapazes, tipo é aquela situação de, parece que vão ao talho. (Estudante B\_F3, sexo feminino)

Os trechos citados comprovam o que refiro anteriormente acerca do modo como as mulheres “ultrapassam os limites” e de como é algo que sobressai, dado que são recorrentemente censuradas e julgadas de forma severa. No que concerne ao sexo

masculino predomina a imagem do estudante *boémio*, o que faz com que se naturalizem alguns dos seus comportamentos relacionados com o consumo excessivo de álcool.

Não são apenas os/as estudantes que associam o consumo de bebidas alcoólicas à ocorrência de violência sexual. Neste sentido, também por parte das instituições predomina também o reconhecimento de que os contextos festivos se revelam de risco acrescido, o que permite sustentar os argumentos oferecidos pela literatura:

(...) os consumos por parte dos estudantes universitários, seja de álcool ou outras substâncias, são bastante elevados e não é só durante as festividades académicas, mas também durante todo o ano, nos dias que os estudantes escolhem para as suas saídas. Por isso, há uma série de festas, sejam festas académicas ou sejam outras, em que o consumo exagerado destas substâncias é motivado e em que quem não consome até deixa de fazer parte do grupo, ou é posto um pouco de lado. Portanto, há um sentido para o consumo e o consumo em si, não é que o consumo seja a causa da violência, mas é um potenciador, um desinibidor e faz com que algumas pessoas se sintam mais desinibidas para serem violentas e em relação às vítimas, deixa-as mais vulneráveis, porque vão estar com os seus sentidos mais entorpecidos e com menor capacidade de reação. (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)

É premente realçar que os discursos dos/as estudantes ressaltam igualmente situações que ocorrem no contexto noturno e que não estão diretamente associadas às festas académicas em si. Sobressaem, assim, os trajetos entre as festas e os regressos a casa. Os discursos recaem sobre a questão da segurança e sobre a falta de liberdade que assola principalmente as estudantes:

Eu sinceramente, eu não me vejo a ir sozinha para casa, por exemplo hoje... não dá... entendem? Fico mesmo com medo. O meu coração fica a palpitar. Eu não devia ter medo de andar sozinha na rua... Ainda mais de dia, entendem? (Estudante G\_F2, sexo feminino)

Esta situação gerou alguns relatos por parte de estudantes face a situações de perseguição que já sofreram nos seus trajetos das festas para casa:

(...) a única situação mesmo em que eu fiquei mesmo assustada cá, foi aquela situação do homem, mas ele não tinha a nossa idade, devia ter quarenta ou cinquenta anos. Aconteceu porque uma amiga minha passou mal uma noite e fomos de táxi até casa dela, eu deixei-a em casa, mas eu tinha mesmo que ir para casa (...), como eu tinha dito, eu não tinha medo nenhum de andar sozinha, eram 4h30 da manhã e eu disse-lhe "eu vou para casa"... ela estava mal, mas já ia dormir. E eu saí de casa dela e ao sair de casa dela eu vou por uma parte mais coberta e um homem estava lá ao fundo às quatro e meia da manhã e eu só me lembro que ele tinha um guarda-chuva. E eu fiquei a olhar para ele e pensei "o que é que um homem faz aqui às quatro e meia da manhã a mexer num guarda-chuva?" e ele olhou para mim e continuou e aquilo que eu fiz foi mudar de passeio... só que eu tinha que passar por ele, para ir para o sítio onde era a minha casa (...). Ele começa a andar quando vê que eu estou a ir para o lado dele e começa a ir atrás de mim. Eu pego no telemóvel, a falar com um amigo meu e

começo-lhe a dizer “eu acho que estou a ser perseguida”, porque o homem vinha mesmo atrás de mim, só que eu tenho este cabelo que é uma trunfa e acho que ele não se apercebeu. E depois eu grito “eu acho mesmo que estou a ser perseguida, está um homem atrás de mim”. E é só nesse momento em que eu o vejo a virar para o *Santander*, como se fosse para o banco, às quatro e meia da manhã (...). Eu fiquei tão em choque na altura que só me lembro que ele tinha um guarda-chuva e que era muito mais velho do que eu, não me lembro de mais nada, porque só estava preocupada se me acontecesse alguma coisa. (Estudante H\_F2, sexo feminino)

Tal como acontece na situação que cito e tal como evidenciam outras estudantes, para quebrar esta sensação de insegurança e para evitar que sejam vítimas, um dos mecanismos usado recorrentemente é falar ao telemóvel nos seus trajetos das festas até casa. Outro mecanismo a que as estudantes recorrem prende-se com a presença de rapazes nos seus grupos, tal como realço atrás. Assim, as raparigas procuram andar em grupos de rapazes, o que contribui para se sintam seguras e para que tenham a certeza de que podem contar com o apoio deles caso lhes aconteça alguma coisa:

Sinto-me sempre segura no meu grupo. Como também temos sempre rapazes, sinto-me mais segura. Se fossem só raparigas, sinto que é mais provável acontecer. Nunca vou sozinha para casa, vai sempre alguém comigo. Como tenho amigos que vivem ao pé de mim, levam-me sempre ou vamos todos de táxi e acho que é menos provável de acontecer alguma coisa. (Estudante A\_F2, sexo feminino)

Esta perspetiva não é unânime. Por um lado, há rapazes que dizem que há raparigas que não querem que estes (mesmo que conhecidos) as levem a casa porque têm igualmente receio: “(...) eu já tive casos de querer levar pessoas a casa e de me dizerem que não, porque pensavam que eu tinha outra intenção.” (Estudante G\_F1, sexo masculino). Por outro lado, há estudantes que apontam que o rapaz não é o elemento que faça realmente a diferença: “(...) não estou a ver sentir-me menos segura porque estou com 3 raparigas em relação a estar com 2 raparigas e 1 rapaz. Não acho que o rapaz seja ali a barreira de guarda-costas e ninguém se mete...” (Estudante C\_F2, sexo feminino).

Contrariamente ao que seria de esperar, os discursos em torno do contexto noturno e das festas académicas permitem compreender que o assédio sexual é uma prática com que se confrontam recorrentemente. A tendência revelada pelos/as estudantes é no sentido da desvalorização dos episódios de assédio sexual neste contexto porque é algo que se encontra naturalizado e que já é esperado. Os discursos permitem igualmente perceber que, por ser algo com que se confrontam com regularidade nas suas noites académicas, ativam, desde logo, mecanismos para escapar a uma possível vitimização. Assim, sobretudo

as estudantes, procuram estar em grupos compostos por rapazes, evitam andar na rua sozinhas, não aceitam boleias e tentam não dar nas vistas. É também possível compreender que não são tanto os possíveis episódios nas festas que lhes causam afronta, mas os trajetos entre as festas e as suas casas, nos quais são interpeladas, principalmente por homens desconhecidos, mais velhos, que se encontram na rua, o que corresponde à visão tradicional acerca do perfil de assediador.

Porque este contexto se confunde com o excesso de bebidas alcoólicas e com os papéis sexuais tradicionalmente atribuídos, merece uma maior desconstrução.

#### **5.4. Combater o assédio sexual? O papel das instituições e campanhas de sensibilização no contexto académico**

Quando se procedeu à análise das representações dos/as estudantes acerca do assédio sexual, tornou-se evidente a necessidade de compreender o papel de algumas instituições, organizações, associações e órgãos que compõem a Universidade de Coimbra e/ou que contactam com este tipo de casos. O objetivo foi o de perceber, por um lado, o modo como têm acolhido (ou procuram acolher) os casos de assédio sexual e, por outro lado, analisar o trabalho que têm vindo a empenhar ao nível da divulgação de informação e das campanhas de sensibilização.

Os/as estudantes revelam algumas dificuldades em descrever o processo de denúncia de casos de assédio sexual, dado que a maioria destes/as aponta sobretudo a Polícia e aludem a procedimentos relativos às violações (uma vez que realçam provas forenses, tais como guardar a roupa, etc.). Quando se trata de denunciar, predomina a sensação de que só as condutas mais extremas, tais como a violação, são aceites pelas autoridades. Nesta senda, quando os/as estudantes recordam os atos que identificam enquanto assédio sexual, este tópico é alarmante devido à dificuldade em provar as situações que os/as entregam ao desconforto. Esta situação é ainda mais alarmante se a conduta ocorre na rua, é perpetrada por um/a desconhecido/a e não têm qualquer elemento de prova: *“Como ias chegar à PSP e dizer ‘assobiaram-me ali naquela rua, àquela hora, por uma pessoa que não conheço de lado nenhum’? O que é que iam dizer? ‘Olha filha, vai para casa, fecha-te em casa!’”* (Estudante C\_F1, sexo feminino).

Os casos de assédio sexual que ocorrem dentro da própria Universidade de Coimbra, em particular no contexto de sala de aula, são também um motivo de preocupação para os/as estudantes. Estes/as sentem que serão sempre desvalorizados/as e prejudicados/as, dado que julgam que quem terá de se acomodar a uma situação não pretendida e de que foram alvo serão eles/as: “(...) irrita-me, também, o facto de quem sai mais prejudicado é sempre o aluno e a aluna do que o professor (...)” (Estudante G\_F2, sexo feminino). Consideram igualmente que o processo de denúncia passa por relatar ao/à coordenador/a de curso, o que se faz acompanhar por um sentimento de impotência por parte dos/as estudantes, que consideram ineficaz expor a situação a esta pessoa que, por sua vez, estabelece relações cordiais com o/a docente que perpetra o assédio. Assim, acham que serão facilmente desacreditados/as.

Tal como sublinha o relatório preliminar do projeto SUPERA (Lopes *et al.*, 2019), embora a prevalência de assédio sexual na Universidade de Coimbra seja significativa<sup>20</sup>, os casos raramente têm sido denunciados, principalmente à própria instituição. Face a esta informação, que foi possível também comprovar através das narrativas, os/as estudantes revelam duas tendências: na primeira, remetem-se ao silêncio, o que acabou por ser a norma; na segunda, denunciam a outras figuras da comunidade académica que se encontram fora deste registo mais institucional.

As instituições e associações que habitualmente recebem estes casos no contexto académico reconhecem que não são especializadas neste tipo de atendimento, mas são vistas como entidades de recurso por parte dos/as estudantes. São exemplos a SOS Estudante, embora tenha acolhido poucos casos até ao momento e a Secção de Defesa de Direitos Humanos, que tem tido um papel mais ativo. Ambas apontam que encaminham as denúncias para instituições com maior autonomia e com um papel mais específico na resolução deste tipo de casos. Assim, procuram encaminhar para órgãos que compõem a Universidade de Coimbra e que têm a missão de defender os interesses legítimos dos/as estudantes, como é o caso da Provedoria. Encaminham igualmente para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, dado que é uma organização especializada no acolhimento deste tipo de situações.

---

<sup>20</sup> Informação avançada pelo próprio projeto.

A Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra representa os/as estudantes, mas não receberam, até ao momento, qualquer denúncia desta índole. Assim, dizem-nos que não dispõem de qualquer mecanismo para o atendimento de casos. Face ao que foi revelado na entrevista, sublinha-se alguma dificuldade em que a própria associação descreva (ainda que hipoteticamente) o processo de encaminhamento de casos desta natureza, o que é justificado com o argumento de que nunca tiveram contacto com esta realidade. É ainda premente referir que não mencionam as figuras que têm um papel ativo no tratamento destes casos na Universidade (e.g. Provedoria) e que apenas apontam que passa pelas coordenações de curso, acima de tudo por pessoas com alguma sensibilidade para acolher os casos. Este ponto é muito relevante porque, à semelhança das narrativas dos/as estudantes, permite perceber que predomina a opinião generalizada relativamente à falta de sensibilidade para com este tema no seio da comunidade académica:

(...) se acontecesse teria de investigar um bocadinho, mas acho que aqui se calhar... se fosse... dependia um bocadinho do contexto em que teria acontecido tudo isto, pronto. Ao nível da Faculdade, aulas, alguma coisa que fosse mais repetitiva, que até pudesse afetar ali um bocadinho o desempenho escolar, se calhar até iria mesmo falar ou com o coordenador de curso ou com alguém na Faculdade que tivesse um bocadinho mais essa sensibilidade (...) e dependendo um bocadinho da gravidade e do contexto, ir também à polícia, por exemplo, ou algo assim. (Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra)

Também o relatório preliminar do projeto SUPERA sublinha que o apoio institucional prestado para atender este tipo de casos é, muitas vezes, considerado inadequado e insuficiente, nomeadamente ao nível de faltas de resposta, falta de informação sobre os procedimentos seguidos e algumas questões controversas ao nível da confidencialidade e anonimato (Lopes *et al.*, 2019).

A provedoria é o órgão a que as instituições e associações encaminham casos de assédio sexual e o que lida com este tipo de casos no seio da comunidade académica.

(...) a Provedoria age com um conjunto de casos e defende tudo aquilo que são interesses legítimos dos estudantes e, dentro da carta de princípios éticos da Universidade de Coimbra, qualquer forma de assédio, incluindo o assédio sexual, seja de uma aluna ou de um aluno, seja de um professor ou de uma professora, seja o contrário, entre alunos, qualquer tipo de assédio é um desrespeito por aquilo que são os princípios éticos e as normas comportamentais de qualquer pessoa, incluindo funcionários, não docentes (...). Em casos de natureza sexual, designadamente de assédio, obviamente há uma atuação do Provedor... não vai chegar a um relato de assédio, o Provedor não vai perguntar ao estudante ou à estudante se ele ou ela já falou com o docente, se já falou com o colega, se já falou, ou seja, é precisamente daqueles casos, tudo o que são casos de abusos, abusos da praxe, abusos de natureza sexual, ações reiteradas de assédio moral,

pode-se ter questões de assédio moral também, o Provedor não exige que esse percurso normal, que é o percurso que leva a que a Provedoria seja a última instância de recurso... o Provedor não exige, nem pede que o estudante comprove, ou seja, não há passos anteriores necessários (...). Qualquer situação que vai ao Provedor, vai pedir provas, o Provedor está sujeito a sigilo, está obrigado ao sigilo, o Provedor e a Provedoria, as pessoas que trabalham na Provedoria estão obrigadas ao dever de sigilo. Ou seja, não vai nunca tomar nenhuma ação que não seja consentida pela pessoa (...). E, portanto, o Provedor está sempre disponível para que os estudantes reportem casos de assédio e que queiram reportar ao Provedor, em primeira mão, a situação em que estão, em que foram envolvidos (...). (Provedor do Estudante)

Face à informação citada, verifica-se um desconhecimento generalizado, por parte dos/as estudantes, em relação a este órgão, o qual é referido unicamente por aqueles/as que se encontram envolvidos/as no associativismo estudantil. Também nem todas as associações que representam os/as estudantes são capazes de identificar a figura do Provedor. Este ponto é extremamente relevante, dado que ao longo das sessões surgem dúvidas sobre quem efetivamente lida com este tipo de casos e quais as instituições ou órgãos aos quais se pode recorrer. Conclui-se que, se esta informação não circula na comunidade estudantil, é muito difícil que se tratem e reconheçam este tipo de casos. Assim, assiste-se só à naturalização e reprodução dos casos.

Do mesmo modo que os/as estudantes aludem à falta de conhecimento sobre onde se podem dirigir em caso de assédio sexual, surgem igualmente discussões acerca das campanhas e da sensibilização por forma a combater este problema.

Os discursos dos/as estudantes relativamente às campanhas de sensibilização perfilam-se em três posições: os/as que consideram que há falta de campanhas; os/as que apontam a existência delas, mas que ressalvam outros obstáculos; e os/as que identificam campanhas concretas.

Na primeira perspetiva, os discursos evidenciam uma falta de consciencialização sobre o assédio no contexto universitário e apontam que não existe um trabalho profícuo e profundo ao nível da consciencialização e prevenção.

Relativamente à segunda posição, há estudantes que reconhecem que vão existindo algumas campanhas, mas que não são representativas das vivências universitárias, ou seja, consideram que não são adequadas:

As instituições e até mesmo as pessoas que são afetadas por isso, generalizam de certa forma os casos, que passa despercebido o que é que aconteceu. E depois lá está, há muita coisa que é direcionada logo e não há um foco, não há um tentar

perceber e assim. Instituições fora não conheço. Conheço algumas, pronto, não acho que sejam representativas daquilo que é a vivência na universidade e acho que isso é uma falha na sociedade. E depois, lá está, é como te expliquei, quando há e se há, não são informadas de ambas as partes sobre o que é o problema. E isso é uma falha, sinceramente... (Estudante E\_F4, sexo masculino)

Outros discursos mostram que há apenas alguma falta de divulgação destas e a ausência de interesse por parte dos/as estudantes, bem como alguma dificuldade em mobilizá-los/as para formações e palestras sobre estes assuntos. Este desinteresse é marcado pelos contrastes de género, sendo que o sexo masculino é aquele que menos frequenta estas sessões. Os discursos indicam que será difícil avançar no combate a este problema se esta tendência persistir porque, ao estarem só presentes as mulheres a abordar estes assuntos, não permite atingir a mudança:

Fora do meio académico, às vezes acontecem, são é pouco divulgadas (...). O problema é só como mobilizar as pessoas para as atividades, porque se elas acontecerem e forem poucas pessoas a aparecer, vale de pouco... e se forem só as mulheres a ir também não adianta, porque elas a falar só de problemas que as afetam só a elas, não vai permitir mudar nada. (Estudante I\_F4, sexo masculino)

Por fim, destacam-se os discursos por parte dos/as estudantes que mencionam campanhas concretas, sendo importante realçar que as campanhas abordadas são sobretudo dirigidas pela Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra. Os/as estudantes identificam principalmente o projeto "IN.DISCUTÍVEL", que tem como objetivo alertar e sensibilizar para problemas do quotidiano que ainda constituem tabu. Relativamente a este projeto, há alguns aspetos que os/as estudantes destacam e que merecem reflexão.

Em primeiro lugar, há estudantes que identificam campanhas deste projeto relativamente ao assédio sexual e conseguem, ainda que de modo sucinto e redutor, descrevê-las: *"Gostei muito, no indiscutível, da parte do assédio sexual... das raparigas com as vendas e dos cartazes. Para mim, foi das melhores (...)."* (Estudante C\_F1, sexo feminino). Contudo, a entidade responsável pelo projeto revela que não foram concretizadas campanhas em relação ao assunto:

É assim, relativamente ao assédio sexual em específico, não fizemos nada nos últimos dois anos. O que fizemos foi relativamente à violência no namoro e violência no geral. Nunca especificamos para a questão do assédio sexual, isso também é verdade. (Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra)

É importante refletir sobre este aspecto e destrinçar algumas conclusões. A primeira é que as interpretações sobre o que é o assédio sexual divergem entre estudantes e instituições e, por isso, deduz-se que a associação pode ter promovido uma campanha sobre um

determinado assunto, mais ou menos amplo, mas os/as estudantes identificam como sendo uma campanha sobre assédio sexual. A segunda conclusão é que, uma vez que os mandatos da mesma associação são anuais, há uma grande flutuação de pessoas, o que pode traduzir-se em perdas de informação sobre o que foi concretizado em mandatos anteriores e na dificuldade de busca de informação.

Sobre este projeto, a campanha que mereceu destaque por parte dos/as estudantes foi a da violência no namoro. Esta ocorreu uma semana antes da aplicação dos *focus group* e, por isso, estava mais presente nas memórias dos/as estudantes. Assim, procurou-se compreender os objetivos da campanha junto da associação que a promoveu:

(...) nós fomos a todos os departamentos, dividimo-nos em todos os departamentos da Universidade e fomos entregando, distribuindo entre os estudantes, homens e mulheres, nós temos, de... apesar de serem flores, nós quisemos dar a entender que não são só as mulheres, mas também os homens... mas acho que isso também acaba por alertar um bocadinho e as pessoas acabam por pensar “ok, se calhar tenho de estar mais atenta, mesmo não só comigo, mas também com a pessoa que está ao meu lado”. (Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra)

É possível compreender, através das narrativas dos/as estudantes e da associação, que a campanha consistia em distribuir flores pelos/as estudantes dos vários departamentos e Faculdades. Essas flores estariam acompanhadas de alguns dados e frases sobre a violência no namoro e pretendiam alertar a comunidade estudantil para este problema. Contudo, nem todos/as os/as estudantes tiveram acesso à campanha, em particular do sexo masculino, que revelaram alguma indignação quando se tocou neste assunto:

Pegando na DG, eles estiveram a entregar flores no pólo três e em tudo o que era local... Contudo, e isso é uma falha deles e não sei até que ponto isso não é uma questão deles, eles só entregaram o raio das flores às raparigas (...). E, sinceramente, eu fui perguntar “porque é que não me dás uma flor a mim?” e eles disseram que era só para as raparigas, estão a perceber? E isto é uma cena que... (...). Sinceramente, se uma própria instituição prega uma coisa, está a fazer outra? Porque é que um rapaz também não merece uma flor? (...), muitos destes aspetos que eles fazem é muito por coisas que fica bem e de passar paninhos quentes por situações que são efetivamente questões problemáticas na sociedade e o que eles fazem é passar o paninho e não resolvem com olhos de ver... (...) é olha, dão uma flor e passa o assunto. Isso, para mim, não é resolver o assunto. (Estudante E\_F4, sexo masculino)

Alguns estudantes do sexo masculino referem, como é possível ler no excerto citado, que as flores foram dadas somente às raparigas, apesar de supostamente se destinarem a ambos os sexos. Tal poderá ter acontecido devido a falhas na comunicação entre a associação e as pessoas destinadas a fazer a campanha, o que foi também realçado

pelos/as estudantes entrevistados/as, embora seja de evitar esse tipo de situações, porque contribuem para transmitir informações contraditórias.

Ainda no que diz respeito às campanhas, foram também ouvidas outras instituições que não foram referidas por nenhum/a dos/as estudantes nas várias sessões de entrevista, mas cujo contributo para o combate a este desiderato na comunidade académica é inegável:

(...) na última queima das fitas fizemos um inquérito em algumas perguntas e dentro delas tinha assim se os estudantes sabiam o que era assédio sexual, se era assédio, se eles já haviam sofrido e uma percentagem muito grande dizia saber o que era assédio... mais ainda, diziam não ter sofrido nenhum tipo de assédio sexual... mas a seguir, quando dávamos alguns exemplos sobre o que era assédio sexual, tivemos uma mudança de mais de quarenta por cento de respostas, então pessoas que antes haviam dito nunca ter sofrido, quando tinham uma questão mais exemplificada, concreta, mudavam a sua resposta “ah afinal sim, já sofri”... e percebia-se logo uma falta de conhecimento do que é que é o assédio sexual, principalmente num ambiente assim de festa académica, com jovens... (Secção de Defesa dos Direitos Humanos)

Através do exemplo oferecido pela Secção de Defesa dos Direitos Humanos sobre uma das campanhas concretizadas, sublinha-se a escassez de conhecimento dos/as estudantes relativamente ao assédio sexual. Assim, se estes/as, num momento inicial, consideram que nunca sofreram assédio, depois de lhes ter sido dada alguma informação sobre o que é, há uma alteração significativa na resposta inicial.

Também a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem concretizado algum trabalho relativamente à violência sexual, onde se inclui o assédio, nomeadamente através do projeto UNISEXO:

(...) no âmbito do projeto que nós tivemos, o Unisexo, tivemos algumas campanhas, porque esse projeto implicava mesmo a construção de campanhas sobre a violência sexual e era muito focado nos universitários. Aliás, o projeto tinha a ver com a violência sexual no contexto universitário. Esse projeto acabou em 2015 e a partir daí não foram construídos pela APAV mais materiais sobre VS no contexto universitário (...). E, portanto, foram construídos dois vídeos e vários materiais, cartazes, na altura a campanha foi muito focada aqui em Coimbra, porque foi aqui que o projeto decorreu, portanto a sede do projeto era cá e nós fizemos desde cartazes, publicidade nos autocarros da cidade, fizemos individuais de papel para dar às cantinas, quer da universidade, quer do politécnico, tínhamos mupis, conseguimos acordos com a Queima das Fitas e com a Latada para os vídeos serem passados durante os concertos, *flyers* que foram distribuídos, fizemos campanhas de rua pré-queima e pré-latada, para fazer alguma divulgação (...). (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)

As instituições, apesar das sucessivas campanhas, revelam que não são suficientes. Consideram que, muitas vezes, são ignoradas pela comunidade académica e chegam maioritariamente a pessoas que já têm informação. Julgam, assim, que a melhor forma de

chegar aos/às estudantes é estar no ambiente deles/as e sublinham que as campanhas que ocorrem nas festas académicas, ainda que não sejam altamente eficazes, alertam sempre algumas pessoas para comportamentos de risco e ajudam caso aconteça alguma coisa. O exemplo ilustrativo sobre este aspecto, revelado pelas instituições, é que, nas festas académicas, distribuem alguns autocolantes com contactos úteis e frases que permitam que os/as estudantes se apercebam de determinados riscos. Ainda sobre este contexto, revelam que as campanhas podem ser mais eficazes se houver alguma sensibilização prévia.

As instituições apontam também campanhas em épocas de exames, que não têm sido concretizadas, mas, dado que é uma altura em que apresenta alguns indícios de assédio sexual entre estudantes e docentes, torna-se premente desmistificar e alertar para o fenómeno.

Um dos pontos-chave destacado pelo projeto SUPERA prende-se com a necessidade de uma ação sistemática e substantiva por parte das instituições da própria Universidade de Coimbra, não apenas no sentido de responderem às denúncias, mas também ao nível da prevenção (Lopes *et al.*, 2019).

Com vista a combater o assédio sexual na comunidade académica, também as instituições alertam para alguns aspetos a melhorar. Revelam, desde logo, a necessidade de uma unidade dentro da Universidade de Coimbra capaz de acolher estes casos. Do mesmo modo, sublinham que a informação relativa ao papel de cada uma das instituições tem de ser transmitida aos/às estudantes de forma a que consigam delinear um processo de denuncia e reportar sempre que incorrerem numa situação deste tipo.

Apesar do reconhecimento, tanto por parte das narrativas dos/as estudantes como por parte das entrevistas às instituições, sobre a ausência de locais onde se podem dirigir para reportar casos, há ainda quem aponte que os problemas são de outra índole:

Os gabinetes existem, existe gabinete de apoio ao estudante na AAC, na reitoria, provedor do estudante, há imensos e todo o tipo de gabinetes de apoio ao estudante por todo o lado, oportunidades de ajuda. O obstáculo que eu acho, é mesmo a mentalidade das pessoas, a personalidade das pessoas... fazendo metáfora com outro flagelo, acaba por ser a violência doméstica, imensas atividades de sensibilização, imensas instituições, toda a gente tem uma televisão, o dia da VD, imensa sensibilização, no entanto há muitos casos que passam despercebidos. O problema não é na falta de presença ou trabalho das instituições, tem a ver com as várias circunstâncias para que a pessoa não se sinta

confortável para se queixar. Os obstáculos não são institucionais, nem de falta de apoio, são obstáculos sociais e psicológicos das pessoas. (Conselho de Veteranos)

De modo concreto, é neste cenário marcado pela incerteza sobre o que é ou não assédio sexual, que importa não só esclarecer os/as estudantes, como desempenhar um trabalho mais profícuo e profundo ao nível da consciencialização no interior das próprias instituições, para que se deixe de habitar num campo de ação hipotético e se passe à prática. É igualmente importante a união de esforços no sentido de transmitir mensagens claras aos/às estudantes sobre comportamentos que não são aceitáveis e também no sentido de mostrar a que estruturas podem recorrer, tanto dentro como fora da Universidade.

## REFLEXÃO FINAL

Estudar representações é sempre um caminho marcado por uma multiplicidade de significados, cuja procura do saber nunca se esgota. O mesmo acontece com a presente dissertação: está longe de oferecer uma resposta simples e precisa à pergunta que a conduz. No entanto, é um passo em frente porque nos permite “ver além da fachada”, apreender significados e construir mapas de representações através deles. Obriga-nos, por isso, a um exercício contínuo de reflexão que só pode ser concretizado por via da sociologia das ausências e das emergências (Santos, 2002). Assim, quando procuro compreender o que afinal é o assédio sexual para os/as estudantes da Universidade de Coimbra, tornam-se relevantes as evidências, mas também as ausências, o que ainda não foi revelado e que merece ser expandido. Por outro lado, a sociologia das emergências, surge para preencher este vazio e ampliar os saberes acerca do que já conhecemos.

Optou-se por analisar o assédio sexual a partir da matriz da violência de género, por se tratar de um fenómeno que afeta mulheres de forma desproporcional em relação aos homens. As narrativas dos/as estudantes também revelam que vitimiza maioritariamente mulheres, embora nem todos/as encarem e interpretem o assédio sexual como uma forma de violência.

O assédio sexual, para os/as estudantes, define-se no conceito de desconforto e engloba atos como os olhares, os toques, os gestos e os piropos. Todos/as concluem que não é simples definir o que é o assédio sexual, dado que o conceito se reveste de muitas ambiguidades e varia de acordo com as representações individuais. Deste modo, é possível depreender que a definição se molda aos quadros de crenças e de experiências de cada indivíduo. Os/as estudantes garantem que conseguem perceber se um olhar ou um piropo é assédio ou não, porém, reconhecem igualmente que será muito difícil encerrar condutas imprecisas numa mera definição.

Se os diplomas legais consideram que a indesejabilidade é o que distingue o assédio sexual das condutas afetivas, para os/as estudantes, essa distinção só é desvelada quando o ato é perpetrado pelo/a desconhecido/a e mediante o conteúdo sexual que reveste a ação. Estas representações baseadas nos discursos dos/as estudantes, conduzem a intensos debates em torno do assédio sexual na esfera privada e em relação às pessoas que se conhecem.

Assim, chegamos a um limiar em que a ilicitude não está no ato em si, mas na pessoa que o pratica e no conteúdo do que faz.

No sentido de preencher os vazios em torno dos conceitos, procurou-se compreender, também, de que modo os/as estudantes revêem o assédio sexual nos vários contextos do(s) seu(s) quotidiano(s).

O contexto diurno revela-se a maior fonte de preocupação para os/as estudantes, dado que consideram que, por não ser algo tão esperado, os/as incomoda de forma mais severa. Assim, os/as estudantes reconhecem que o assédio sexual é uma prática que está enraizada na nossa sociedade e que se estende a todos os contextos, sendo que, até naquele que têm a maior sensação de segurança é uma prática que prevalece. Deduz-se igualmente que tanto o piropo como o olhar, quando são revelados neste contexto, são interpretados como assédio sexual, sobretudo se forem dirigidos por pessoas desconhecidas, o que contrasta com o contexto noturno, onde são completamente desvalorizados por se tratar de algo com que os/as estudantes são frequentemente confrontados/as.

Nas salas de aula, o assédio sexual é referido recorrentemente pelas instituições, embora não seja negligenciado pelos/as estudantes. É importante realçar que muitos/as demonstram sentir-se incomodados/as neste contexto e salientam que têm receio em falar sobre este assunto, dado que os/as principais perpetradores/as são os/as docentes. Acerca deste contexto, realça-se a aproximação às definições inscritas nos diplomas, as quais estabelecem que o assédio sexual presume uma relação hierárquica entre a vítima e o/a perpetrador/a por meio de chantagem ou aliciamento em troca de benefícios. A preocupação dos/as estudantes prende-se sobretudo com a certeza de que, com esta conduta, se naturalizam comportamentos que comprometem a dignidade dos indivíduos, dado que os/as responsáveis pela sua educação e transmissão de valores os reproduzem.

A praxe encontra-se profundamente associada à integração dos/as estudantes, o que não é posto em causa por nenhum/a deles/as. No entanto, é em relação a este contexto que surgem relatos sobre a objetificação da mulher e sexismo exacerbado, apesar de não haver conhecimento de qualquer caso de assédio sexual. Assim, podem as ausências justificar as presenças? À luz da sociologia das ausências é premente compreender que, embora não se conheçam casos concretos, não se podem esquecer os jogos, as brincadeiras e as canções que entregam os/as estudantes ao desconforto, tal como é possível concluir

através das narrativas. De igual modo, também não se pode deixar de referir que é um contexto marcado por hierarquias rígidas, o que é um rastilho para um conjunto de situações que contribuem para a exposição ao assédio sexual. Mais ainda, importa sublinhar que, tanto os/as estudantes como os/as responsáveis pela praxe, contribuem para a perpetuação de algumas práticas e para que se caminhe no sentido da naturalização de condutas que os/as devolvem ao assédio sexual. As praxes, como vimos, não são meramente tradicionais, são patriarcais.

O contexto noturno, associado às festas académicas e convívios, é aquele que causa menor preocupação nos/as estudantes, embora a literatura nos mostre que é um ambiente propício à violência sexual e os discursos permitam confirmar. Com efeito, estes/as afirmam que, neste contexto, o assédio sexual é algo com que são regularmente confrontados/as, mas onde há uma normalização destes comportamentos, seja pela culpabilização do consumo de álcool, como pela confusão, evidente nos seus discursos, entre sedução e assédio. Para combater algumas situações, não raras vezes, recorrem a mecanismos de controlo social, nomeadamente andar em grupo, evitar estar na rua sozinhos/as, não vestir roupas ousadas e autorregular o seu comportamento, indo ao encontro do que é esperado para cada género. Contudo, estes mecanismos comprometem, principalmente, a liberdade das estudantes e criam uma sensação de os seus corpos serem comandados, não por elas, mas pelas imposições da sociedade. Perante esta aceção, o assédio sexual encontra-se profundamente colado aos papéis que têm vindo a ser atribuídos pela sociedade, tanto ao feminino como ao masculino, e à contínua (re)produção destes.

Como se demonstra ao longo da presente dissertação, os papéis sexuais definem quem pode ser a vítima de assédio sexual, delimitam como uma mulher pode ou não reagir, de que forma é que os homens se devem comportar num contexto de sedução, sendo que, todas estas questões são incorporadas numa norma social e reproduzidas nas nossas sociedades. Se, por um lado, à mulher é imposta a ideia de passividade, quando perpetra um ato de assédio sexual tende a ser punida de forma mais severa. É igualmente imposta a responsabilidade de dizer “não” a um ato de aproximação sexual, mesmo quando quer responder sim, devido à responsabilidade e ao facto de lhe ser atribuída uma conotação negativa. Por outro lado, aos estudantes do sexo masculino cabe a representação de

*boémios*, de alguém que tem de abrir margem para a sedução e para possíveis lances. Os efeitos destes papéis refletem-se por via de algumas mensagens que vão sendo transmitidas e que os/as estudantes aludem ao longo das discussões, nomeadamente a ideia de que “não é não”. Estas mensagens são ainda mais marcantes para as mulheres, a quem é imposta a regra de que devem responder “não” a qualquer investida sexual. As narrativas permitem rever a pertinência de refazer os papéis sexuais e as mensagens que lhes têm vindo a ser associadas, de modo a deixarmos tão somente de habitar neste espaço da negação, que concede privilégios aos homens e que atribui a culpa à mulher. Nesta esteira, é relevante transmitir sinais claros de que um sim também é um sim e de que não podemos viver à luz deste tipo de preceitos e normas que, aliás, são patriarcais.

Recuperando o que foi referido na parte teórica, se o elemento que contribui para o reconhecimento do assédio sexual é toda a lógica de discriminação que tem por base as hierarquias, quando falamos nos espaços públicos, é impossível identificá-las. No entanto, para os/as entrevistados/as, essas situações são igualmente assédio sexual. Assim, há alguma dificuldade em que as instituições e os próprios diplomas reconheçam o assédio nos espaços públicos enquanto assédio e em que este reconhecimento esteja consagrado e seja explícito. Esta discussão é fundamentalmente teórica, mas os discursos dos/as estudantes tornam evidente a necessidade de reformular os conceitos em torno do assédio sexual. Ora, será que não pode o género contribuir para que haja uma assimetria de poder que conduza ao assédio sexual? De outro modo, qual o desígnio das situações que se configuram como assédio sexual, mas que extravasam esta relação hierárquica e se prendem com o género enquanto estrutura de poder que gera hierarquias? O mesmo precisa de ser desconstruído em relação a outras categorias interseccionais, como é o caso da nacionalidade, a etnia, entre outras que foram exploradas no Capítulo 1.

A legislação, como procuro informar no Capítulo 2, tem uma função importantíssima na sociedade porque é o que transmite aos indivíduos o que é um ato coadunável e o que não é. O assédio sexual, como vimos, é um comportamento que se encontra profundamente enraizado e sobre o qual a legislação não é explícita ou nem sequer está de acordo com o que os indivíduos entendem por assédio sexual. Deste trabalho empírico deduz-se, assim, a importância que assume (ou deveria assumir) para mapear os comportamentos que revestem o assédio sexual.

Os/as estudantes apontam que combater o problema do assédio sexual passa sobretudo pela sensibilização. Foi por também acreditar que a chave poderá estar aqui que foram escutadas as instituições – tanto aquelas que representam os/as estudantes como as que estão (ou podem estar) na linha da frente para a resolução deste tipo de casos – no sentido de compreender o que tem vindo a ser feito em relação ao assédio sexual na comunidade académica.

Desde logo, percebemos que as definições dos/as estudantes acerca do fenómeno se afastam daquelas que são contempladas nos diplomas, porque não há uma referência clara relativamente ao tipo de atos, aos conceitos-chave que incluem e, neste sentido, é relevante compreender porque há este lapso. Realça-se que é predominantemente transmitida aos/às estudantes informação relativa a outras formas de violência que não o assédio sexual e que não tem vindo a ser empenhada a devida atenção a este fenómeno em isolado. Assim, estes/as salientam a excessiva informação relativa à violência doméstica ou no namoro, o que se afasta das particularidades do assédio e, por isso, quando o sofrem, não conseguem interpretar enquanto violência. Os/as estudantes não se sentem potenciais vítimas e tendem a desvalorizar a informação que lhes é transmitida, porque se encontra, não raras vezes, desajustada às suas realidades e vivências.

Sobre as campanhas no seio da comunidade académica, os/as estudantes revelam que são escassas e mencionam, maioritariamente, as que são promovidas pelas associações de estudantes. Os/as estudantes reconhecem o esforço e o trabalho profícuo ao nível da sensibilização por parte das associações, mas evidenciam que nem sempre lhes transmitem a informação que necessitam e que nem sempre esta é útil e precisa. Tal como exploro no Capítulo 5, há elementos de discórdia entre a mensagem que os/as estudantes recebem das campanhas e a informação que as instituições lhes pretendem transmitir. Como é possível deduzir através do trabalho de recolha de dados, nem todas as instituições aparentam entender o que é o assédio sexual e, por isso, a informação que divulgam pode não ser fidedigna e coerente. Sob outra perspetiva, é também pertinente revelar as falhas ao nível comunicação entre as instituições. Nesta senda, não raras vezes, aquelas que fazem um trabalho mais profundo e certo sobre estes assuntos, acabam por ser abafadas por outras. Assim, a informação perde-se ou é retida e não chega à comunidade académica.

A ausência de informação estende-se, também, ao acolhimento de casos desta natureza, sobretudo no sentido de perceber onde os/as estudantes se podem dirigir e os procedimentos a tomar. De modo concreto, esta desinformação não é só sentida pelos/as estudantes como por parte de quem representa os/as estudantes, dado que não conseguem delinear em concreto estes procedimentos. Ora, se nem os/as representantes dos/as estudantes e as instituições têm este conhecimento, como poderão os/as afetados/as, em situações de fragilidade, saber?

A literatura insiste veemente na necessidade de estudar o fenómeno do assédio sexual com as lentes da interseccionalidade. Os dados quanto às categorias identitárias foram escassos e destacam-se principalmente os preconceitos dirigidos às estudantes brasileiras. Tal como já referi, os silêncios são também ferramentas de análise muito importantes, daí a necessidade de se escutarem estas ausências em futuras investigações. Assim, para uma análise mais profunda do fenómeno, é importante que esta perspetiva seja tomada em consideração. É igualmente importante que se possa estudar esta problemática com uma amostra mais heterogénea e que permita dar conta da amplitude do problema.

A partir da análise dos dados é crucial ouvir mais estudantes, mas também perceber o impacto que algumas situações que os/as envolvem têm nas suas representações. Assim, é premente comparar as representações dos/as estudantes em momentos específicos. Um dos objetivos iniciais seria o de perceber o impacto das festas académicas nas representações dos/as estudantes relativamente a esta problemática e, por isso, ponderou-se repetir as sessões de *focus group* após a Queima das Fitas, situação que acabou por ficar pendente devido à pandemia. Os resultados permitem perceber que não só é relevante escutar o modo como este contexto pode moldar as representações dos/as estudantes, mas perceber outros além deste, como é o caso das épocas de exames e de momentos de praxe mais intensos.

É igualmente importante que se possam explorar outras metodologias de investigação que permitam compreender a concordância entre as representações e as práticas. É premente estudar o fenómeno com maior proximidade aos contextos, nomeadamente com uma maior variedade de metodologias, no sentido de apreender o modo como as práticas podem divergir das representações e como os contextos podem moldar toda a realidade que envolve os/as estudantes.

É fundamental perceber o impacto que as campanhas têm ao nível da consciencialização dos/as estudantes. Assim, em momentos futuros, deverá haver um maior empenho neste sentido por parte da comunidade académica, de modo a oferecer informação útil e ajustada às necessidades dos/as estudantes. Será ainda relevante compreender o impacto das campanhas nas representações dos/as estudantes relativamente ao assédio sexual, sobretudo ao nível das suas definições.

As narrativas dos/as estudantes e das instituições permitem deduzir que há falhas tremendas ao nível da comunicação, o que condiciona o acesso dos/as estudantes à informação sobre mecanismos de denúncia. Condiciona igualmente o reconhecimento das instituições especializadas no acolhimento destes casos. Constatou-se que estas falhas não são apenas ao nível da informação, mas também relativas ao encaminhamento e acolhimento dos casos. Assim, é fundamental a união de esforços no sentido de se transmitirem sinais claros aos/às estudantes sobre onde se podem dirigir em caso de assédio sexual e os procedimentos inerentes a estes relatos. É fulcral, também, que se simplifiquem todos estes processos com o intuito de que as vítimas não desacreditem do sistema e para que não desistam da denúncia devido à morosidade e a outros entraves.

Os discursos dos/as estudantes permitem compreender que, embora os números relativos aos dados de assédio sexual sejam reduzidos, não é uma ausência. Neste sentido, é preciso que as instituições reconheçam a prevalência desta prática e ativem mecanismos para o seu combate.

Por fim, é preciso refletir sobre a importância deste trabalho no contexto em que foi concretizado. Quando se conclui que na Universidade de Coimbra há assédio sexual e ao mesmo tempo uma falta de informação sobre o que é, quer isto dizer que estamos perante um problema grave. Em primeiro, porque neste lugar, descrito por muitos/as estudantes *alma mater*, habita também uma cultura patriarcal rígida e práticas que comprometem a dignidade dos/as que a rodeiam. Por outro lado, é aqui que se formam e educam as futuras gerações, aqueles/as que irão estar em cargos decisivos, os/as que irão julgar os crimes do futuro, os/as que irão estar a formar as gerações futuras – como poderemos estar cientes de que esta situação se reverte? Para completar esta análise, um futuro melhor não é uma realidade longínqua, mas encontra-se tão somente na reinvenção do presente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abarca, E. (2016). ' ¡Quién fuera noche para caerle encima!' Piropos in Chile: Sexual harassment or flirtation? *Sociolinguistic Studies*, 10(4), 509–527. <https://doi.org/10.1558/sols.26731>
- Aboim, S. (2012). Do público e do privado: Uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 95–117. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100006>
- Aboim, S. (2013). *A sexualidade dos Portugueses* (Vol. 36). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Amâncio, L. (1992). As Assimetrias nas Representações do Género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9–22.
- Amâncio, L. (1993). Género—Representações e Identidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, 127–140.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Edições Afrontamento.
- Amâncio, L., & Lima, M. L. P. de. (1994). *Inquérito Nacional sobre Assédio Sexual no Mercado de Trabalho—Relatório Final*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). [http://cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio\\_Sexual.pdf](http://cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio_Sexual.pdf)
- Antunes, J., & Machado, C. (2012). Violência nas relações íntimas ocasionais de uma amostra estudantil. *Análise Psicológica*. <https://doi.org/10.14417/ap.535>
- APAV. (2013). *Manual Unisexo—Para o atendimento a vítimas adultas de violência sexual*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [https://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Manual\\_UNISEXO.pdf](https://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Manual_UNISEXO.pdf)
- Araújo, C. P. (2017). *A Violência Sexual nos Estudantes Universitários Portugueses* [Dissertação de Mestrado, ISPA - Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5919/1/20736.pdf>
- Azambuja, M. (2008). *Violência de género e os discursos circulantes nos cuidados de saúde primários* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/8506>

Barros, I. C. D., Sani, A., & Santos, L. (2019). “É igual mas é diferente”. Género e violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo. *Análise Social, LIV(230)*, 106–130. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2019230.05>

Beauvoir, S. (2015). *O segundo sexo—Volume 2* (2ª edição).

Beleza, T. P. (2004). Anjos e monstros – A Construção das Relações de Género no Direito Penal. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 10*, 29–40.

Bock, G. (2008). Questionando dicotomias: Perspetivas sobre a história das mulheres. Em Ana Isabel Crespo et al. (orgs.), *Variações sobre Sexo e Género* (pp. 78–101). Livros Horizonte.

Branco, P. (2008). Do Género à Interseccionalidade: Considerações sobre mulheres hoje e em contexto europeu. *JULGAR, 4*, 103–117.

Brown, C. (2008). Gender-Role Implications on Same-Sex Intimate Partner Abuse. *Journal of Family Violence, 23(6)*, 457–462. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9172-9>

Butler, J. (2017). *Problemas de Género: Feminismo e subversão da identidade* (N. Quintas, Trad.; 1ª). Orfeu Negro.

Caeiro, P., & Figueiredo, J. M. (2016). Ainda dizem que as leis não andam: Reflexões sobre o crime de importunação em Portugal e em Macau. Em *Um Diálogo Consistente: Olhares Recentes Sobre Temas do Direito Português e de Macau: Vol. I* (pp. 106–207). Associação de Estudos de Legislação e Jurisprudência de Macau. [https://www.fd.uc.pt/~pcaeiro/2016\\_Ainda\\_dizem\\_que\\_as\\_leis\\_ao\\_andam.pdf](https://www.fd.uc.pt/~pcaeiro/2016_Ainda_dizem_que_as_leis_ao_andam.pdf)

Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

Câncio, F. (2015, Dezembro 28). Piropos já são crime e dão pena de prisão até três anos. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/portugal/piropos-ja-sao-crime-e-dao-pena-de-prisao-ate-tres-anos-4954471.html>

Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: Relevância da prevenção. *PSICOLOGIA, XXII(1)*, 77–104. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i1.339>

Caridade, S., & Machado, C. (2012). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à

- perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485–493. <https://doi.org/10.14417/ap.541>
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: Uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *PSICOLOGIA*, 27(1). <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v27i1.244>
- Carmo, R., Grams, A., & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18(8), 355–359. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2011.07.006>
- Carrito, M., & Araújo, H. C. (2013). A « PALAVRA » AOS JOVENS A construção de masculinidades em contexto escolar. *Educação, Sociedade & Culturas*, 39, 139–158.
- Casimiro, C. (2013). Violência feminina: A face oculta da violência no casal. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 6, 5–25.
- Castilhos, D. S., & Guimarães, A. P. (2015). O Crime de Importunação Sexual no Código Penal Português. *Actas do Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia: cidadania, justiça e controlo social*. <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/1342/1/O%20crime%20de%20importuna%20sexual%20no%20C%C3%B3digo%20Penal%20Portugu%C3%AAs.pdf>
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality's Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41(1), 1–20. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>
- Connell, R. (1997). La organización social de la masculinidad. Em Teresa Valdes, José Olivarría (Orgs.), *Masculinidad/es: Poder y crisis* (Isis y Flasco-Chile, pp. 31–48). Isis y Flasco-Chile.
- Cooper, M. L. (2002). Alcohol use and risky sexual behavior among college students and youth: Evaluating the evidence. *Journal of Studies on Alcohol, Supplement*, s14, 101–117. <https://doi.org/10.15288/jsas.2002.s14.101>
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. M. de, & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. Em *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93–147). Clássica-Artes Gráficas, S.A.

Costa, L. G., Machado, C., & Antunes, R. (2011). Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade. *Psychologica*, 1, 2–15.

Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. (2ª). Edições Almedina.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241. <https://doi.org/10.2307/1229039>

Crouch, M. A. (1998). The «Social Etymology» of ‘Sexual Harassment’. *Journal of Social Philosophy*, 29(3), 19–40. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9833.1998.tb00118.x>

Dias, I. (2008a). Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 11–23.

Dias, I. (2008b). Violência e género em Portugal:abordagem e intervenção. *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 3, 153. <https://doi.org/10.18002/cg.v0i3.3829>

Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: Respostas e desafios. *Sociologia: Revista do departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 245–262.

Duarte, M. (2013). *Para um direito sem margens: Representações sobre o direito e a violência contra as mulheres* [Tese de Doutoramento]. Coimbra.

Duarte, M., & Oliveira, A. (2012). Mulheres nas margens: A violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIII, 223–237.

Duarte, V., & Carvalho, M. J. (2013). (Entre) olhares sobre delinquência no feminino. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 28, 31–44.

Elísio, R., Neves, S., & Paulos, R. (2018). A violência no namoro em casais do mesmo sexo: Discursos de homens gays. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 117, 47–72. <https://doi.org/10.4000/rccs.8149>

FAL. (2019). *Violência Sexual na Academia de Lisboa: Prevalência e Perceção dos Estudantes*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Ferreira, V. (2004). Entrevistas focalizadas de grupo: Roteiro da sua utilização numa

pesquisa sobre o trabalho nos escritórios. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, 102–107. <http://hdl.handle.net/10316/48164>

Fisher, B. S., Cullen, F. T., & Turner, M. G. (2000). *The Sexual Victimization of College Women* (NCJ-182369). Department of Justice, Washington, DC. National Inst. of Justice.; Department of Justice, Washington, DC. Bureau of Justice Statistics.

Fitzgerald, L. (1990). Sexual harassment: The definition and measurement of a construct. Em M. Paludi (Ed.), *Ivory Power: Sexual Harassment on Campus* (pp. 21–44). SUNY Press.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (Joice Elias Costa, Trad.; 3ª). Artmed.

FRA. (2014). *Violência contra as mulheres: Um inquérito à escala da União Europeia. Síntese dos resultados*. Serviço das Publicações da União Europeia.

Gallop, J. (1997). *Feminist accused of sexual harassment*. Duke University Press.

Gama, J. (2016). *Violência Sexual no Campus Universitário em Portugal* [Dissertação de Mestrado, ISPA - Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5091/1/19786.pdf>

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). Como inquirir? As entrevistas. Em C. L. Pires (Trad.), *O Inquérito: Teoria e Prática* (1ª). Celta Editora.

Gibbs, A. (1997). Focus Groups. *Social Research Update*, 19. <http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU19.html>

Gonçalves, M. E. (2019). *A formulação de propostas de teor sexual: Um crime sexual ou um crime contra a honra?* [Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico Forenses, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90405/1/Maria%20Eduarda%20Lemos%20Goncalves.pdf>

Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violence by intimate partners. Em E. Krug, L. Dahlberg, J. Mercy, A. Zwi, & R. Lozano, *World report on violence and health* (pp. 89–121). World Health Organization.

Hunnicut, G. (2009). Varieties of Patriarchy and Violence Against Women: Resurrecting “Patriarchy” as a Theoretical Tool. *Violence Against Women*, 15(5), 553–573. <https://doi.org/10.1177/1077801208331246>

- Kelly, L. (1987). The Continuum of Sexual Violence. Em *Women, Violence and Social Control* (pp. 46–60). Palgrave Macmillan UK. [https://doi.org/10.1007/978-1-349-18592-4\\_4](https://doi.org/10.1007/978-1-349-18592-4_4)
- Krook, M. L. (2020). Global Feminist Collaborations and the Concept of Violence against Women in Politics. *Journal of International Affairs Editorial Board*, 72(2), 77–94.
- Krueger, R. (1988). *Focus groups: A practical guide for applied research*. Sage Publications.
- Krug, E., & Dahlberg, L. (2002). Violence—A global public health problem. Em *World report on violence and health*. World Health Organization.
- Lisboa, M., Barroso, C., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência de Género—Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens* (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género).
- Lopes, M., Rodrigues, F., Fontes, F., Coelho, L., & Ferreira, V. (2019). *SUPERA - Supporting the Promotion of Equality in Research and Academia—Preliminary gender analysis and baseline assessment of the University of Coimbra*. Centro de Estudos Sociais. [https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1900\\_Preliminary%20gender%20analysis%20and%20baseline%20assessment%20of%20the%20UC.pdf](https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1900_Preliminary%20gender%20analysis%20and%20baseline%20assessment%20of%20the%20UC.pdf)
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Macedo, E. (2015). Violência entre parceiros íntimos (vpi): Problema e sintoma no panorama das violências sobre as mulheres. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 31, 29–44. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.31.03>
- Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 726–736. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300021>
- MacKinnon, Catharine A. (1982). Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory. *The University of Chicago Press*, 7(3), 515–544.
- MacKinnon, Catherine A. (1989). Sexuality, Pornography, and Method: "Pleasure under Patriarchy. *Ethics*, 99(2), 314–346. <https://doi.org/10.1086/293068>
- Magalhães, M. J. (2011). Assédio sexual: Um problema de direitos humanos das mulheres. Em A. Sani (Ed.), *Temas de vitimologia: Realidades emergentes na vitimação e respostas*

*sociais* (pp. 101–113). Almedina.

Magalhães, M. J. (2012). *Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual. Relatório Final*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4488.7763>

Magalhães, M. J., Guerreiro, A., Pontedeira, C., Felgueiras, R., & Teixeira, A. M. (2019). Assédio sexual: Perceção dos/as jovens portugueses/as. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 15, 1–62.

Makepeace, J. M. (1981). Courtship Violence among College Students. *Family Relations*, 30(1), 97. <https://doi.org/10.2307/584242>

Martins, S. M. da C. (2012). *Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens Adultos: Da Caracterização da Prevalência às Atitudes* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/24405>

Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1), 55–75.

Matthews, A. K., Tartaro, J., & Hughes, T. L. (2002). A Comparative Study of Lesbian and Heterosexual Women in Committed Relationships. *Journal of Lesbian Studies*, 7(1), 101–114. [https://doi.org/10.1300/J155v07n01\\_07](https://doi.org/10.1300/J155v07n01_07)

McMahon, S. (2011). *Changing Perceptions of Sexual Violence Over Time*. National Online Resource Center on Violence Against Women. [https://vawnet.org/sites/default/files/materials/files/2016-09/AR\\_ChangingPerceptions.pdf](https://vawnet.org/sites/default/files/materials/files/2016-09/AR_ChangingPerceptions.pdf)

Melo, K. M. M. de, & Menta, S. A. (2013). Rompendo com o silêncio: A mulher em situação de violência doméstica e a caracterização de um serviço que compõe a «rota crítica». *Caderno Espaço Feminino*, 26(1), 190–206.

Mendes, J. M., Duarte, M., Araújo, P., & Lopes, R. (2013). Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal: Representações e práticas. *Teoria & Sociedade*, 21.2, 87–112.

Mendes, T. (2016). *A desocultação da violência sexual pelas vozes de mulheres sobreviventes—Um estudo exploratório em relações de intimidade* [Dissertação de

Mestrado]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto.

Moita, G. (2006). A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 53–72. <https://doi.org/10.4000/rccs.862>

Morgan, D. (1997). *The Focus Group Guidebook*. Sage.

Mota, J. R. S. (2020). *A capa negra do amor: A importância do género na perceção da violência sexual nas relações amorosas entre estudantes universitários* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais.

Muehlenhard, C. L., & Kimes, L. A. (1999). The Social Construction of Violence: The Case of Sexual and Domestic Violence. *Personality and Social Psychology Review*, 3(3), 234–245.

Múrias, C., Ferreira, V., Monteiro, R., Saleiro, S., & Lopes, M. (2016). *Violência no Trabalho—Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género*. CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. [https://lge.ces.uc.pt/files/LGE\\_violencia\\_trabalho.pdf](https://lge.ces.uc.pt/files/LGE_violencia_trabalho.pdf)

Murray, M. (1995). *The Law of Father? Patriarchy in the transition from Feudalism to Capitalism*. Routledge.

Neves, S. (2016). Femicídio: O fim da linha da violência de género. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 34, 9–12. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.01>

Neves, S., Ferreira, M., Borges, J., Correia, M., Abreu, A. L., Correia, A., Topa, J., & Silva, E. (2020). *Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro em Contexto Universitário: Crenças e Práticas—2017/2020*. Associação Plano i.

Nogueira, C. (2001). Construcionismo social, discurso e género. *PSICOLOGIA*, XV(1), 43–65. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v15i1.490>

Okin, S. M. (2008). Género, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305–332. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>

Oliveira, A. (2014). O assédio sexual nos espaços públicos. *Cabo dos Trabalhos*, 10. [https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1\\_Ana\\_Cristina\\_de\\_Oliveira\\_Silva.pdf](https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf)

Oliveira, J. M. de. (2010). Os feminismos habitam espaços hifenizados – A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 22, 25–39.

Oliveira, J. M. de, & Amâncio, L. (2002). Liberdades Condicionais: O conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 45–61.

Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2009). Relações De Namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*.

Oliveira, M., & Sani, A. I. (2005). Comportamentos dos jovens Universitários face à violência nas relações amorosas. *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*, 1061–1074.

Paiva, Carla, & Figueiredo, Bárbara. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75–107.

Peixoto, J., Matos, M., & Machado, C. (2013). Violência sexual no namoro: Os atletas universitários como grupo de risco? *PSICOLOGIA*, 27(1).  
<https://doi.org/10.17575/rpsicol.v27i1.245>

Pereira, M. do M. (2009). Fazendo género na escola: Uma análise performativa da negociação do género entre jovens. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 20, 113–127.

Pereira, M. do M. (2013). Como se faz o género na escola? – Uma etnografia. *Estudos Feministas*, 21(2), 727–742.

Prazeres (Coord.), V., Perdigão, A., Menezes, B., Almeida, C., Machado, D., & Silva, M. C. da. (2014). *Violência Interpessoal—Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde* (Direção-Geral de Saúde).

Rubenstein, M. (1987). *The dignity of women at work: A report on the problem of sexual harassment in the member states of the European communities*. Commission of the European Communities ; European Community Information Service [distributor].

Saavedra, L. (2004). Diversidade na Identidade: A escola e as múltiplas formas de ser masculino. *Psicologia Educação e Cultura*, VIII(1), 103–120.

Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de género.

*Cadernos Pagu*, 16, 115–136. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>

Santos, A. C. (2012). 'Entre duas mulheres isso não acontece' – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica\*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3–24. <https://doi.org/10.4000/rccs.4988>

Santos, A. M. R., & Caridade, S. M. M. (2017). Violência nas relações íntimas entre parceiros do mesmo sexo: Estudo de prevalência. *Temas em Psicologia*, 25(3), 1341–1356. <https://doi.org/10.9788/TP2017.3-19Pt>

Santos, B. de S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237–280.

Schwartz, M., & DeKeseredy, W. (1997). *Sexual Assault on the College Campus: The Role of Male Peer Support*. SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781452232065>

Scott, J. (2008). Género: Uma categoria útil de análise histórica. Em Ana Isabel Crespo et al. (orgs.), *Variações sobre Sexo e Género* (pp. 49–77). Livros Horizonte.

Serquina-Ramiro, L. (2005). Physical Intimacy and Sexual Coercion Among Adolescent Intimate Partners in the Philippines. *Journal of Adolescent Research*, 20(4), 476–496. <https://doi.org/10.1177/0743558405275170>

Silva, A. C. de O. (2017). *A expressão normativa do assédio: Aproximações sociojurídicas à sexualidade* [Tese de Doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Sottomayor, M. C. (2015). A convenção de Istambul e o novo paradigma da violência de género. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 31, 105–121. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.31.08>

Sousa, T. T. L. de. (2016). Feminicídio: Uma leitura a partir da perspectiva feminista. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 34, 13–29. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.02>

Tavares, M. M. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)* [Tese de Doutoramento, Universidade Aberta]. <https://doi.org/10.3389/978-2-88919-471-1>

Teixeira, F. (2019). Metáforas da virilidade: O piropo na educação em sexualidade com perspectiva de género. Em *Tecituras sobre corpos, géneros e sexualidades no espaço escolar* (pp. 171–188). FURG.

Topa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas. *Les Online*, 2(1), 13–21.

Torres (Coord.), A., Costa, D., Sant'Ana, H., Coelho, B., & Sousa, I. (2016). *Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho* (1ª). Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

[http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Assedio\\_Sexual\\_Moral\\_Local\\_Trabalho.pdf](http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Assedio_Sexual_Moral_Local_Trabalho.pdf)

UMAR. (2011). *Resultados do questionário sobre assédio sexual* (Rota dos Feminismos). UMAR.

[http://assediosexual.umarfeminismos.org/images/documentos/Resultados\\_do\\_questionario\\_Assdio\\_Sexual.pdf](http://assediosexual.umarfeminismos.org/images/documentos/Resultados_do_questionario_Assdio_Sexual.pdf)

Ventura, I. (2018). *Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual* (1ª edição). Tinta da China.

Vohlídalová, M. (2011). The perception and construction of sexual harassment by Czech university students. *Sociologicky Casopis*, 47(6), 1119–1147.

Walby, S., Armstrong, J., & Strid, S. (2012). Intersectionality: Multiple Inequalities in Social Theory. *Sociology*, 46(2), 224–240. <https://doi.org/10.1177/0038038511416164>



## **ANEXOS**



**ANEXO 1****CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA DOS/AS PARTICIPANTES NAS SESSÕES DE FOCUS GROUP**

		N	%
Sexo	Feminino	18	54,5
	Masculino	15	45,5
Curso (Faculdade)	Matemática/ Engenharia Biomédica/ Design e Multimédia/ Engenharia Mecânica/ Antropologia (Faculdade de Ciências e Tecnologia)	9	27,3
	Direito/ Administração Público-privada (Faculdade de Direito)	5	15,3
	Línguas Modernas/ Ciências da Informação/ Português/ Estudos Europeus (Faculdade de Letras)	4	12,1
	Medicina (Faculdade de Medicina)	2	6,1
	Sociologia/ Economia/ Gestão (Faculdade de Economia)	8	24,2
	Ciências Farmacêuticas (Faculdade de Farmácia)	2	6,1
	Ciências de Educação (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação)	2	6,1
	Ciências do Desporto (Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física)	1	3
Ano	1º	11	33,3
	2º	4	12,1
	3º	9	27,3
	4º	7	21,2
	5º	2	6,1
Residência	Deslocados/as	26	78,8
	A residir com a família	6	18,2